



**Universidade Federal de Pernambuco**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**  
**Curso de Mestrado**

**Raissa Rodrigues Falcão**

**“Isso é doença ou é safadeza?”: sentidos sobre incesto em um grupo de diálogos  
com jovens da Região Metropolitana do Recife-PE**

**Recife, maio de 2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO

Raissa Rodrigues Falcão

Orientador: Prof. Dr. Luís Felipe Rios do Nascimento

**“Isso é doença ou é safadeza?”: sentidos sobre incesto em um grupo de diálogos com  
jovens da Região Metropolitana do Recife-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Recife, maio de 2015

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

F178i Falcão, Raíssa Rodrigues.  
"Isso é doença ou é safadeza?" : sentidos sobre incesto em um grupo de diálogos com jovens da Região Metropolitana do Recife-PE / Raíssa Rodrigues Falcão. – 2015.  
123 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Luís Felipe Rios do Nascimento.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2015.  
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Psicologia. 2. Incesto. 3. Vítimas de incesto. 4. Identidade de gênero.  
5. Grupos sociais. 6. Etnologia. I. Nascimento, Luís Felipe Rios do  
(Orientador). II. Título.

150 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2016-66)

RAISSA RODRIGUES FALCÃO

**“ISSO É DOENÇA OU É SAFADEZA?”: SENTIDOS SOBRE INCESTO  
EM UM GRUPO DE DIÁLOGOS COM JOVENS DA REGIÃO  
METROPOLITANA DO RECIFE-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 26/05/2015

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luís Felipe Rios do Nascimento  
(Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jaileila de Araújo Menezes  
(Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Francisco  
(Examinador Externo)  
Universidade Católica de Pernambuco

Dedico este trabalho a todas e todos as/os jovens da microrregião Suape que compartilharam, com gentileza e solidariedade, um pouco de suas histórias comigo.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Creso e Célia, pelo privilégio de existir numa família repleta de solidariedade, junto a inspirações acadêmicas e ausência de pressão e cobranças para os estudos, obrigada.

Ao meu orientador, Luis Felipe, pela confiança e pela parceria de ter aceitado entrar nessa produção conjunta, mesmo durante momentos de dificuldades, toda a minha gratidão e grande admiração, obrigada.

A minha irmã, Marina, quem me ensinou a ler e a escrever, obrigada.

A Karla Galvão, pela confiança e coordenação maravilhosamente desempenhada no Ação Juvenil; por participar tão intensamente da minha formação como psicóloga e pesquisadora, por me inspirar a tudo na vida emprestar uma paixão, inclusive feminista, obrigada.

A Jaileila Menezes, também pela confiança e coordenação maravilhosamente desempenhada no Ação Juvenil, por me inspirar a viver sempre interrogativamente e por me ajudar tanto a construir respostas criativas para os problemas que não me deixavam encontrar meu timbre, obrigada.

A Emília Miranda, pelo cuidado, acolhimento e aprendizado proporcionados desde os tempos de supervisão e pelo grande apoio no processo de finalização deste trabalho, obrigada.

A minha tia Sônia Maia pelo incentivo profissional eterno advindo de uma grande psicóloga e de sua maravilhosa família, que é minha também; aos pequenos, Janjão e Heitorzinho e a tio Péricles, obrigada.

Às amigas: Ana Clara, Bruna Catel, Bruna Salvatori, Carolina Monteiro, Celina Gondim, Carla Lira, Juliana Ishigami, Lídia Machado, Luiza Baby, Marcela Brasileiro, Marcela Feitosa, Martina Pimentel, Mayra Falbo, Marina Duarte, Nara Lins, Natália Avani, Renata Monteiro e Roberta Caroline: por todo o apoio e incentivo, por proporcionarem todas as

histórias permeadas por uma eterna espécie de Bem-Me-Quer, ao longo de tantos anos, obrigada.

A minha família Erasmus, em especial à Ana Frate, Elaise Landim e Marianna Amorim, por intercambiarmos não só ideias da Pedagogia, Direito e Psicologia, mas muita amizade, apoio, alegrias e viagens enquanto estávamos por vezes em terras estrangeiras tão gélidas, obrigada.

Ao grupo de jazz Martha Penna, por me fazer dançar durante essa escrita, por proporcionar que eu me movimentasse sem muitas formas rigorosas, e sim com uma liberdade prazerosa e cuidadosa com o nosso corpo e mente, que são um só, obrigada.

A Felipe Gondim, Camila Andrade e Gabriel Mar, por terem me apresentado às cachoeiras, tambaquis, tucumãs e outras delícias do Norte; por terem me permitido mergulhos revigoradores e encantados pela possibilidade de tanto carinho e proximidade na distância, obrigada.

À equipe de estagiários do Ação Juvenil: Ruan, Jucinara, Basílio, Duda, Leylly e aos jovens do Ação Juvenil: Como cada um de nós éramos vários, já era muita gente...Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados! Obrigada.

À Encontrarte Clínica Psicológica, onde tenho o privilégio de participar junto a Mayara Mello, Juliana Lucchesi, Leyllyanne Bezerra e Eduarda Santos: por todos os (des)encontros unidos através da nossa *paixão gauche* pela Psicanálise, da nossa perseguição por uma clínica sempre plena em sua arte, e pela concretização de uma construção física cheia de afetos e novas possibilidades de (re)existências, obrigada.

A Fernanda Ximenes, pela amizade, essa matéria de salvação, pelo enorme apoio, pelas incríveis aventuras, e toda força e leveza compartilhada desde a graduação, obrigada.

A Leyllyanne Bezerra, minha eterna parceira de pesquisa, viagens, estudo e produções, e minha eterna parceira de dificuldades, amores, dores, desde sempre, muito, muito, obrigada.

*“Temo que meu assunto seja apaixonante. E como não gosto da paixão, vou abordá-lo com cautela, timidamente, com muitos rodeios.”*

*Clarice Lispector*

## RESUMO

O incesto, ainda que tabu não transcendental e/ou universal, mas sim contingente, é uma prática sexual muitas vezes silenciada como bem apontam alguns estudos sobre Sexualidade e Erotismo. A juventude é uma etapa da vida humana também culturalmente marcada por tensões ligadas à sexualidade. Dessa forma, este trabalho objetivou estudar os sentidos sobre o incesto construídos por jovens habitantes da Região Metropolitana do Recife. Tais jovens interlocutoras/es participaram de um grupo de formação chamado Ação Juvenil, ligado ao Projeto Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape. O grupo funcionava com o objetivo de trabalhar questões ligadas à sexualidade, violência de gênero, violência sexual, consumo abusivo de álcool e outras drogas e violência contra a mulher, uma vez que as vulnerabilidades sociais relacionadas a esses temas intensificaram-se na referida região desde a chegada da Refinaria Abreu e Lima. Dessa maneira, em formato de oficinas e a partir da perspectiva teórico metodológica do trabalho com grupos e epistemologia feminista, construímos um espaço que se mostrou privilegiado para lidar com questões ligadas à sexualidade e juventude. O método etnográfico inspirou a relação com o campo que tratou de maneira “espontânea” de aspectos sobre relações sexuais intrafamiliares. Os encontros foram vídeo-gravados, transcritos e posteriormente organizados em categorias analíticas temáticas. Assim, essas categorias foram marcadas pelos sentidos sobre o incesto trabalhados no grupo de jovens, que se atrelaram aos sentidos de abuso sexual intrafamiliar, de noções que questionaram as possibilidades de autonomia na infância e também de ideias ampliadas simbolicamente sobre violência, todas fortemente permeadas pelas desigualdades do sistema sexo/gênero, assim como as relações dentro do próprio grupo, também permeadas por essas desigualdades. Esses sentidos ligados ao incesto atravessados por ideias de violência ligadas às hierarquias de gênero produziram desdobramentos em outros sentidos sobre esse objeto. Esses outros sentidos estiveram, no entanto, pautados em um diferente registro ou sistema de ideias, mais ligados à ordem dos discursos de sexualidade e do erótico do que mesmo ao gênero propriamente dito, ainda que permeados por ele. Dessa forma, as demais categorias ligaram-se aos sentidos do incesto como vício em sexo, atrelados aos discursos científicos e religiosos sobre família e sexualidade, e de arranjos eróticos chamados de "safadezas" entre quem pode ou não pode fazer sexo. Assim, não só pelas relações de desigualdade, como também de possíveis subversões do sistema sexo/gênero atreladas ao marcador geracional juvenil trataram essas categorias. Por fim, o grupo funcionou a partir de sua propriedade *inter-inventiva* em que construímos processos marcados por multiplicidades de entradas e saídas, assemelhados a um rizoma, em que foi possível (res)situar os impasses e desenhar linhas de fuga para as relações e sentidos construídos na Pesquisa.

Palavras-chave: incesto; juventude; gênero; etnografia; grupo.

## **ABSTRACT**

Incest, though not a transcendental taboo and / or universal but contingent, is a sexual practice often silenced as it has been pointed in some studies on Sexuality and Eroticism. Youth is a stage of human life also culturally marked by tensions related to sexuality. Thus, this study investigated the different individual interpretations of incest given by young people in the metropolitan region of Recife. These young interlocutors attended a training group called Youth Action, joined to the Dialogue Project for Social Development in Suape. The group main aims were to work issues related to sexuality, gender-based violence, sexual violence, abuse of alcohol and other drugs and violence against women, as social vulnerabilities related to those issues were intensified in that region since the arrival of the Abreu e Lima Refinery. Thus, promoting workshops based on the methodological theoretical prospect of working with groups, we built up a space that favoured the work with issues regarding sexuality and youth. The ethnographical method contributed to the spontaneous atmosphere, in which, the aspects regarding intra-family sex were approached. The meetings were video-recorded, transcribed and later organized into thematic analytical categories. Thus, these categories were set based on the interpretations about incest which were elicited from the youth group, These are the categories, domestic sexual violence, notions that questioned the possibilities of autonomy in childhood and also ideas symbolically maximized about violence, all strongly permeated by the inequalities of gender system / gender, as well as relations within the group were also permeated by these inequalities. These different meanings given to incest crossed by ideas of violence related to gender hierarchies produced other perceptions in this study. These other directions were, however, guided in a system registry or different ideas, more related to the speeches regarding sexuality and erotic than the gender itself, although permeated by it. Thus, other categories have been added as sex addiction, related to scientific and religious discourses on family and sexuality and erotic arrangements called "crooked deals" between those who can or cannot have sex. So these categories treated not only the relations of inequality, but also possible subversions of sex system / genre linked to youthful generational marker. Finally, the group worked based on their interventional or inter-inventive actions, in which we went through processes marked by multiplicity and multiple inputs and outputs, like a rhizome in which was possible to (re) situate the impasses among the different meanings given to the incest and the relationships built in the research.

Keywords: incest; youth; gender; ethnography; group.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIDS- Acquired Immune Deficiency Syndrome

DSTs- Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

HIV- HumanImmunodeficiencyVirus

NEV- Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo

PAIR- Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual  
Infanto Juvenil no Território Brasileiro

PE- Pernambuco

TCLE- Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

VIVER- Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>P.13</b>
<b>2. ENTRE AS BORDAS DO ABUSO E DO ERÓTICO: O QUE É O INCESTO?.....</b>	<b>P.20</b>
<b>2.1 Circunscrevendo justificativas e origens para o tabu do incesto: os limites do gozo estão inscritos na ordem do parentesco.....</b>	<b>P.20</b>
<b>2.2 A moral sexual civilizada da Psicologia e Psicanálise: a importância da noção do incesto.....</b>	<b>P.23</b>
<b>2.3 Jovens corpos e sexualidades restritos ao espaço doméstico: a construção social do abuso sexual intrafamiliar.....</b>	<b>P.28</b>
<b>2.4 “Entre quatro paredes, tudo pode acontecer?” Relações de gênero, parentesco e feminismo.....</b>	<b>P.33</b>
<b>3. MÉTODOS.....</b>	<b>P.38</b>
<b>3.1 Uma inspiração etnográfica e feminista: a pesquisa-intervenção-pesquisa e o trabalho com grupos.....</b>	<b>P.38</b>
<b>3.2 Ações juvenis de uma jovem pesquisadora.....</b>	<b>P.45</b>
<b>3.2.1 O curso de Mídias Móveis.....</b>	<b>P.45</b>
<b>3.2.2 O grupo de jovens voluntários.....</b>	<b>P.50</b>
<b>3.2.3 O grupo de jovens contratados.....</b>	<b>P.53</b>
<b>3.3 Análise temática.....</b>	<b>P.59</b>
<b>3.4 Apresentando a análise.....</b>	<b>P.60</b>
<b>4. VIOLÊNCIAS E RELAÇÕES DE GÊNERO.....</b>	<b>P.62</b>
<b>4.1 As relações desiguais dentro do grupo.....</b>	<b>P.62</b>
<b>4.2 “Isso é estupro!” Quando o incesto é abuso sexual.....</b>	<b>P.65</b>
<b>4.3 A criança sexual: desejo, autonomia e influência.....</b>	<b>P.66</b>
<b>4.4 Os diferentes olhares para a violência sexual.....</b>	<b>P.70</b>
<b>5. SEXUALIDADE E SEUS (DES)CAMINHOS: COMPREENDENDO O INCESTO .....</b>	<b>P.74</b>
<b>5.1 Família e sangue: religião e ciência .....</b>	<b>P.74</b>
<b>5.2 “Isso é doença ou safadeza? Quando a sexualidade é vício .....</b>	<b>P.76</b>

<b>5.3 Safadezas: quem tem direito ao sexo?.....</b>	<b>P.85</b>
<b>5.4 Compreendendo o incesto: uma síntese.....</b>	<b>P.88</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>P.91</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>P.98</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>P.106</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>P.111</b>

## 1. INTRODUÇÃO

*“Desde criança procuro o sopro da palavra que dá vida aos sussurros.”*

(Clarice Lispector)

O incesto, meu objeto de estudo, me<sup>1</sup> intriga duplamente: como mulher socializada numa cultura em que o mesmo está construído como uma prática sexual muitas vezes emudecida, e como pesquisadora interessada nos estudos sobre Juventude, Sexualidade e Erotismo. Numa tentativa de trilhar alguns caminho(s) para estudar o incesto e a complexidade que o envolve, proponho esta reflexão de maneira pós-estrutural, no sentido de que me despreocupo de uma definição dicotomizada de tal objeto de estudo. Ou seja, não preciso definir o incesto como algo necessariamente “bom” ou “mau”, ou como necessariamente sinônimo de violência ou prazer: acredito que é só a partir do passeio nas relações contingentes entre esses adjetivos que podemos “defini-lo”.

Clarice Lispector (1991, p.119) afirma que: “O sabor de uma fruta está no contato da fruta com o paladar, e não na fruta mesmo”. Nesse sentido, vou tentar nos fazer desfrutar da temática do incesto a partir de contatos teóricos, para que possamos conhecer os diferentes “sabores-saberes” que ele pode ter. Para esse complexa exploração, recorrerei a alguns recursos nesta escrita. Um deles será o uso de algumas passagens de obras da Literatura, que compreendo como arte da palavra. A Literatura me seduz porque acredito que ela é capaz de *desdomesticar* conceitos e construir novas formas de reflexão, uma vez que ela transgride a linguagem conceitual e amplia o nosso contato com a diferença. Afinal, como defende Sandra Azerêdo (2010), eliminar o literário em Psicologia é se distanciar do encontro com a alteridade.

Assim, a partir também do uso dessa ferramenta literária, que expõe a complexidade dos estudos em Psicologia, reflito que lidar com a temática do incesto significou realizar dois indispensáveis movimentos: o transformar o exótico no familiar e transformar o familiar em exótico (DA MATTA, 1978). Ou seja: precisei me aproximar do que me era/é estranho, e estranhar as práticas sociais que me são familiares, numa espécie de auto-exorcismo (FAVRET SAADA, 2005), para que pudesse ter um encontro de qualidade com a alteridade,

---

<sup>1</sup> Escreverei, não só neste capítulo, como ao longo de toda a dissertação, de duas formas: na primeira pessoa do singular (“eu”), uma vez que me oriento pela epistemologia feminista, que critica uma ciência produzida com pretensões de neutralidade e de universalidade (HARAWAY, 1995). E/ou na primeira pessoa do plural (“nós”), não como uma forma de me esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal e/ou onipresente, como critica Roberto Cardoso de Oliveira (2000), mas como uma tentativa de envolvimento coletivo. Isso porque acredito que a construção das compreensões serão sempre conjuntas, minha e das/os leitoras/es deste texto, além de que toda construção de texto é coletiva por ser produzida através dos (des)encontros de muitos diálogos ao longo da minha trajetória acadêmica.

ciente de que essas duas transformações estão intimamente relacionadas e não terminam nunca. Precisei me *familiarizar* com a ideia de que existem *famílias* em que os lugares e os desejos são “misturados”, a partir do meu olhar construído numa cultura em que o incesto é tabu. Ao mesmo tempo, foi preciso estranhar as minhas formas comuns de olhar para tudo o que envolveu meu encontro com o campo: para as juventudes, para os gêneros, para a pobreza, para as sexualidades.

Ao refletir sobre o incesto, além de perceber que tive que localizá-lo como tabu não necessariamente universal e transcendente, mas situado em uma política, cultura e contextos históricos determinados, percebo silêncios, constrangimentos, sofrimentos, desconfortos, não acolhimentos e horror à ideia dessa prática sexual. Essas impressões circunscreveram a minha relação com a presente Pesquisa, e foi mais ou menos a partir delas que desejei contribuir para dar um sopro de vida a ao termo incesto. Será que no próprio coração de tal palavra mora o silêncio? Não é no silêncio que se ouvem os ruídos? O sopro dessa palavra daria vida aos sussurros acerca da mesma? Quais seriam os sussurros possíveis de ouvir?

Ressalto que o incesto foi a minha categoria de entrada nesta Pesquisa por ser um objeto trabalhado pela Psicologia e áreas afins, e isso foi realizado como uma tentativa de dialogar e participar junto a demais estudos que envolvem a temática. Mas antecipo que não necessariamente do conceito de incesto tratou o campo, e sim de (re)construções que envolviam sentidos sobre as relações sexuais intrafamiliares no âmbito discursivo. Isto posto, temos que o termo “incesto” liga-se etimologicamente ao que não é casto e é impudico, desonesto, impuro. A partir das palavras que estão associadas a ele, acredito que podemos tentar compreender esses silêncios, já que se trata de algo tão predominantemente negatizado.

Mas será mesmo um puro silêncio? Foucault (2004) nos diz que o que vivemos não é um silêncio sobre a sexualidade, é, ao contrário, uma superprodução em torno dela. Superproduzir, nesse sentido, pode tratar justamente de (re)produzir a ideia de que é necessário silenciar algo. Principalmente quando se trata de uma prática sexual dissidente e/ou violenta, uma prática “de viciados em sexo”, de doentes, ou simplesmente de quem vive “amores que não se deixam dizer”, como uma vez chamou Jurandir Freire Costa<sup>2</sup> (2002).

Ora, concordo que existe uma superprodução de saberes sobre a sexualidade que serve, inclusive, para silenciar com constrangimento e constranger com silêncio a questão do incesto. Acredito que esse silêncio contribui para que haja uma grande dificuldade em, primeiramente, compreender esse objeto como não necessariamente violento, a saber, nos

---

<sup>2</sup> No contexto empregado pelo autor, “os amores que não se deixam dizer” se refere ao homoerotismo e não ao incesto.

casos que existem consentimentos válidos que caracterizam o incesto consentido. De antemão, afirmo que não é simples “definir” o que é um consentimento válido para vivências sexuais incestuosas. Há quem postule, por exemplo, como Carlos Eduardo Fígari (2009), que são válidos apenas aqueles consentimentos dados por maiores de 18 anos e entre pares etários. Considero os critérios geracionais muito importantes, afinal, as relações de poder são muitas vezes assimétricas nos ambientes familiares em que crianças e jovens acabam sendo desfavorecidos.

No entanto, esses critérios não encerram a questão do consentimento válido para uma vivência incestuosa desconectada da ideia de abuso sexual intrafamiliar. Essas decisões ligadas à sexualidade e ao erotismo envolvem aspectos como saúde mental, raça, território, gênero, geração, classe social e acesso a noções de direitos sexuais e reprodutivos que contribuirão— ainda que sem determinismos, pois a capacidade de lidar com o desejo sexual é sempre subjetiva e, portanto, contingente — para construir a relação entre aquelas/es que mantem práticas sexuais incestuosas. A matriz de possibilidades da relação é que será capaz de caracterizá-la como violenta ou não, ou seja, se ela aniquila, ou não, as condições de escolha para fazer valer o desejo do outro.

Ao mesmo tempo, creio que esse silêncio também contribui para que essa prática se repita como violência sexual intrafamiliar, uma vez que a maior parte dos abusos sexuais brasileiros ocorre dentro de casa (VIVER, 2015). Isso acontece, dentre outros possíveis motivos, porque a sexualidade é, muitas vezes, sinônimo de privacidade que pode esconder determinados arranjos sexuais: a nossa própria expressão popular “entre quatro paredes, tudo pode acontecer”, ressaltada por Parker (1991a), demonstra que algumas vivências sexuais são mais permissivas na medida em que são mais veladas, “protegidas”, físico e simbolicamente, pelas paredes domésticas. Porém, alguém pode ficar desprotegida/o nessas relações entre quatro paredes. Podem morar justamente nelas a dificuldade em politizar o incesto como abuso sexual intrafamiliar. Os marcos legais e a Psicologia talvez não consigam dar conta de realizar essa proteção e/ou realizar um diálogo com a diversidade de práticas sexuais.

No caso do incesto violento, que se configura extremamente ligado às desigualdades de gênero, podemos pensar ainda se essa prática não seria um reflexo do ápice da domesticação feminina. Ou seja, uma maneira de restringir, circunscrever as práticas sexuais das mulheres ao ambiente familiar assimétrico. Isso porque a maior parte dos casos de abuso sexual intrafamiliar registrados são aqueles em que uma figura masculina é agressora, e uma feminina é vítima (BRITO et al, 2005; HABIGZANG et al, 2005). Talvez isso sugira a

existência de um tipo extremado de cerceamento do corpo feminino nesse lugar que cabe, muitas vezes, à mulher, signo e guardiã do espaço familiar.

Assim, questões de saberes sobre a sexualidade, de poder, de geração, de gênero estão envolvidas quando estudamos incesto. No entanto, não serão as minhas respostas que interessarão, mas sim as de um grupo de jovens, durante momentos de formação em um espaço privilegiado para discutir sobre sexualidade. Considero não só um privilégio, como de extrema relevância participar de um grupo desse tipo, na medida em que as relações entre juventude e sexualidade são frequentemente marcadas por tensões. Não é raro que as/os jovens sejam desautorizadas/os a tomar decisões ligadas as suas vidas sexuais, ainda que lhes seja exigido um cuidado que pode se tornar extremamente individualizado com sua saúde sexual (PARKER; MANIR, 2009). A pretensão, portanto, será de parafraseá-las/os, já que toda tentativa de representação é uma ficção. Como mulher pesquisadora, branca e de classe média, posicionada privilegiadamente numa posição de poder, acredito que essa tenha sido a minha tarefa: de acolher e analisar informações de áreas por vezes silenciadas (SPIVAK, 2010).

O grupo de jovens ao qual me refiro chama-se Ação Juvenil. O Ação Juvenil fez parte do Projeto Diálogos para o Desenvolvimento Social de Suape. O Diálogos caracterizou-se como uma pesquisa-intervenção que surgiu com o objetivo de cuidar dos processos de vulnerabilização social sofridos pela microrregião Suape, preocupando-se em reduzir os índices relacionados aos problemas de saúde e violência, como DSTs e HIV/AIDS, uso abusivo de álcool e outras drogas, violência sexual e de gênero (UFPE, 2011). Afinal, essa região passou por intensas modificações econômicas, políticas e sociais desde a chegada da Refinaria Abreu e Lima que intensificaram muitos desses processos. Assim, o Ação Juvenil teve como objetivo sensibilizar jovens estudantes da Rede Pública de Ensino da microrregião Suape para temáticas ligadas à saúde e proteção por meio de oficinas. Eu fiz parte dessa formação sensibilizadora tanto para nós, da equipe, como para o campo. Inicialmente, participei como facilitadora dos encontros, durante aproximadamente um ano, e depois durante seis meses como assistente de pesquisa, de modo que o meu contato com o campo foi anterior ao início do curso desta Pesquisa.

Essa aproximação com o campo me permitiu observar que havia uma demanda relacionada ao trabalho de questões conectadas à sexualidade e juventude no território. Durante as oficinas, conheci, por exemplo, uma jovem que relatou ter sofrido abuso sexual intrafamiliar. Isso me mobilizou e me mostrou a importância de, a partir da sensibilização,

incentivarmos as/os jovens a ampliarem suas possibilidades de lideranças no campo da Saúde e dos Direitos Humanos. Alguns desses trabalhos foram realizados nas chamadas “Caravanas da Cidadania”, sub-projeto que também fez parte do Projeto Diálogos. As Caravanas tiveram como objetivo sensibilizar 40 comunidades de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca sobre os temas-chave do Projeto Diálogos através da mobilização e intervenção comunitária.

Assim, o meu contato prolongado com o grupo do Ação Juvenil para trabalhar questões ligadas à sexualidade e os grandes índices de violência sexual na região me motivaram a pesquisar os sentidos que esse grupo construiria sobre o tabu – ou não seria um tabu? – do incesto. Afinal, esse objeto tem assombrado e fascinado a humanidade há séculos. Os assombros, encontramos sem dificuldade na etimologia da palavra, na maior parte das religiões, na Psicologia, na Psicanálise, na Rede de Atenção e Cuidados a Crianças e Adolescentes, nas formas de organização dos laços de parentesco contemporâneas, orientais e ocidentais.

O fascínio, também com facilidade, encontramos na arte, nas músicas, nos filmes, pornográficos e não pornográficos, nas obras literárias<sup>3</sup>. Mas quais seriam os sentidos construídos pelo grupo de jovens do Ação Juvenil sobre incesto? De que forma esses sentidos estariam demarcados por gênero e geração, relativos às relações assimétricas de poder configuradas dentro e fora da família? Em que medida esses sentidos se relacionam com os modos de pensar a sexualidade para tais jovens? Essas perguntas constituem os principais objetivos desta Pesquisa. Para cumpri-los, parto de um pressuposto não representacionista e não essencialista da Linguagem, no caso, de uma noção Pragmática (RORTY, 2007). Isto é: da noção de que os sentidos das palavras não estão esgotados na sua estrutura; e que a Linguagem não é “meio” para representar o que “já está dado”. Ela é ação, uma vez que os sentidos das palavras se constroem no uso cotidiano. Dessa maneira, não existe “incesto pré-linguístico”; o mesmo passa a (re)existir na medida em que falamos sobre ele.

---

<sup>3</sup> Podemos encontrar retratos do incesto em filmes pornô e demais longas metragens que abordam a questão de maneira diversa. No caso do filme brasileiro “A festa da menina morta”, trata-se de um arranjo sexual homoerótico entre pai e filho, esse último já adulto. No filme francês “Os sonhadores” e no norte-americano “Shame”, ficam sugestivas as relações afetivo-sexuais entre irmã e irmão, marcados por sofrimentos, principalmente de culpa, causados pelo desejo entre eles. No italiano “La Luna”, o arranjo é entre mãe e filho, esse último ainda jovem. No francês “Seul contre tous”, o arranjo é violentamente construído por um pai que e sua filha, diagnosticada com retardo mental. Por fim, o brasileiro “A história da eternidade” trata do arranjo entre o tio e uma sobrinha, que apaixona-se por ele, ambos ainda jovens – embora ela muito mais jovem do que ele. Já no livro, por exemplo, “A casa dos budas ditosos- luxúria”, de João Ubaldo Ribeiro, há relatos de relacionamento afetivo-sexual entre irmã e irmão. Por fim, é comum ainda encontrarmos questões cotidianas intrigantes ligadas ao incesto nas letras de músicas brasileiras, tal como “Assim você mata o papai”, do grupo Sorriso Maroto.

Nem “o incesto pré-linguístico” e nem “A Verdade” sobre ele. Também não há nada que existe por trás, ao lado, acima ou abaixo das práticas sexuais que possa ser responsável por compor uma homogeneidade destas: dizer o que é ou não sexual é um hábito linguístico (COSTA, 1995). Afinal, existe uma propriedade erótica e subjetivante na Linguagem. Vocabulários diversos (re)produzem subjetividades diversas. E, conforme a descrição de nossas subjetividades, interpretamos a sexualidade do outro como idêntica, familiar, estranha, exótica e/ou até mesmo desumana (COSTA, 2002). Vejamos, então, como, no meio das possibilidades pouco homogêneas de arranjos sexuais incestuosos, podemos nos desafiar a estudar os sentidos construídos sobre incesto de acordo com o referido grupo de jovens.

Para atingir esse objetivo principal, seguirei o seguinte roteiro: no segundo capítulo, tentarei entrelaçar diferentes tempos: desde os mais longínquos, ligados à emergência da proibição do incesto, aos mais atuais. Posteriormente, discutirei sobre como se posicionou e se posiciona a Psicologia e Psicanálise sobre ele e, por fim, entrelaçarei com os tempos da emergência do “abuso” sexual infanto-juvenil. Isso porque o termo incesto já tem o emprego associado ao “abuso” (MÉLLO, 2006a; FÍGARI, 2009). Esse último reflete uma postura cada vez mais generalizada nas sociedades contemporâneas de interditar qualquer tipo de veiculação sexual intrafamiliar, referindo-se especificamente àquelas legalmente proibidas entre adultos/crianças/jovens. Veremos, então, se e como é possível ainda distinguir os conceitos de incesto e abuso sexual intrafamiliar.

No terceiro capítulo, irei discutir mais detalhadamente sobre o método. Acredito, inclusive, que o método está sendo referido desde estas primeiras palavras introdutórias, uma vez que ele é um processo que posiciona ética e epistemologicamente a forma de pesquisar. Ou seja, a escolha do método acarreta diferentes concepções da ciência e da pesquisa, sendo esta uma pesquisa-intervenção qualitativa feminista (POUPART, 2008; MINAYO, SANCHES, 1993; HARAWAY, 1995). Em linhas iniciais, isso significa que a propriedade interventiva, que pode ser inerente a qualquer pesquisa, ainda que não seja seu propósito, foi priorizada como ponto de partida e de chegada desta. E que se trata de uma pesquisa qualitativa porque se interessou por uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais, com o método das oficinas para acessar e dimensionar, a partir da interpretação, os sentidos e os processos de subjetivação das/os interlocutores – e, por vezes, da pesquisadora – ligados ao objeto da pesquisa.

Além disso, defendo uma ciência feminista em que não há a possibilidade de uma neutralidade absoluta, e em que a objetividade se constitui num saber produzido de forma

localizada, colorida, na não cisão entre sujeito e objeto, num esforço de me posicionar como pesquisadora emaranhada nas relações intersubjetivas que se constroem no campo (HARAWAY, 1995). No caso, considere necessário discutir os seguintes métodos e técnicas adotados: a pesquisa-intervenção-pesquisa (ADRIÃO, 2014), o método etnográfico (DA MATTA, 1978) e as oficinas como tecnologias sociais de “intervenção” no campo (PASSOS, 2012). Em seguida, apresentarei o modelo de análise que se baseou na análise temática (BARDIN, 1977).

Por fim, nos capítulos quatro e cinco, irei discutir a análise, a partir das categorias temáticas construídas relacionadas ao incesto. O capítulo cinco será seguido das considerações finais, nas quais serão tecidas reflexões sobre as categorias analíticas e sobre a relação de finalização do trabalho com o Ação Juvenil, em que aproximo o funcionamento grupal ao de um rizoma (DELEUZE; GUATARRI, 1995). Ou seja, a algo sem começo nem fim, mas sempre numa espécie de “meio de caminho” entre criativas formas de crescimento, no qual transborda com intensidade.

## 2. ENTRE AS BORDAS DO ABUSO E DO ERÓTICO: O QUE É O INCESTO?

*De que se trata o incesto? De uma modalidade de prazer, de fetiche, de uma prática comum em alguma época ou contexto histórico, de exótico, de anormal, de desumano, de um tabu, de uma forma de violência? Ou de algo nada ligado ao sexual, ao menos como o entendemos hoje? Afinal, nem tudo que é da ordem do eros ou do erotismo possui apenas dimensões sexuais; por vezes, se trata simplesmente de uma força que nos possibilita investir nas ideias que desejamos inspirar (HOOKS, 2000)*

### 2.1 Circunscrevendo justificativas e origens para o tabu do incesto: os limites do gozo estão inscritos na ordem do parentesco

O tabu do incesto está presente em diversas organizações sociais, tanto ocidentais como orientais<sup>4</sup>, em que o mesmo se configura, socialmente, como uma infração moral, religiosa e legal. Nesse sentido, realizei, primeiramente, leituras interessada em localizar as principais abordagens teóricas que tentam compreender a sua origem: muitas vezes, a justificativa do interdito se tece em nome do sagrado e da biologia (SAFFIOTI, 2013). Dessa forma, o biologismo ligado à proibição das condutas incestuosas tem sido, recentemente, reativado por desenvolvimentos sociobiológicos e de Psicologia Evolutiva (FÍGARI, 2009), assim como tem ganhado força a biologização das relações familiares por intermédio, por exemplo, da biotecnologia dos exames de DNA (FONSECA, 2004).

Os argumentos que compõem esses estudos ligam-se, ainda que não explicitamente, à Religião, uma vez que a orientação religiosa funciona muitas vezes como uma instância disciplinar de gestão da vida sexual (RIOS et al, 2008) e à Genética, que identifica perigos à saúde envolvidos na reprodução entre membros de uma mesma família consanguínea. Mais especificamente, a Genética sinaliza que a homozigose genética oriunda de uma relação sexual entre familiares provocaria mais doenças hereditárias e /ou morte prematura da descendência, pela duplicação dos genes recessivos letais ou semiletais<sup>5</sup> (FÍGARI, 2009). Ao

---

<sup>4</sup> Tanto no Oriente como no Ocidente, são populares vídeos pornôis que tratam dos diferentes arranjos sexuais entre pais e filhas, pais e filhos, mães e filhos, irmãos e irmãs; encontra-se com facilidades contos eróticos e filmes que tratam de relações sexuais incestuosas. Um filme sul-coreano chamado “Oldboy” trata a questão de forma trágica: um casal de irmãos mantém relações sexuais e é descoberto por um garoto da escola. A trama trata então da vingança que esse irmão traçará contra o “delator”, pois a irmã comete suicídio depois de difamada na escola. A vingança traçada pelo irmão é violenta: isola por anos o delator, protagonista, e depois faz com que, sem que ele saiba, este se apaixone pela própria filha e viva um relacionamento amoroso com ela. Quando este descobre que estava namorando sua filha, permite que cortem sua própria língua, punindo-se, tamanho o horror que sente. Em troca, sua filha nunca poderá saber que ele era seu pai. Esses exemplos sugerem a presença tanto de um fetiche transgressor, como do “horror” ligado às sanções sociais negativas (SAFFIOTI, 2013) que circunscrevem o incesto.

<sup>5</sup> Críticos dessa teoria, conhecidos como “abolicionistas do incesto” dizem que esse argumento é absolutamente probabilístico; tais grupos justificam que os riscos de reprodução entre parentes de uma mesma família consanguínea não são maiores que qualquer outro tipo de doença de transmissão genética- como, por exemplo, filhos de mulheres com mais de 40 anos (FÍGARI, 2009).

mesmo tempo, teorias como a “Síndrome da Atração Sexual Genética” (INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DO RIO DE JANEIRO, 2015) se propõe a explicar uma eventual atração sexual entre membros de uma mesma família, também consanguínea. Essa atração poderia existir devido a supostas similaridades físicas e psicológicas que contribuiriam para que seus integrantes se sentissem atraídas/os sexualmente, ainda que houvessem vivido grande parte de suas vidas separadas/os. Apenas o fato de terem o “mesmo sangue” seria capaz de provocar essa atração/ transgressão, o que favoreceria o desenvolvimento da “síndrome” – que remete a ideia do desenvolvimento de uma patologia da sexualidade.

Assim, as produções teóricas de tais áreas do conhecimento priorizam a noção de família como aquela determinada consanguineamente. A justificativa para o tabu do incesto se constrói pela via dos perigos de uma reprodução, em que a noção de sexualidade é de uma sexualidade reprodutiva/heterossexual. Essa concepção de sexualidade se assemelha também a concepções religiosas. Sob a perspectiva da Igreja Católica, por exemplo, qualquer prática sexual é uma atividade cujo propósito deve ser o da reprodução humana e, quando não, torna-se pecado (FÍGARI, 2009). Todo discurso do pecado se reduz à proclamação e ao diagnóstico de um perigo físico e a todas as precauções materiais para conjurá-lo (FOUCAULT, 2010), diagnósticos e perigos que envolvem a questão do incesto.

Apesar de serem extremamente condenadas por diferentes concepções religiosas e sociedades, como, por exemplo, na Bíblia – a proibição do incesto na Igreja Católica <sup>6</sup> se consolidou na Idade Média– no Alcorão, na religião judaica, na China, na Indonésia, alguns estudos também relativizam a proposição da universalidade do tabu do incesto (MATIAS, 2006). A partir da observação de povos como os do Egito, da Pérsia, do Sião, da Birmânia e do Havaí, percebemos que a endogamia era incentivada com o objetivo de manter a linhagem das casas reais (NARVAZ; KOLLER, 2006).

A família torna-se exogâmica e monogâmica em função também de interesses político-econômicos associados ao surgimento da propriedade privada. No novo modo de organização social capitalista, aboliu-se a tutela do senhor feudal, as formas coletivas de produção foram desvalorizadas. O dispositivo da aliança, isto é, a exogamia, é uma modalidade de poder representativa dos estados monárquicos que sucederam o feudalismo. Utilizando-se dessa família regrada que se consolidou como patriarcal <sup>7</sup> que começa a atuar

---

<sup>6</sup> Até a metade do século IX, o casamento entre parentes era proibido pela Igreja até a sétima geração e em 1215, a extensão da proibição foi reduzida para quarta geração. Os casamentos só eram permitidos depois que os representantes da Igreja e a comunidade fizessem uma investigação para determinar se havia algum grau de parentesco (JONG, 1995).

<sup>7</sup> O conceito de patriarcado, útil do ponto de vista da mobilização política, colocou problemas à compreensão da

um novo poder, um “biopoder”, em que “o sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público, exige procedimentos de gestão: deve ser assumido por discursos analíticos” (FOUCAULT, 1988, p.27).

Portanto, uma análise sócio-histórica da construção do tabu do incesto procura mostrar razões mais ligadas a um benefício social do que mesmo um perigo biológico<sup>8</sup> (STRAUSS, 1976) – ainda que este não possa ser desconsiderado – para a origem do interdito, em que a noção de família e portanto, do incesto, também é modificada. Desde a segunda metade do século XX, antropólogos ampliam o conceito de família e de parentesco, apoiando um consenso em que a proximidade genealógica é apenas um e não mais importante dos critérios para definir o pertencimento a um mesmo grupo familiar (FONSECA, 2004). Sobre os benefícios sociais do parentesco, é interessante notar que o casamento, por exemplo, liga-se a todo um sistema de troca de bens, mesmo entre as pessoas relativamente pobres, à manutenção ou transformação dos estatutos sociais. É mais do que uma sanção religiosa ou jurídica de uma relação sexual, compromete os vínculos, inclusive, econômica e politicamente (FOUCAULT, 2010).

Assim, através de percurso sócio-histórico, encontrei registros de que muitos e antigos agrupamentos humanos eram endogâmicos. A família exogâmica surge com a função de manter a sobrevivência dos grupos no sentido de que as alianças formadas pelos casamentos que asseguravam a paz entre diferentes grupos (NARVAZ; KOLLER, 2006). Essas alianças eram seladas, muitas vezes, a partir da “troca de mulheres” (STRAUSS, 1976; RUBIN, 1993). Para Rubin (1993), que delineou o que chamou de “estrutura da opressão e subordinação sexual” nas sociedades pré-Estado, os sistemas de parentescos eram elementos indispensáveis para a interação social. Isso porque participavam da organização da atividade econômica, política, cerimonial bem como a sexual. Apesar dos referidos sistemas variarem bastante entre as culturas, em geral – e não universalmente – funcionavam a partir do tráfego de mulheres, ou seja, da troca de mulheres entre homens, para que se realizasse o casamento não consanguíneo, o que conteria uma teoria implícita da opressão sexual.

---

historicidade da condição feminina. Com o tempo, o patriarcado passou a ser uma espécie de conceito vago, sinônimo de sistema de opressão masculina, tratado, por vezes como uma essência (PISCITELLI, 2004). Daí, a necessidade do cuidado de tratá-lo sempre como fenômeno contingente e histórico.

<sup>8</sup> Segundo Lévi Strauss (1976, p. 520/521): “A exogamia fornece o único meio de manter o grupo como grupo, de evitar o fracionamento e a divisão indefinidos que seriam o resultado da prática de casamentos consanguíneos[...] a exogamia só proíbe o casamento endógamos para introduzir e prescrever o casamento com um grupo diferente da família biológica. Certamente não é porque algum perigo biológico se ligue ao casamento consanguíneo, mas porque do casamento exógamo resulta um benefício social”.

Assim, essa mulher objetificada era presenteada para manter a ordem dos laços de parentesco; a “troca de mulheres” é, inclusive, um passo inicial na construção de conceitos através dos quais as desigualdades de gênero podem ser refletidas, algo que retomarei mais adiante. Essas trocas eram feitas em “carne de mulher”, moeda entre os homens: os sistemas de parentesco se baseariam em práticas em que apenas os homens se firmariam como sujeitos sexuais. Nesse sistema, os homens possuem certos direitos sobre suas parentes<sup>9</sup>; já as mulheres não tem os mesmos direitos sobre si mesmas e/ou sobre seus parentes do sexo masculino (RUBIN, 1993).

Além disso, a lógica heteronormativa também se faz presente nos sistemas de parentesco organizados a partir do tabu do incesto. Segundo Rubin (1993), esse tabu impõe a finalidade social da exogamia e da aliança a partir dos “eventos biológicos” da prática sexual e da procriação; ou seja, os sistemas de parentesco possuem regras ditando, modelando, governando a sexualidade para homens e mulheres, sendo a heterossexualidade obrigatória<sup>10</sup> como produto desse sistema. Dessa forma, a proibição de determinadas uniões sexuais pelo tabu do incesto implica ao mesmo tempo num tabu contra uniões homossexuais. Ou seja: o debate sobre o incesto continua sendo mais colocado a partir da vinculação reprodutiva do que da possibilidade do desejo (FÍGARI, 2009) e do consentimento, seja para vivências sexuais homo ou heteroafetivas. Dessa maneira, o interesse será contingenciarmos as possíveis origens sócio-históricas do tabu para podermos refletir sobre esse tipo de prática sexual, e assim considerar os diferentes arranjos, eróticos e/ou violentos que podem ser construídos a partir dela

## **2.2 A moral sexual civilizada da Psicologia e da Psicanálise: a importância da noção do incesto**

A partir da busca bibliográfica no scielo e banco de teses da CAPES, com o descritor “incesto”, foi possível localizar trabalhos nas mais diferentes áreas do conhecimento: um grupo nas interfaces entre ciência e arte, que estuda o incesto nas obras literárias, no cinema,

---

<sup>9</sup> Algumas exceções são apontadas para esse tipo de funcionamento nos sistemas de troca. “Nos sistemas de parentesco em que o preço da noiva determina o status do marido e da esposa, os simples pré-requisitos de casamento e gênero podem ser sobrepujados. Entre os Azande, um homem jovem que tenha meios pode tomar um menino como esposa, enquanto espera ter mais idade” (EVANS-PRITCHARD, 1970, *apud* RUBIN, 1993, p. 12). “No Dahomey, uma mulher poderia tornar-se marido se ela possuísse o preço da noiva necessário” (HERKOVITZ, 1937, *apud* RUBIN, 1993, p.12).

<sup>10</sup> Os sistemas de parentesco não apenas encorajam a heterossexualidade em detrimento da homossexualidade, a depender da análise de sistemas sexuais específicos, como em muitos grupos da Nova Guiné em que a associação incentivada é aquela com um parente homem mais velho (RUBIN, 1993).

no teatro, (BISCAIA, 2012; MANFRINI, 2012; SILVA, 2012a). Outro grupo na área do Direito, interessado na eficácia ou não do Poder Judiciário em contribuir para o combate à violência sexual intrafamiliar e na aplicação das medidas protetivas (VARGAS, 1999); outros estudos classificados pela fonte na área de Antropologia e Ciências Sociais (BELAUNDE, 2006; SOUZA, 2004) que são os estudos concentrados nas ideias sobre parentesco, cultura e laços consanguíneos, e por fim um grande grupo na área da Psicologia.

A Psicologia vem produzindo sobre o tema do incesto basicamente por duas vias: a via de Psicologia Clínica, muito ligada aos estudos psicanalíticos, e a via da Psicologia ligada à defesa dos direitos das crianças e das(os) jovens. Há uma certa lacuna nos estudos “psi” de Sexualidade de forma geral para a prática do incesto consentido, ainda que com exceções (FÍGARI, 2009; SAFFIOTI, 2013). Muitos estudos pela via psicanalítica associam o incesto ao abuso sexual uma vez que tratam de estudos de caso dos impactos dessa vivência incestuosa, tanto dos considerados “agressores” como dos considerados “vítimas” (TRALLI, 2012). Outros são mais teóricos, articulam às estruturas clínicas de perversão e psicose da Psicanálise Estrutural às experiências incestuosas (BENINI, 2012). Por fim, outro grande grupo de pesquisadoras(es) psicólogas(os) avançam na luta sob o prisma do abuso sexual intrafamiliar e da defesa dos direitos humanos. Ou seja, tratam dos casos de vivências incestuosas entre adultos e crianças e adultos e jovens, portanto concebidas como violentas a partir dos marcos legais como a Declaração dos Direitos Sexuais, pela Assembleia Geral da “World Association for Sexology”, em 1997 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. O termo incesto evoca, assim, geralmente o trabalho psicológico-clínico, ou a ideia de “abuso” sexual que pressupõe um olhar diagnosticador, muitas vezes o associando necessariamente a um trauma, e também uma postura punitiva (MÉLLO, 2006c).

A Psicanálise possui uma noção própria de subjetivação sexualizada “incestuosa”. É conhecida a divulgação da ideia de universalidade do tabu do incesto e de seu papel como fundante na civilização. Nesse sentido, para Freud (1913), a primeira escolha do ser humano é regularmente incestuosa e o horror ao incesto não é um instinto inato, mas adquirido socialmente. O Complexo de Édipo é uma vivência que vai teorizar sobre a estruturação da vida psíquica: neurose, perversão, psicose, através da interpretação de como se constrói a relação do sujeito com a lei que estaria “no cerne das culturas”.

Por um lado, a Psicanálise nos ajuda a estranhar menos a ideia do incesto. Ao se apropriar desse objeto, trata não necessariamente de uma vivência sexual concretizada, mas de uma teorização da vida psíquica que se inscreve a partir do desejo que nasce de um

interdito. Assim, se consideramos os jogos sexuais presentes nas famílias podemos até nos aproximar de uma identificação de algum tipo de “experiência” incestuosa na nossa trajetória. Afinal, a sexualidade é algo que ultrapassa as relações sexuais concretizadas; é sinônimo de socialização, processo em que se relacionam desejos, pertencas a novos grupos, auto-afirmações e reproduções do visto, do aprendido, em que se tecem trajetórias. É um processo impregnado de influências, de poderes, de marcadores sociais (ALMEIDA, CASTRO, MIRANDA, 2007), e a família é um importante espaço de identificação e socialização do sujeito.

Por outro lado, a Psicanálise aproxima a transgressão real do interdito do incesto às estruturas psicóticas e perversas<sup>11</sup>, geralmente associadas à “sexualidades desviantes”, a prazeres patológicos. Em Psicanálise, diz-se ter as bases da vida simbólica ordenada todos aqueles que internalizaram o interdito do incesto. O ideal é, então, que a criança seja capaz de deslocar a situação afetiva criada pelo tabu do incesto para seu “mundo ambiente”: para a escola, para as atividades lúdicas, entre os colegas (MANNONI, 1982). A experiência neurótica da castração não é tida como sinônimo de saúde psíquica, uma vez que experiências patogênicas de diversas ordens podem acometer sujeitos “castrados”. Mas a sexualidade neurótica é tida como padrão referencial em relação à sexualidade perversa ou psicótica.

Essas associações à perversão e à psicose e a universalidade da noção psicanalítica acerca do Complexo de Édipo foram problematizados, por exemplo, por Foucault (1988, 2010) e por Deleuze e Guatarri (1976). Deleuze e Guatarri (1976, p.216-217) afirmam uma necessidade maior de contextualização sócio-econômica e política das famílias que supostamente vivenciam o Édipo:

[...] Como se pode dizer que o Édipo nos faz falar em nosso próprio nome, quando se estabelece por outro lado que sua solução nos ensina ‘a incurável insuficiência de ser’ e a universal castração? É qual é essa demanda invocada para justificar o Édipo? Está certo, o sujeito pede e re-pede papai e mamãe, mas que sujeito e em que estado? É esse o meio de ‘situar-se pessoalmente na sua própria sociedade’? E que sociedade? A sociedade neo-colonizada que lhe fazem, e que consegue afinal o que a colonização soube apenas esboçar, um efetivo rebatimento das forças do desejo sobre Édipo, sobre um nome de pai, no grotesco triângulo?

---

<sup>11</sup> Acerca dessa articulação à psicose, criticam Deleuze e Guatarri (1976, p. 160- 161): “impõe-se ao psicótico uma ‘organização’ edipiana, ainda que para assinalar uma *falta* nele. Ele reage pelo autismo e pela perda da realidade. Será possível que a perda de realidade não seja o efeito do processo esquizofrênico, mas o efeito de sua edipianização forçada, quer dizer, de sua interrupção? O esquizo não seria doente em Édipo, de um Édipo que surgiria tanto mais na sua consciência alucinada porque ele faltaria na organização simbólica de seu ‘eu’ inconsciente...ele não tem outro modo de reagir à barragem de todos os seus investimentos de realidade, barragem que lhe opõe o sistema edipiano repressão-recalcamento...Eles perderam a realidade. Mas quando a perderam? Na viagem ou na interrupção da viagem?”

Foucault (2010) questiona a universalidade do Complexo de Édipo postulado pela Psicanálise, de forma que explica dois “modos de sexualização da família” ou dois modos de “familiarização da sexualidade” construídos pela política científica da sexualidade. Um desses modos corresponde ao da família burguesa, em que os discursos médico e psicanalítico contribuem para gerir e inspirar as formas que tais famílias lidam com questões sexuais intrafamiliares. A cruzada anti-masturbação é o que vai inscrever, nas famílias burguesas, o medo do incesto, origem de todas as pequenas anomalias. Não apenas que o corpo sexual de seus filhos pertence de direito aos seus cuidadores, que portanto devem vigiá-lo e controlá-lo, mas também que ele lhes pertence num nível ainda mais profundo, já que o desejo dos filhos é dirigido a eles. Houve portanto uma forte reapropriação da sexualidade infantil pela afirmação de que o desejo da criança é dirigido precisamente aos pais na família burguesa.

Isso não é válido, no entanto, para a sociedade em geral e nem qualquer tipo de família. Nas famílias populares, por exemplo, o medo do incesto não é mais dirigido “dos filhos” aos “pais”, e sim “dos pais” aos “filhos”. No caso, quem deve vigiar e controlar a sexualidade intrafamiliar dessas famílias é o Poder Jurídico. Outro tipo de intervenção, não mais médica e/ou psicanalítica. A interdição é “do mais velho para o mais moço”, a interdição torna-se uma necessidade social. O incesto não é mais uma fatalidade do desejo infantil ligado à subjetivação, como diz a Psicanálise (FOUCAULT, 2010).

Tais noções podem nos ajudar refletir, por exemplo, sobre a ideia corrente de que o abuso sexual intrafamiliar é algo que acontece “somente nas famílias pobres” (NARVAZ; KOLLER, 2006) e/ou por que crianças e jovens são julgados incapazes de lidar com a própria sexualidade, que deve ser encoberta, silenciada e vigiada pelos adultos. O perigo do incesto se articula, portanto, também a uma política de interesses de classe, que confere benefícios sociais aos adultos pertencentes a uma classe favorecida economicamente. Ou seja, a economia científica, que também é política, se articula para uma reordenação da sexualidade dos sujeitos dentro das famílias; assim, simultaneamente, reordena “a sociedade” a partir das diferentes relações estabelecidas entre as famílias e os poderes da Ciência Médica e do Poder Jurídico.

Porém, ao mesmo tempo em que criticam a universalidade do Complexo de Édipo e, portanto, os modos de estruturação psíquica sexualmente trianguladas, tanto Foucault (2010) como Deleuze e Guatarri (1976) afirmam que, no caso de uma cultura psicanalitizada, é como se não houvesse uma escapatória a essa linguagem. Não é fácil exercer uma autocrítica ao

Édipo em uma organização em que está incrustada a Psicanálise, e/ou negar sua legitimidade entre nós na sociedade capitalista.

Somos produtos da contingência da linguagem em que também está presente a Psicanálise: nossos desejos e nossas morais são igualmente contingentes (COSTA, 2002). Devemos nos construir como produtos críticos dessa e outras contingências, cientes de que aprendemos a falar essa língua do Édipo, da Psicanálise e por isso talvez não consigamos desaprendê-la. No entanto, isso não nos impede de aprender a falar outras línguas e pensar que essas seriam as “únicas e/ou verdadeiras” línguas para explicar os modos de subjetivação de todos os seres humanos. Nesse sentido, a Psicanálise se tornou mais do que uma teoria que liga os sistemas sexuais e de parentesco, ela é um desses próprios mecanismos (RUBIN, 1993).

Sendo não só a Psicanálise, como a Religião, a Biologia, a Medicina, e o Jurídico tão importantes referências na nossa cultura para lidarmos com a sexualidade, os sistemas de parentesco e a divisão dos sexos, se eventualmente fugimos desses limites postulados em relação ao incesto, provavelmente adoecemos no sentido de padecermos de um intenso sofrimento. Há quem diga, como Jurandir Freire Costa (2002), que optaríamos pela morte; acrescento, por sofrimentos ligados a mortes simbólicas. O mito do parricídio primordial diz então que ou aceitamos as regras indicativas do que é permitido, proibido ou prescrito, ou poderemos vir a “nos exterminar”. Por aí, acredito, circula a ideia do abuso sexual intrafamiliar: a possibilidade de um extermínio simbólico não só de uma regra social, como dos direitos da criança e da/o jovem como sujeitos políticos, como sujeitos de desejo, na medida em que comumente matam também a possibilidade de falar sobre esse tipo de transgressão.

Isto é, a experiência do incesto pode provocar mortes subjetivas, pois somos sujeitos da Linguagem e da Sexualidade, e/ou da Linguagem da Sexualidade. Ainda que, por vezes, consentidas validamente, há uma grande possibilidade de que pessoas que estabelecem tais relações incestuosas sejam estigmatizadas, o mesmo podendo ocorrer com seus filhos e filhas. Isso pode gerar enormes custos sociais e emocionais para indivíduos nelas implicados (SAFFIOTI, 2013). Sofrimentos são comuns, porém não universais, também aos que viveram o incesto de forma violenta. Sentimentos de culpa, de nojo, ansiedade, pânico, quadros depressivos e/ou tentativas de suicídios podem afetar pessoas vítimas de abuso sexual intrafamiliar (MÉLLO, 2006b).

Na cultura ocidental e capitalista em que vivemos, a morte só se justifica quando se trata de manter vivo o princípio moral (COSTA, 2002). Em nome, portanto, de manter vivo o princípio moral de não praticar sexo entre membros de sua própria família, pode ser difícil falar quando ele não é respeitado. Por vezes, matam-se as possibilidades para tal. São silêncios que podem provocar dores, mortes simbólicas – e por vezes, mortes “reais”. Afinal, como vimos, transgredir o tabu do incesto pode ser tido, ao mesmo tempo: como pecado, como perigo para uma reprodução saudável, anormal, psicótico, perverso, e/ou violento. Em geral, algo que ameaça a saúde física e mental do sujeito – ainda que essas não devam ser dicotomizadas. Discursos científicos, inclusive ligados à Psicologia, corroboram com essas noções.

### **2.3 Jovens corpos e sexualidades restritos ao espaço doméstico: a construção social do abuso sexual intrafamiliar.**

Para Parker (1991b), implícita ou explicitamente, os sistemas de gênero e sexualidade articulam muito claramente um repertório de práticas sexuais, algumas definidas como aceitáveis, outras como proibidas. Os modos de interação sexual são oriundos de prescrições culturais que sofrem mudanças conforme o tempo histórico. Os sentidos de proteção e cuidado ligados à sexualidade da infância e da juventude, por exemplo, não foram os mesmos em diferentes contextos sociais e políticos. Da mesma maneira, a concepção de abuso sexual – intra ou extrafamiliar – como prática proibida, inclusive legalmente, é uma construção social bastante relacionada a essas mudanças.

Geralmente, o abuso sexual intrafamiliar é definido por qualquer relacionamento oriundo da estimulação sexual intencional por parte de um vínculo parental em que há a proibição do matrimônio<sup>12</sup>, no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de todas as pessoas envolvidas. O incesto é, assim, configurado legalmente como abuso sexual

---

<sup>12</sup> O Código Civil Brasileiro (2002) regula as uniões matrimoniais entre membros de uma mesma família, tanto consanguínea quanto adotiva: **Art. 1.521.** Não podem casar: I – os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil; II – os afins em linha reta; III – o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante; IV – os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive; V – o adotado com o filho do adotante. **Art. 1.522.** Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz. *Parágrafo único.* Se o juiz, ou o oficial de registro, tiver conhecimento da existência de algum impedimento, será obrigado a declará-lo. **Art. 1.523.** Não devem casar: IV – o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas. *Parágrafo único.* É permitido aos nubentes solicitar ao juiz que não lhes sejam aplicadas as causas suspensivas previstas nos incisos I, III e IV deste artigo, provando-se a inexistência de prejuízo, respectivamente, para o herdeiro, para o ex-cônjuge e para a pessoa tutelada ou curatelada; no caso do inciso II, a nubente deverá provar nascimento de filho, ou inexistência de gravidez, na fluência do prazo.

sempre que envolve adulto e a/o jovem e/ou criança, já que a criança e a/o jovem são consideradas/os seres em condição peculiar de desenvolvimento, portanto incapazes de consentir validamente para relacionar-se sexualmente<sup>13</sup> (MAIO; VASCONCELOS, 2009).

As definições de infância e de juventude se modificaram de acordo com parâmetros ideológicos. Sobre a infância, o sentimento de particularidade, de compreensão da criança como um ser merecedor de cuidados especiais, de especificidades intelectuais, comportamentais, emocionais e corporais só nasceu a partir do século XII. Na Idade Média, a criança era vista como um “pequeno adulto”, muitas vezes já inserida no mundo do trabalho. No que se refere à sexualidade, até o século XVI era natural que os adultos fizessem alusão a assuntos sexuais na presença das crianças, uma vez que elas eram vistas como alheias e indiferentes à sexualidade.

No entanto, a partir da Renascença, ocorre um intenso processo de privatização do espaço doméstico, e as dicotomias entre “público” e “privado” são extremadas. A criança passa a ser vista como o centro do grupo familiar, cercada de um interesse psicológico e uma grande preocupação moral. E, portanto, já em meados do século XVII, predomina a noção de uma inocência infantil que precisava ser preservada (ARIÈS, 1981). A partir daí, nasce a noção do abuso infantil. No entanto, o abuso era ligado à ideia dos maus tratos, não especificamente ao sexual. O abuso *sexual* infanto-juvenil só vai se consolidar a partir das reivindicações trabalhistas de feministas no final do século XIX<sup>14</sup> (MÉLLO, 2006b).

Com as teorizações de Freud (1905) a relação entre infância e sexualidade sofreu novas variações. A partir dele, não sem resistência, construiu-se um discurso contra hegemônico de existência da sexualidade infantil, o que remete a ideia da criança como sujeito de desejo e sujeito sexual. No nosso modo de organização<sup>15</sup> social e dos sistemas de

---

<sup>13</sup> Na frase em que se encontra, compreendo por “relacionar-se sexualmente” todas e quaisquer práticas que veiculem a sexualidade: carícias, exposição de crianças a jogos sexuais, não apenas o sexo genital heterossexual. Essas práticas podem ser amplamente variadas de acordo com a impossibilidade de limitar as formas de prazer presentes na sexualidade humana, incluindo as violentas, que se relacionam à satisfação sexual diante da dificuldade do outro em consentir validamente, ao desprazer provocado no outro ou mesmo a algum prazer que não se pode admitir.

<sup>14</sup> Nenhuma dessas mudanças acerca da concepção de infância e nem do abuso sexual foram automáticas; haviam ideias misturadas baseadas, por exemplo, a partir de Santo Agostinho, que defendia que as crianças eram perversas, e não inocentes, e deveriam ser corrigidas pelos adultos. Já no século XVII, o Iluminismo vai inspirar a ideia de que a criança é desprovida de sexualidade. O pensamento amplamente aceito de Rousseau, corroborado pela Igreja, vai causar uma grande preocupação em manter os assuntos ligados ao sexual distante da infância (ARIÈS, 1981).

<sup>15</sup> Outra forma de organização de sistema sexual e de gênero é encontrada, por exemplo, na tribo Sambia, da Nova Guiné. O que ordena as práticas sexuais dessa tribo é o sêmen como o princípio da vida, e não o sexo. Dessa forma, o ato sexual mais importante é o da felação. Assim, no início da “evolução sexual de um sambia”, os meninos adquirem o sêmen dos adultos; a transmissão do sêmen envolve jogos eróticos, questões de

gênero e sexualidade, a criança e a/o jovem ocupam um dos últimos lugares nas categorias de subalternidade –especialmente se forem jovens, negras, pobres e mulheres (SAFFIOTI, 1989). As relações de poder, intrínsecas a qualquer relação social, são desiguais dentro das instituições. Nas famílias, não é diferente: existem relações assimétricas de poder demarcadas, por exemplo, por gênero e geração, que também circunscrevem práticas de abusos sexuais intrafamiliares.

Nessas relações intrafamiliares também estão presentes vários mecanismos de controle ligados à sexualidade (NARVAZ; KOLLER, 2006). Daí a impossibilidade de crianças e jovens em decidir, de forma não coercitiva, a relacionarem-se sexualmente com adultos. Geralmente, isso é feito de formas silenciadas em que ficam tolhidas as possibilidades de socialização necessárias para o aprendizado do sentir e dizer o que é dor, prazer, satisfação (COSTA, 2002). A violência se faz presente pois matam-se essas possibilidades, o que pode gerar sofrimento.

Reconhecer que crianças e jovens estão em condições de desigualdade que as desfavorecem, muitas vezes, enquanto sujeitos políticos e sujeitos de desejo, só é possível se reconhecermos a existência e importância da sexualidade na infância e na juventude. Isso porque não fazê-lo contribui para que se fortaleça um tabu que dificulta, inclusive, que crianças e jovens possam identificar até mesmo situações de abuso ou mesmo conversar sobre sexualidade de forma geral. Dificulta também poderem trabalhar a questão do prazer que pode estar presente em situações de abuso sexual, questão que causa bastante sofrimento por se capaz de mobilizar sentimentos de culpa (MÉLLO, 2006b).

No entanto, reconhecer essa sexualidade não deve implicar, absolutamente, na construção de processos de culpabilização e julgamentos morais direcionados a crianças e jovens motivados por sentimentos de horror e nojo, identificados, por exemplo, em profissionais da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente pelo Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infância e Juventude no Território Brasileiro- PAIR <sup>16</sup> (MENEZES; RIOS, 2009). Tampouco devemos tratar as vítimas de abuso sexual, seja ele intra ou extrafamiliar, como pessoas que viveram uma experiência

---

procriação, crescimento, força e espiritualidade (COSTA, 2002). Essa prática não é vista, dentro desse outro modo de organização social, como violenta.

<sup>16</sup> Independente do tamanho do município brasileiro notam-se dificuldades da equipe em realizar deslocamentos moralistas, além de obstáculos no que diz respeito à garantia do direito a uma atenção cuidadosa, especializada e que não cause revitimizações a crianças e adolescentes em situação de abuso sexual intra ou extrafamiliar (MENEZES; RIOS, 2009). No Brasil, a forma como são feitos os registros de situações de violência familiar de forma geral é fragmentada, o que gera deficiências nos procedimentos a serem adotados pelos profissionais e pelas instituições (BRITO et al, 2005).

necessariamente traumática, merecedoras de cuidados motivados pelo sentimento de piedade (MÉLLO, 2006b) e/ou ainda necessariamente reprodutoras<sup>17</sup> do abuso. É importante, assim, evitar alarmismos e pânico moral, uma espécie de “caça às bruxas”<sup>18</sup> comuns no caso de pedofilia, pois isso pode comprometer ações responsáveis que consigam defender os direitos que podem estar sendo violados (PARKER; MANIR, 2009). As inter-invenções devem ser mobilizadas a partir da criatividade para novas possibilidades atreladas às particularidades e contingências de cada caso.

Nos casos mais específicos dos estudos sobre juventudes e as relações com a sexualidade, um grande avanço foi diferenciar as/os jovens das crianças. As próprias conquistas dos marcos legais em relação a esse público chegaram tão conjuntamente com as de infância que até hoje, em alguns aspectos, é possível perceber uma dificuldade em especificar esse período. Refletir sobre sexualidades e juventudes consiste, assim, em um grande desafio.

Muitas das concepções difundidas na sociedade apresentam uma ideia de identidade universal para a juventude<sup>19</sup>. Essa identidade é marcada por um moralismo que concebe juventude como sinônimo de irresponsabilidade e de incapacidade, inclusive, para gerir a vida afetiva e sexual que seria “desregrada” e marcada por relacionamentos “efêmeros” (HEILBORN; AQUINO; KNAUTH, 2006). O modo ditado com uma única “identidade adolescente” preocupado em ditar padrões de normalidade e ideais de conduta está intimamente ligado à ideologia meritocrática do sistema neoliberal. É nessa articulação política entre a concepção de adolescência e o capitalismo neoliberal que se construiu uma lógica de identidade massificante, patologizante e que alimenta ao mesmo tempo um individualismo para os sujeitos que estariam vivenciando esse período (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

Assim, tais modelos corroboram com certas noções de que as/os jovens não são capazes de decidir sobre suas atividades sexuais (PARKER; MANIR, 2009) supostamente

---

<sup>17</sup> Algo semelhante ao que diz Jurandir Freire Costa (2002, p.52) sobre os homossexuais, sobre o que muitos pensam, devido à associação com a perversão, que: “O transviado da infância será o assassino e o torturador da maturidade”.

<sup>18</sup> No filme dinarquês “A Caça” (2012) podemos observar um pouco desse alarmismo. O filme conta a história de um professor de educação infantil que, certo dia, é beijado por uma criança na boca, um beijo do tipo “selinho”. Ele explica para ela que ela não pode fazer aquilo, mas o ocorrido acaba sendo espalhado de maneira confusa, e o professor, além de perder o emprego, sofre violência uma série de violências de grande parte das/os moradoras/es da cidade por ser tido como “pedófilo”.

<sup>19</sup> Tais concepções negativas baseadas numa lógica adultocêntrica acerca da juventude foram legitimadas pelo “discurso científico”, inclusive, da própria Psicologia. Estudos amplamente difundidos, como o “Adolescência Normal”, de Aberastury e Knobel (1981) fizeram parte de um dos modelos clássicos explicativos para a suposta “revolta” inerente à juventude.

irresponsáveis por natureza. Essas noções podem acabar por subestimá-las/os e, de certa forma, contribuir para que alguns dessas/es jovens tornem-se mais vulneráveis em situações que tenham que lidar com sua sexualidade. Essa individualização na forma de conceber a juventude e de responsabilizar exclusivamente as/os jovens pelas suas “competências individuais” pode minar um campo de competências coletivas em que está situada a noção do exercício da cidadania e a da promoção de direitos sexuais e reprodutivos.

Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos podem ser importantes dispositivos de cuidados coletivos à saúde sexual. Isso porque, quando falamos em direitos sexuais e reprodutivos, estamos contribuindo para a construção da cidadania, respeitando as diferentes escolhas das pessoas, com um olhar atento para a diversidade (QUADROS; MENEZES, 2009). Esse campo pode ser definido em termos de poder e recursos: poder de tomar decisões com base em informações seguras sobre a própria fecundidade, gravidez, saúde ginecológica e atividade sexual; e recursos para dar continuidade a decisões de forma segura. Nesse sentido, estão presentes os princípios da integridade corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade, tidos com componentes inegociáveis das bases dos direitos sexuais e reprodutivos. Eles objetivam, assim, a abolição de injustiças raciais, geracionais, étnicas, de gênero ou de classe pois elas constituem fatores de vulnerabilidade ligadas à saúde sexual dos sujeitos (CORREIA; PETCHESKY, 1996).

É essencial, inclusive, compreendermos que tratam-se de dois terrenos diferentes, os de direitos "sexuais", e direitos "reprodutivos", justamente para não conceber uma finalidade apenas de reprodução nas experiências sexuais- não perdendo de vista, assim, a dimensão do prazer. No caso mais específico dos(as) jovens, deve-se levar em consideração que muitos(as) até possuem informações sobre os métodos contraceptivos, por exemplo, mas tem dificuldades de conversar sobre as possibilidades de acesso aos mesmos (QUADROS; MENEZES, 2009) devido ao tabu de falar sobre sexualidade.

Nesse sentido, não podemos pensar em determinismos quando pensamos nas interfaces entre juventudes e sexualidades, sempre existem espaços de fuga para uma lógica identitária delimitada por padrões de referência. Numa tentativa, portanto, do uso da tática argumentativa, trabalho com o termo “juventudes” em vez de “adolescência”. Esse termo pluralizado vem sendo utilizado por várias/os estudiosas/os (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005) para situar essa categoria sempre político e historicamente, ou seja, com o objetivo de servir como uma possível estratégia de enfrentamento aos modos de subjetivação cristalizados, universalizados contidos no conceito de adolescência. No entanto,

como sinalizam Mayorga e Pinto (2013) a simples pluralização “politicamente correta” desse termo não dá conta de todas as formas de juventude, ou seja, não traduz de fato outras posturas analíticas acerca das experiências juvenis. Assim como a simples pluralização do termo “sexualidades” por si só não garante uma legitimação da diversidade que engloba todas as formas de vivências e/ou carreiras sexuais.

O cuidado e o esforço necessário são de, portanto, não criar um tradutor automático e acreditar que estou “protegida” de qualquer universalismo simplesmente porque pluralizo os termos, é preciso operacionalizar e analisar as diferenças. Mais do que isso: além de reconhecê-las, identificar possíveis desigualdades entre as/os jovens e/ou a pluralidade da sexualidade, o que pode ser construído a partir de um trabalho interseccional (MAYORGA; PINTO, 2013; PISCITELLI, 2004).

#### **2.4 “Entre quatro paredes, tudo pode acontecer?” Relações de gênero, parentesco e feminismo.**

Refletir sobre o incesto a partir de teorias feministas e de gênero é relevante por várias razões. A primeira delas é que, como já referido, é possível que a própria origem do tabu do incesto esteja atravessada pelas desigualdades de gênero, a partir das organizações dos sistemas de parentesco via “troca de mulheres” (RUBIN, 1993). A segunda delas é que, como dito anteriormente, o abuso sexual infanto-juvenil só conquistou uma especificidade em relação à categoria genérica de “maus tratos” a partir das reivindicações feministas por conta dos abusos sexuais que ocorriam no espaço de trabalho (MÉLLO, 2006b). A terceira é que podemos refletir por que os dados que chegam à Rede de Atenção e Cuidados à Crianças e Adolescentes em relação aos abusos sexuais são, predominantemente, heterossexuais e formados por homens agressores e crianças e/ou jovens mulheres vítimas. E a quarta razão é que, também como já mencionado, a epistemologia feminista é fonte de inspiração deste trabalho.

Assim, um ponto de trabalho muito importante para o feminismo e, ao mesmo tempo, do abuso sexual intrafamiliar, é a quebra da barreira entre o público e o privado. Isso porque compreender que as experiências vivenciadas “entre quatro paredes” são também da ordem do político, significa mostrar, expor, determinadas práticas que podem ser de ordem violenta. Significa questionar se de fato “entre quatro paredes, tudo pode acontecer”, expressão que, além de demarcar claramente distinção entre o público e o privado da experiência sexual,

também sugere possibilidades de prazer (PARKER, 1991b) transgressão e violência que são veladas. Romper essas barreiras significa, então, reconhecer que nossa sexualidade é sinônimo de socialização, processo em que se relacionam desejos, pertencas a novos grupos, auto-afirmações e reproduções do visto, do aprendido, em que se tecem trajetórias: o tão privado torna-se público, impregnado de influências, de poderes, de marcadores sociais (ALMEIDA, CASTRO, MIRANDA, 2007).

Afinal, no caso do incesto violento, que se configura extremamente ligado às desigualdades de gênero, penso que essa prática pode se configurar como uma espécie de ápice da domesticação feminina.<sup>20</sup> Ou seja, uma maneira de restringir, circunscrever as práticas sexuais das mulheres ao ambiente familiar assimétrico. Afinal, a dissociação dos espaços públicos e privados e o isolamento da família conjugal nuclear monogâmica da comunidade foram tributários da valorização do individualismo burguês capitalista (NARVAZ; KOLLER, 2006). Assim, uma das saídas a partir e ao longo de todo o século XIX para lidar com a polêmica de precisar os limites entre o cidadão e o Estado burguês foi transformar a mulher em signo e guardiã da vida privada, da vida da família. A "fragilidade natural" feminina vai ser usada como marca da dita incapacidade da mulher para desempenhos sociais na vida pública (COSTA, 1995).

Nesse sentido, a conhecida contribuição da luta do Movimento Feminista por “politicizar o pessoal” se faz muito importante. Uma pauta que é tão conhecida dentro e fora do Movimento que se faz necessária até hoje. Como retrata Fraser, ao tecer o que chamou de “história alternativa do feminismo”: “[...]Ao exporem uma ampla gama de formas de dominação masculina, feministas sustentaram uma visão expandida da política que incluísse o pessoal” (FRASER, 2007, p.293). Ou como retrata Piscitelli (2004), quando diz que a conhecida ideia *o pessoal é político* foi plantada para mapear um sistema de dominação que operava no nível da relação mais íntima: os relacionamentos conjugais eram considerados políticos, na medida em que político é essencialmente definido como poder. No entanto, essa pauta levantada pelo Movimento pode se configurar como uma luta particularmente difícil

---

<sup>20</sup> O recentemente premiado filme grego “Miss Violence” (2014) trata de maneira sensível e dura essa espécie de ápice da domesticação sexual feminina. O filme conta as histórias de meninas e mulheres de uma mesma família que sofrem violência sexual intra e extrafamiliar, transgeracionalmente, além de demais violências simbólicas. A confusão de lugares no filme acerca das relações de parentesco—a figura masculina é pai, avô ou marido da protagonista? — é capaz de nos intrigar junto ao lugar extremamente subalternizado do feminino na família. As violências, o poder e o controle concentrados no patriarca não se restringem aos abusos sexuais cometidos contra mulheres, também ocorrem com as crianças, o que nos ajuda a pensar sobre as questões geracionais das relações assimétricas de poder familiares.

quando se trata de politizar uma prática “secreta” considerada extremamente “íntima” por ser “sexual” e por ser “familiar”, como é o caso do incesto.

Assim, essa dificuldade se reflete nos múltiplos silêncios que circunscrevem a prática incestuosa violenta: silêncio evidenciado pelos membros da família e de certa forma, da própria Rede de Atenção e Cuidados a Crianças e Adolescentes (MARTINS; JORGE, 2010; MATIAS, 2006). Muitas vezes a equipe cuidadora desconsidera os demais membros da família incestuosa nas suas intervenções. Esse “esquecimento” conduz a uma simplificação das mesmas que se concentram apenas na “vítima” e/ou no ou na “agressor(a)”, deixando sem suporte as demais pessoas da família envolvidas direta ou indiretamente (MAIO; VASCONCELOS, 2009).

Além dos temas tabus comentados, existe ainda o tabu da homoafetividade ligado ao abuso sexual intrafamiliar. Isso pode indicar que não só as normas regulatórias sexistas acerca do controle da sexualidade e do corpo feminino e infantil estão sendo (re)produzidas, como também que os possíveis casos de violência sexual homossexual intrafamiliar são pouco visibilizados. Muitos em que, inclusive, as figuras femininas são agressoras. Sobre o imperativo heteronormativo, Azerêdo (2010) nos conta que a demarcação de sexo no discurso produzirá um domínio de sexo excluído e deslegitimado. Mais do que isso: as normas regulatórias do sexo servem para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. Acredito que esse imperativo heterossexual cuja presença já nos falava Rubin (1993) nas organizações dos laços de parentesco, pode estar refletido quando olhamos para os dados que chegam à Rede sobre violência sexual intrafamiliar, talvez por fugirem ainda mais da ordem compulsória do sexo/gênero/desejo, típica da lógica da matriz heterossexual (BUTLER, 2003).

Por fim, os sistemas de gênero estão envolvidos também na quantidade de notificações e na adesão às medidas protetivas, que variam a partir da distinção do membro familiar pelo sexo. Na maioria dos casos denunciados, o abuso sexual intrafamiliar é cometido pelo pai ou padrasto dirigida às filhas (BRITO et al, 2005; HABIGZANG et al, 2005). Quando a figura masculina é a agressora, as medidas de proteção são mais aplicadas, embora a adesão dessa figura às medidas protetivas seja menor. Já quando a mãe é a agressora, as medidas de proteção são menos aplicadas, embora a adesão das mesmas às medidas protetivas seja maior comparada com a adesão masculina (BRITO et al, 2005).

Considero a possibilidade de existir uma semelhança com os casos de pedofilia, em que conhecemos mais *pedófilos* do que *pedófilas*, o que pode refletir tanto uma subnotificação

de mulheres e as dinâmicas de gênero na sociedade, que pregam mesmo um suposto direito da masculinidade de dominar (PARKER; MANIR, 2009) e uma suposta naturalidade da feminilidade para subordinar-se ou subalternizar-se. Assim, é possível percebermos uma dificuldade cultural em conceber uma figura feminina como agressora e/ou uma facilidade em concebê-la apenas como vítima (“sexo frágil”), como se houvesse uma fixidez nesses lugares, sendo ainda mais complexo quando se trata de uma figura materna.

Nesse sentido, a maior insistência na aplicação das medidas protetivas quando se trata de um agressor masculino e paterno pode refletir pouco espaço para a ideia de paternidade cuidadosa nesses serviços, assim como uma fuga maior dos pais do mesmo pode refletir uma falta de acolhimento que seria mais presente para às mães como agressoras. Ou seja, esses dados podem refletir a presença na Rede da noção de maternidade como essência - a noção de amor de mãe como mais forte, natural, instintivo- e a noção de paternidade como um projeto (TONELI et al, 2011).

Enfim, é preciso entendermos que a questão da violência sexual intrafamiliar demanda um estranhamento às desigualdades de gênero como compromisso na luta pela equidade, uma vez que diversas meninas e mulheres são submetidas a muitas formas de opressão na nossa cultura. Sabendo que, ainda que de forma não determinista, nós muitas vezes reproduzimos a ordem social na qual nos subjetivamos e atuamos enquanto sujeitos políticos, é preciso não perder de vista que podemos reelaborar, reconfigurar, recriar essa ordem. Afinal, as experiências vividas podem ser ressignificadas, invertidas e subvertidas (NARVAZ; KOLLER,2006). E, nessas subversões, é essencial acreditarmos enquanto pesquisadoras feministas.

É necessário, portanto, uma perspectiva de estudo sobre as diversas possibilidades de prazer sexual, explorando a amplitude de sentidos da vida erótica, interpretando-a como uma construção social em si mesma (PARKER, 1991a). Seja o incesto consentido ou não, esse olhar deve estar ampliado. Isso servirá tanto para os casos em que há consentimento, como para os casos de violência. Desse modo, os sujeitos podem se sentir acolhidas/os e não condenados no espaço de fala e escuta que lhes deve ser concedido. Assim, podemos assim fazer jus a ética dialógica profissional da psicóloga/o, que não deve perder a capacidade de acolher a diversidade das práticas sexuais. Isso desde que não sejam vivenciadas dentro de qualquer relação que provoque mortes de direitos, prazeres e condições de desejo. Na medida em que nós, psicólogas/os, integramos uma categoria profissional delegada a possuir um saber legitimado como conhecedores da sexualidade humana, é acolhendo a diversidade que

podemos contribuir com competência para (re)construção medidas eficazes de conscientização e enfrentamento à violência sexual intrafamiliar.

### 3. MÉTODOS

*“Quero escrever entre palavras tão agarradas umas às outras que não haja intervalos entre elas e eu”*

(Clarice Lispector)

#### 3.1 Uma inspiração etnográfica e feminista: a pesquisa-intervenção-pesquisa e o trabalho *com* grupos

O trabalho do grupo Ação Juvenil, assim como o Projeto Diálogos para o Desenvolvimento Social de Suape e a presente pesquisa, foi construído a partir das perspectivas teórico-metodológicas de “pesquisa-intervenção” – ou seria pesquisa-intervenção-pesquisa?<sup>21</sup> e também da perspectiva de trabalho *com* grupos. Além de tais métodos, utilizei o método etnográfico como inspiração para os meus mergulhos no campo, assim como a epistemologia feminista. Esses métodos não foram entrelaçados por acaso, mas justamente por manterem “relações de parentesco” que os aproximam, ainda que com alguns distanciamentos.

Acredito que a principal aproximação entre eles é de ordem epistemológica: a concepção da relação entre “sujeito x objeto” orienta, inclusive eticamente, a relação com a alteridade que devemos tentar construir nesses tipos de pesquisa. Relativizando a ideia de “Verdade”, a tentativa foi de abandonarmos a neutralidade, a objetividade positivista e a totalização dos saberes. Assim, não dicotomizar a relação sujeito e objeto significou investir na qualidade desses (des) encontros, pois isso possibilitou “inter-vires”, “inter-devires”. Ou seja: deslocamentos subjetivos, movimentos coletivos de “inter-invenções”, como afirmou Juliana Perucchi (2014). A ideia foi inventarmos juntos, pesquisadoras/es e nativas/os, os caminhos e as ações que co-produziram mudanças, conflitos<sup>22</sup>, reflexões críticas dos dois lados: tanto das/os interlocutoras/es, como também do meu lado como pesquisadora. Afinal, quem define “quem é quem”, “pesquisador/a ou nativa/o” numa relação de pesquisa é o próprio jogo linguístico, no qual o discurso dos dois precisa estabelecer uma relação de

---

<sup>21</sup> O termo pesquisa-intervenção-pesquisa é uma tentativa de construção de um significante que marque discursivamente a ideia de um fazer contínuo entre pesquisa e intervenção, sem início ou fim pré-demarcados (ADRIÃO, 2014).

<sup>22</sup> De acordo com Rocha e Aguiar (2003), conflitos e tensões são possibilidades de mudança, pois evidenciam que algo não se ajusta, está fora da ordem, permitindo indagar a ordem da formação que exclui os próprios sujeitos. Por definição, para Chantal Mouffe (1999), o político é o que está atravessado pelos conflitos: é o que designa a dimensão do antagonismo e da hostilidade entre humanos; enquanto que a política é a tentativa de organização da existência humana, sempre conflituosa, porque envolvidas com o político.

sentido (CASTRO, 2002). Como pesquisadora, portanto, foi necessário tanto me permitir “pesquisar” como “ser pesquisada”.

Assim, a pesquisa-intervenção tem se constituído como um tipo particular de pesquisa participativa crítica bastante utilizado pela Psicologia Social. Está centrada numa metodologia exploratória com objetivos definidos no campo de atuação pela pesquisador/a e pelas/os interlocutoras/es. O meu interesse foi portanto o de responder às necessidades locais na promoção de atuações sociais e políticas. As questões sociais foram problematizadas com o grupo de jovens que vivia várias experiências de exclusão, como nos recomendam Rocha e Aguiar (2003).

Nesse sentido, o trabalho *com* grupos parte de um pressuposto semelhante ao da pesquisa-intervenção-pesquisa, que é o de trabalhar a partir das demandas coletivas do grupo. Da mesma maneira, portanto, que não se pode inter-vir sozinho. Os movimentos de inter-vir e trabalhar *com* grupos se originam da intersecção entre tudo que circunscreve a relação entre pesquisador/a e/ou facilitador/a e o grupo. Ou seja, vem dos deslocamentos de processos inter-subjetivos: indo, voltando, mudando, devindo; das inter-ações entre os saberes acadêmicos e o saberes dos sujeitos envolvidas/os na pesquisa.

O trabalho *com* grupos pressupõe também que a/o facilitador/a seja considerada/o como membro do grupo, no entanto, ciente dos diferentes lugares circunscritos entre ele ou ela e as/os demais interlocutoras/es. A horizontalidade é o conceito que designa o movimento em que a/o facilitador/a transita entre as posições de facilitador/a e participante do grupo, de acordo com sua sensibilidade para perceber os momentos em que deve assumir cada lugar, no sentido de guardar as devidas diferenças hierárquicas e evidenciar as desigualdades das relações poder (ADRIÃO, 2014). Ou seja, tal forma de trabalho sustenta as diferenças de classe, gênero, raça entre as/os interlocutoras/es da comunidade e da equipe universitária, com o esforço de não convertê-las em desigualdades. Isso significou buscarmos facilitar um processo de participação no qual o poder circulasse, assim como a possibilidade de fala entre as pessoas do grupo: tais diferenças não deveriam ser ocultadas, pois só assim os encontros poderiam proporcionar vivências de fato transformadoras, como recomenda Adrião (2014). Dessa forma, as relações de poder foram problematizadas dentro de relações micro e macropolíticas, intragrupais e intergrupais, ou seja, entre a equipe e as/jovens; entre as/os jovens entre si, entre nós e nossos (não) lugares no mundo.

Assim, o trabalho *com* grupos, operacionalizado por meio de oficinas é uma forma de pesquisa-intervenção. O objetivo de intensificação da circulação de poder e deslocamentos é o

que constitui conceitualmente a base das *oficinas*, uma vez que elas desmancham lugares geralmente cristalizados de quem “ensina” e quem “aprende”. A oficina é uma tecnologia relacional, ou seja, um operador tecnológico e/ou uma tecnologia de co-produção (PASSOS, 2012). É importante assim a compreendermos porque os próprios sujeitos também são tecnologicamente subjetivados: os sujeitos são *maquínicos* (DELEUZE; GUATARRI, 1976). Nesse sentido, nós, facilitadoras/es, funcionamos como *catalisadores de sentidos* (ROCHAR; AGUIAR, 2003) e *de afetos* (FERENCZI, 2003), capazes de promover novas experiências simbolizadoras que interroguem sobre nossas relações com o mundo. Portanto, devemos estar atentos a todas as relações desses sujeitos maquínicos, para não dicotomizarmos os “humanos” e as “coisas”. Isso significou que, ao mesmo tempo em que precisávamos estar atentas/os à relação do grupo com a sexualidade, tínhamos que saber que estava em jogo também a relação do grupo com o animal, com o mundo, com a política, com as coisas da natureza.

Portanto, as dimensões participativas da *pesquisa-intervenção* e do trabalho *com* grupos potencializam saberes que são usualmente subestimados. Nesse sentido, no caso desta pesquisa, que tratou da realização de oficinas com jovens que envolvia temáticas ligadas à sexualidade, particularmente a temática do incesto, considere bastante relevante essa forma de trabalho, uma vez que já vimos como a voz ou qualquer outro saber das/os jovens sobre a sexualidade é rapidamente desqualificado e estigmatizado, o que mostra que as articulações entre juventudes, sexualidades e gênero exigem análises que enfoquem as relações assimétricas de poder que circunscrevem processos de subalternizações.

Ainda sobre as especificidades das oficinas desta Pesquisa, ressalto que tínhamos uma “base” de temas que marcavam o Projeto Diálogos e que pautavam nossos encontros com as/os jovens. Esses temas relacionavam-se com questões de território, sexualidade, gênero e álcool e outras drogas. De forma que planejávamos as oficinas uma por uma, pensando sempre nas etapas de aquecimento, desenvolvimento e fechamento. Começamos, assim, trabalhando a integração grupal e depois as relações do grupo com o território, a partir da atividade de construção de mapas (GALVÃO, 2014). A partir do quarto encontro, que foi quando a temática do incesto surgiu, nós esperamos o grupo trazer suas impressões das ações de rua experienciadas nas Caravanas da Cidadania. Isso significa que tínhamos, sim, abertura para o trabalho com temas que o grupo trouxesse, mas que também tínhamos um objetivo de formação juvenil que guiava nossos encontros. Essa particularidade da “pesquisa-intervenção-

pesquisa” trouxe alguns impasses porque, em certos momentos não sabíamos até quando acolher posicionamentos dissonantes com os marcos do Projeto, por exemplo.

Isso foi um grande desafio, pois valorizar os saberes do campo e analisar as relações de poder envolvidas na pesquisa também são recomendações do método etnográfico. Como conta Viveiros de Castro (2002), nesse tipo de método, não se trata de transferir problemas postos pela nossa cultura para outra. A arte antropológica consiste justamente em determinar os problemas postos por cada cultura, o que deve funcionar como um imperativo epistemológico. Temos que cuidar para não cairmos na armadilha de fazer uso do método etnográfico como apenas uma “técnica de coleta de dados”. Baseada no aprendizado da leitura etnográfica, entendi que a/o pesquisador/a se torna um provocador/a de questões, num convite a todos envolvidos, inclusive ele ou ela, a pensar sobre o sentido de suas práticas cotidianas (ROCHA, ECKERT, 2008).

Assim, inspirar-me no método etnográfico foi feito com o objetivo de promover não apenas de aplicar técnicas de entrevista e observação, ou seja, construir "meros relatos" (PEIRANO, 1991). Tentei compreender a etnografia sempre como multissituada, no sentido que ela funcionasse como um meio de controle da construção do meu objeto de pesquisa, ou seja, como um instrumento de "vigilância epistemológica" visando objetivar não apenas a aplicação do método, mas o próprio método em si (WACQUANT, 2006). A partir daí, me questioneei: O que devia ter como *prêt-a-porter* para um encontro etnográfico? Que postura devia assumir diante da alteridade a ser etnografada, ou seja, do grupo de jovens do Ação Juvenil? Com o que conciliar essa necessidade metodológica minha enquanto pesquisadora?

Considero que não há como propriamente ensinar a fazer pesquisa de campo. A experiência de campo depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas dentro da disciplina, do contexto sócio-histórico mais amplo e das situações construídas do próprio dia-a-dia no campo (PEIRANO, 1991). Dessa forma, compreendi que o que pode haver é uma preparação, sem garantias, para esse contato com o campo. E essa preparação para o trabalho de campo etnográfico implica em algumas etapas que envolvem a adoção de determinados recortes teóricos conceituais e suas áreas do conhecimento, as quais devem permear a construção do tema e objeto de pesquisa (ROCHA; ECKERT, 2008). Além dos marcos teórico-epistemológicos, as técnicas de observação direta, de conversas formais e informais e entrevistas não-diretivas são primordiais para a aplicação deste método; mais do que isso, uma determinada ética que envolve a relação com alteridade é indispensável de reflexão.

Assim, a pesquisa de campo pode ser concebida como a procura incessante do diálogo com o "outro" – esse diálogo passa a ser não só a via pela qual se dá o confronto entre diferentes teorias, mas também como meio de auto reflexão (PEIRANO, 1991). Como diria Da Matta (1978), é preciso refletir sobre as relações do "pesquisador" e "nativo", pois sem ela não distinguimos um "pisca de olhos" de "uma piscadela marota"; ou como diria Geertz (2001), não compreendemos o sentido de um provérbio, de uma piada, de um poema, o que para ele seria essencial na tentativa de compreensão da forma e da força da vida nativa. Assim, entendo a relação com a alteridade como muito cara para o método etnográfico: ela vai determinar a qualidade desses (des)encontros. Sendo assim, é essencial refletir sobre essa relação entre "pesquisador/a" e "pesquisada/o".

Pensar na relação com a alteridade é tecer reflexões sobre as relações de poder envolvidas numa pesquisa. Como parto de uma epistemologia feminista, precisei refletir sobre o meu lugar demarcado e recortado por raça, classe social, gênero, lugar localizado de mulher pesquisadora da Universidade, branca, que vive em um grande centro urbano e de classe média. Afinal, as construções dos saberes são sempre parciais e localizadas, e não totalizantes (HARAWAY, 1995). Tive que cuidar dessa relação com o campo a partir do meu olhar para ele, para que essa ação não funcionasse como uma reiteração de lugares de "dominador/a" e "dominadas/os".

O olhar de pesquisador/a para o campo não escapa de ser apreendido pela nossa própria maneira de ver, que jamais é neutra. Por isso, ao mesmo tempo, defendo que tive que cuidar de circunscrever o combate a uma objetividade científica descorporificada, típica de uma ciência “sem cor” masculinista, no sentido de uma ciência produzida com pretensões de neutralidade e de universalidade (HARAWAY, 1995). A objetividade feminista nos convida, inclusive, a não nos distanciarmos enquanto sujeitos políticos do nosso objeto, pois só assim podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. Isso significa que, junto ao domínio de uma inspiração de um pensamento crítico, que é necessário sermos “inteiras” durante nosso processo de pesquisa.

Se nos portarmos como “espíritos descorporificados” (HOOKS, 2000), estaremos reiterando um lugar subentendido de homens brancos, classe média, pesquisadores e objetivamente distantes de suas afetações subjetivas no processo de pesquisa, como recomendam os padrões da ciência tradicional. Estaríamos reiterando o padrão tido como “normal” no campo da sexualidade oitocentista, também baseado nesse referencial universal do cientista branco e heterossexual (COSTA, 1995).

Para nós, mulheres pesquisadoras, é particularmente difícil realizar esse movimento de corporificação porque, de alguma forma, assumir o *conhecimento localizado* (HARAWAY, 1995), incluindo também os afetos envolvidos na pesquisa, pode ressuscitar o fantasma de que, se assim produzimos, é porque somos mulheres, e, portanto, “naturalmente sensíveis”. Como se cuidar dos afetos é tudo o que soubéssemos fazer, e não pertenceríamos ao mundo acadêmico com tanta objetividade, competência e suposta neutralidade como os homens. No entanto, o método epistemológico feminista nos convida a não dividirmos “mente e corpo” e a trabalhar nossos marcadores sociais e afetos na pesquisa, reconhecendo o lugar da paixão, do eros e do erótico no campo, não necessariamente nos termos sexuais (HOOKS, 2000), mas nos termos de energia e mobilizações subjetivas que construíram para relações positivadas ou negativadas com o objeto de pesquisa com as pessoas que participaram dela.

Nesse esforço, portanto, de me reconhecer enquanto mulher pesquisadora corporificada e emaranhada nas relações intersubjetivas que se constroem quando se faz pesquisa é que, como ressalta Da Matta (1978), me vi diante de gente de carne e osso. O campo tinha corpo – corpos jovens, corpos suados, corpos sexuados, corpos sexistas, corpos reflexivos e críticos; tinha cor (cor negra) e tinha odor (de perfume e de suor). Enfim, foi preciso me dar conta que estava entre vários mundos. Entre o mundo juvenil pobre e meu mundo juvenil de classe média, o mundo juvenil de um território distante do meu e o meu mundo juvenil da capital, o mundo juvenil não universitário com o meu mundo juvenil acadêmico, o mundo juvenil negro e o meu mundo juvenil branco. O mundo juvenil sem dinheiro para passagens de ônibus, caso o pagamento do Projeto atrasasse, e o meu mundo juvenil em que as/os jovens me pediam carona para o Cabo e para Ipojuca, de forma bem humorada, quando me viam saindo no meu carro da Universidade.

Portanto, assim foi construída a minha relação com o campo de jovens do Ação Juvenil: entre “nós” de pessoas situadas em diferentes posições sociológicas, a intersubjetividade devia ser convidada para formar laços na Pesquisa, e não ser constrangedoramente escondida, considerada como uma “incômoda hóspede” (TORNQUIST, 2006). Para etnografar, portanto, tive que me remeter aos componentes subjetivos, sociais, afetivos e existenciais envolvidos na minha relação com o grupo do Ação Juvenil.

Isso porque, sobre os componentes afetivos, há um conhecido incômodo da tradição científica em que as emoções são consideradas prejudiciais ao conhecimento, ou seja, em que há um suposto hiato entre emoção e conhecimento (JAGGAR, 1997). No entanto, o conhecimento que troquei no grupo foi, sim, permeado por cheiros, cores, dores, amores e

perdas e, sobretudo, muitas ansiedades e medos (DAMATTA, 1978). Foram os afetos permeando a minha pesquisa, e refletir sobre eles me fez perceber que afetar-se pode ser útil e mesmo necessário à construção do conhecimento (JAGGAR, 1997).

Às vezes, o a sentido de afetar-se não trata de afeto no sentido da emoção que escapa da razão, mas de afeto no sentido do resultado de um processo que está aquém ou além da representação. Favret Saada (2005) afirma que ser afetada abre uma comunicação específica com os nativos, que pode ser verbal ou não. Afinal, às vezes, trata-se apenas de uma intensidade, uma espécie de descarga energética, difícil de nomear, o que aconteceu diversas vezes comigo na minha relação com o campo. Foi portanto necessário ter em mente que nem todas as transposições de relatos orais, falas obtidas desde a minha inserção no campo, ou seja, da minha relação com as/os jovens do Ação Juvenil, foram narráveis. Algumas sensações e situações foram praticamente inarráveis, de tão complexas, desafiaram a minha rememoração de tanto que me afetaram, situações que, nem por isso, deixarei de tentar tocá-las ao longo da análise.

Favret Saada (2005) também nos fala da importância de realizar uma espécie de auto-exorcismo: aceitar ser afetada/o supõe que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Esse auto-exorcismo, ou seja, a transformação do familiar em exótico que nos fala Da Matta (1978) exige que nós objetifiquemos as nossas práticas, que as estranhemos, já que a familiaridade de costume é por vezes tão petrificada por mecanismos de legitimação.

Para não permanecermos distantes nem de nós mesmos, nem dos nossos objetos de pesquisa, e portanto conseguirmos estabelecer uma relação de qualidade com a alteridade, é preciso também refletir sobre a escrita, uma vez que ela é um dos principais eixos do trabalho etnográfico. Acerca disso, adianto que o exercício de estar escrevendo na primeira pessoa tem um propósito, aqui, "de treino", o que nem sempre foi feito na minha trajetória de pesquisa em Psicologia, e talvez por isso me pareça ainda um pouco estranho, ao mesmo tempo que encantador.

Aprendi, no entanto, que o fato de escrever na primeira pessoa do singular não significa produzir necessariamente um texto intimista. Significa simplesmente que o autor não deve se esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal. Afinal, o método etnográfico preza pelo pensar nas condições de sua produção a partir do mergulho no campo, o que não quer dizer que elas devam se emaranhar na subjetividade do autor: o que está em jogo é o reconhecimento da intersubjetividade, mais do que da subjetividade (CARDOSO DE

OLIVEIRA, 2000).

Assim, a textualização de nossas observações sobre a cultura é um processo complexo marcado por uma interpretação em inúmeras camadas da vida social dos sujeitos pesquisados; a escrita é permeada por todo o contexto cotidiano, desde conversas informais a discussões em eventos acadêmicos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000). A escrita exploratória é fundamental para pensar sobre o pensamento. E o diário de campo foi um instrumento indispensável para que ela se construísse, ele serviu como um espaço em que eu, a partir de minhas anotações cotidianas, avaliasse minha conduta ética, acertos, erros, dúvidas conceituais sob uma eterna vigilância, como recomendam Rocha e Eckert (2008).

Acredito que uma aproximação possível entre esses métodos – pesquisa-intervenção-pesquisa, o feminista, o trabalho com grupos e o etnográfico - é o sentido da dimensão da participação que envolve transformação do campo e da/o pesquisador/a, a partir de uma relação com a alteridade que evita reproduzir desigualdades, o que implica em descentramentos e deslocamentos de todos os lados. O sentido também compartilhado entre essas perspectivas de pesquisa é o de contribuir para uma análise que implique assumidamente em questões subjetivas oriundas das relações com o campo, valorizando a heterogeneidade de fatores envolvidos nas complexidades de acontecimentos sociais. Talvez demandem um tipo de envolvimento mais ou menos como no *anthropological blues* que fala Da Matta (1978), que é quando a gente começa a se descentrar e transformar a partir do campo e sente, por vezes, que não pertence mais a lugar nenhum.

## **3.2 Ações juvenis de uma jovem pesquisadora**

### **3.2.1 O curso de Mídias Móveis**

A rememoração do meu mergulho no campo começa em julho de 2012 e termina em agosto de 2014, mergulho através do qual tive o privilégio de trabalhar, com continuidade, junto a três grupos distintos de jovens, todas/os habitantes da microrregião Suape. Desde já, antecipo que essa rememoração implica em (re)vivê-la com outros olhares, e também que ela é limitada, pois existe uma dificuldade em relatar aquilo que nem sempre é possível colocar em palavras. Mais ou menos como nos diz Clarice Lispector (2009, p.19): “Vou criar o que me aconteceu. Só porque viver não é relatável. Viver não é vivível[...]”.

Assim, ciente dos riscos de precipitar sentidos limitados pela coisa escrita, conto que tudo começou em 2012 através da minha seleção para participar do início do Sub-Projeto

Ação Juvenil como uma das seis facilitadoras do curso chamado de “Curso de Mídias Móveis”, ainda durante minha Graduação de Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco. Esse curso tinha como objetivo construir um processo de sensibilização com jovens habitantes do Cabo e Ipojuca para temáticas ligadas à saúde e proteção através da produção de vídeos protagonizados por elas e eles. Participaram do processo aproximadamente sessenta jovens, que receberam uma ajuda de custo para participar do curso, além do transporte que era fornecido pela equipe junto com a alimentação (ADRIÃO; MENEZES, no prelo).

O curso de Mídias Móveis teve uma “duração” de dez dias e foi elaborado num modelo de oficinas, ou seja, para possibilitar a construção de conhecimentos que atingem os processos de subjetivação das/os interlocutoras/es, permitindo transformações de posicionamentos operados no grupo (ADRIÃO, 2014). Para realizarmos as oficinas, usamos técnicas de teatro e corporais baseadas no ARTPAD, de Julie McCarthy e Karla Galvão Adrião (2001), sendo algumas delas exemplificadas adiante na análise. Além disso, para a construção do lugar de facilitador/a no contexto do curso, participei de uma formação para trabalho *com* grupos - a partir das temáticas referidas do Projeto Diálogos – e de outra formação para o aprendizado de técnicas básicas de filmagem e fotografia. Nunca havia trabalhado com grupos antes, tampouco com questões técnicas relacionadas às mídias, o que foi muito desafiador e por vezes intimidador.

O processo que viabilizou o curso começou a partir da formação da equipe e posterior divulgação feita dentro das Escolas da Rede Pública de Ensino da região. As/os jovens inscritas/os foram aleatoriamente separadas/os em seis turmas, cada uma trabalhava um tema ligado ao Projeto Diálogos. A escolha das temáticas foi feita a partir da identificação de uma intensificação dos processos de vulnerabilização social sofridos pela microrregião Suape desde a chegada da Refinaria Abreu e Lima em 2009. Assim, entre todos temas estavam preocupados em tratar questões ligadas aos altos índices de DSTs e HIV/AIDS, de uso abusivo de álcool e outras drogas, de direito e proteção (UFPE, 2010), o tema da minha turma foi “Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes”.

A recepção do curso de Mídias Móveis através da divulgação realizada nas escolas foi de bastante interesse das/os jovens, com atenção especial dedicada às mídias; no caso, dedicada às técnicas de filmagem. Acredito que tal momento de “contato prévio” ao curso foi fundamental para “preparar o campo” para a chegada da equipe universitária e também para

preparar-me para chegar ao campo<sup>23</sup>. Afinal, a interação era condição da nossa pesquisa-intervenção-pesquisa de inspiração etnográfica, que não podia se tratar de um encontro fortuito, mas de uma relação que se prolongaria no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços sociais vividos cotidianamente pelos sujeitos, como recomendam Rocha e Eckert (2008).

O principal aprendizado que tive dessa primeira experiência com o campo foi o de que, de fato, não há garantias de que tudo “vá correr perfeitamente” quando trabalhamos com grupos. O único preparo que podemos garantir é justamente o de aceitar que possivelmente diversas “saídas justas” nos desafiarão nesse processo. Apesar de que, finalizado o curso de Mídias Móveis, eu certamente avalie que vivemos, equipe e jovens, de fato um processo de sensibilização, gostaria de relatar com ênfase as dificuldades desse primeiro contato. Afinal, acredito que foram elas que me proporcionaram mais aprendizado sobre o campo.

Uma das dificuldades foi a sensação de inabilidade para lidar com as questões técnicas ligadas às mídias, que julguei ser o principal interesse das/os jovens no curso. No entanto, isso não foi um grande problema. Primeiramente, porque as/os próprias/os interlocutoras/es sabiam como manejar os equipamentos: muitas vezes até descobriam novas técnicas e me ensinavam, o que foi muito positivo para exercitarmos a *horizontalidade*. Em segundo lugar, porque as expectativas do grupo para o curso foram mais subjetivas e ligadas à sociabilidade e sexualidade do que ao desejo de trabalhar com técnicas de filmagem: “espero fazer muitas amizades e conhecer gente nova”, dito por quase todas/os as/os interlocutoras/es, além de “espero me apaixonar por alguém”, dito por algumas pessoas também. Até esse momento relatado, que aconteceu quando estava ainda na Graduação, eu não sabia que a demanda para trabalhar com sexualidade demonstrada pelo grupo iria me seduzir para realizar esta Pesquisa posteriormente no Mestrado.

Assim, as maiores dificuldades no curso foram: termos, como equipe, exotizado demais o grupo de jovens e conseguirmos construir, equipe e jovens, uma dinâmica funcional para a formação no formato de oficinas. Um exemplo dessa exotização excessiva aconteceu no começo do curso, quando exibimos dois videoclipes para o grupo. O objetivo de assistir

---

<sup>23</sup> Esse preparo incluiu, inclusive, conhecer geograficamente as microrregiões de Suape, o que é extremamente recomendado etnograficamente, mas que mostrou que esse conhecimento da nossa equipe ainda não tinha sido suficiente. As questões logísticas acerca das melhores rotas não garantiram pontualidade e praticidade para a chegada das/os jovens no curso. Apenas ao longo dos dez dias fomos aprendendo com elas/eles operar os caminhos da melhor forma.

aos vídeos era o de discutirmos sobre sexualidade, relações de gênero e geração. Um deles era o vídeo do Mc Metal e Cego com a música "novinha tá querendo o quê?" e o outro a Companhia da Lapada com a música "mainha, painho". O primeiro mostrava uma festa, com jovens, em um quarto de motel. A letra da música sugere que essa festa acontece com mulheres "novinhas". O segundo vídeo fala do encontro amoroso/sexual entre uma estudante e seu namorado na frente da escola. A letra conta a trama da jovem, que continua com a busca da aceitação dos pais para o relacionamento uma vez que "já tinha transado com ele".

Para nossa surpresa, as/os jovens- com exceção de dois deles, de um grupo de treze- ficaram constrangidas/os com os vídeos, alguns dizendo "peraí, eu gosto de brega, mas isso daí já é muita baixaria"; "a gente gosta de rock! Por quê vocês estão passando isso pra gente?". Diante dessa resposta inesperada, percebemos como o nosso olhar para essas/es jovens já as/os modificava: ele estava impregnado com nossos preconceitos. Ou seja, exotizamos demais o campo, desconsiderando o fato de que também podíamos compartilhar aspectos da nossa cultura com eles/elas, inclusive, da nossa cultura musical. Nosso lugar social de universitária/o acabou provocando um olhar para o território de forma distanciada e cheia de *a priori*.

Desse distanciamento derivou a nossa escolha das músicas e a posterior surpresa: achávamos que os vídeos seriam de maior identificação com esse público jovem e pobre. Nesse sentido, defendemos que nossa tarefa seria de cuidar do nosso olhar, afinal, sua domesticação talvez seja a primeira experiência da/o pesquisador/a de campo; a partir do momento que dirigimos o olhar para o objeto, ele já foi previamente alterado pelo nosso modo de enxergá-lo, que jamais é neutro (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000). Quando dei continuidade ao meu trabalho com outros grupos de jovens do território, estava atenta para não exotizá-los demais. Afinal, também sou uma jovem, que, embora de classe média, branca, mulher, universitária, posso compartilhar vários códigos simbólicos com um grupo de jovens pobres, pois não há determinismos na lógica identitária juvenil (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

Outra "saia justa" estava relacionada ao modo de trabalhar com oficinas, ao qual o grupo não estava habituado, especialmente no tocante às técnicas de integração e demais vivências. Havia, assim, uma indisposição em especial do grupo para participar das/os das técnicas de integração. Tal participação só ficou mais efetiva após uma nova explicação sobre o objetivo das mesmas; afinal, a forma de trabalho de oficinas era estranha àquelas/es jovens. Perguntei se elas e eles não achavam que nos conhecendo melhor teríamos uma experiência

mais prazerosa para nossos aprendizados, além de, junto ao co-facilitador Ruan, termos enfatizado o fato de que as técnicas utilizadas no curso eram selecionadas por estarem conectadas ao objetivo da oficina (MELLO, 2013; McCARTHY; GALVÃO, 2001). Isso pareceu tranquilizá-las/os e incentivá-las/os<sup>24</sup>. Dessa forma, essa dificuldade em seduzir o grupo para participar das técnicas integrativas me ajudou a compreender a importância de sempre esclarecermos nossos objetivos durante as oficinas, propostas vivenciais, das nossas pesquisas, estranhando o nosso próprio formato habitual de trabalho, que deve estar sempre aberto para mudanças e negociações.

Um exemplo de como o curso me fez aprender mais sobre as relações entre território e a sexualidade pode ser percebido na construção final de um dos vídeos do grupo com o qual facilitei as oficinas. Esse vídeo com roteiro e produção construído pelas/os jovens foi um jornal televisivo intitulado "A Voz dos Jovens" e que contava uma história chamada "A segunda Chance". O caso encenado era de uma jovem que tinha sido explorada sexualmente pelo tio que vivia com ela, na qual havia, portanto, um retrato de relações de violência sexual intrafamiliar, o que me chamou a atenção. A jovem sofria, sobretudo, porque, inicialmente seus pais não acreditavam nela. Pensamos que aí as/os jovens representaram questões ligadas às relações assimétricas de poder decorrentes do marcador social geração e portanto às dificuldades de considerar "A Voz dos Jovens" nas famílias que (re)-produzem a lógica do poder adultocêntrico.

Após a encenação, num segundo momento do vídeo, o grupo gravou sua ida às ruas para entrevistar um morador do território e perguntar o que este sabia sobre "exploração sexual", quais eram as causas e o que ele pensava que poderia ser feito para evitá-la. Como causa, o morador culpava as "meninas" que usam roupas "muito curtas" e que, para evitar, eram os pais que "não deveriam deixar as meninas saírem de casa muito tarde". Depois, as /os jovens iriam se referir a essa passagem da entrevista do morador como "pensamento de antigamente". Considero que essa crítica estava ligada a algumas reflexões em torno do marcador social gênero realizadas ao longo dos encontros e posteriormente sobre violência de gênero.

No fim do mesmo vídeo, numa espécie de "making off", eu, facilitadora, perguntei o

---

<sup>24</sup> Por exemplo, a técnica de "seguir o som" (McCARTHY; GALVÃO, 2001) foi vivenciada pelo grupo após essa retomada da equipe a respeito do objetivo da técnica. Ela exigia foco e concentração na medida em que pedimos para que as/os jovens formassem duplas que combinavam um som a ser executado; em seguida, um dos seus membros, de olhos fechados, seguia esse som enquanto quem o reproduzia se movimentava pela sala. A técnica foi relacionada pelo próprio grupo com a necessária exploração de sentidos envolvida na produção de imagens e movimento. As/os jovens nos falaram que acreditavam que esse momento serviria de inspiração para a produção de vídeos.

que as/os jovens acharam de produzi-lo, e se queriam deixar alguma mensagem final para quem estivesse assistindo. Dentre os principais pontos, as/os estudantes concordaram que "a população não está informada sobre o que é exploração sexual" (sic), além de que constataram que o morador entrevistado confundiu "exploração sexual" com "abuso sexual". Confusão que elas e eles próprias/os reconheceram terem feito durante o curso. Deixaram as mensagens de que "é possível haver uma segunda chance"(sic) para as vítimas desse tipo de problema, pois existe uma Rede de apoio, e que o "governo devia se preocupar em informar mais a população sobre essas coisas" (sic).

Assim, o aumento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes desde a chegada da Refinaria Abreu e Lima (UFPE, 2010) e da desinformação da população, como as/os próprias/os jovens destacaram, só ressaltou ainda mais as demandas de trabalhos em torno da sexualidade no território das/os jovens. A partir dessa produção, acredito que as/os jovens puderam refletir mais sobre as condições, demandas e vulnerabilidades em Suape. O olhar apropriado que demonstraram a partir das filmagens me deixou satisfeita em termos de *sensibilização*; enquanto pesquisadora e espectadora, ao mesmo tempo, pude observar as/os interlocutoras/es como operadoras/es que conduziram uma análise da opção temática filmada com criticidade.

Por fim, esse curso de Mídias Móveis me assustou ao mesmo tempo em que me encantou, mais ou menos como acontece com a temática do incesto. Além desses momentos de dificuldade relatados mais especificamente, sofri com dúvidas<sup>25</sup> em relação ao que e quando dizer algo para o grupo. Isso significa que aprendi mais sobre como ouvir o que a curiosidade das/os jovens tinha a dizer sobre o lugar de responsabilidade que ocupava como facilitadora. E que momentos de “saías justas” eram inevitáveis. Se o lugar de facilitação era de muita responsabilidade, imaginava como seria o de facilitadora e também pesquisadora, quando teria o dilema acerca de escrever a partir de uma “representação” do grupo (SPIVAK, 2010) sobre os sentidos catalisados acerca do incesto, se é que essa “representação” era possível.

### **3.2.2 O grupo de jovens voluntários**

Praticamente um ano depois do fim do curso de Mídias Móveis, por questões burocráticas da gestão do projeto, conseguimos entrar em contato com as/os jovens para dar

---

<sup>25</sup> Um exemplo de “saia justa” foi quando as/os jovens perguntaram para mim, facilitadora, e para Ruan, co-facilitador: “Vocês fumam maconha?” (sic). Respondemos que não se tratava de dizer quem usava determinado tipo de droga, e sim em pensar as formas de consumo e como eles podem ser feitos de forma mais saudáveis.

continuidade ao campo do Ação Juvenil<sup>26</sup>. Até então, a equipe havia se concentrado em atividades de estudos e pesquisas. A ideia era contratar alguns das/os jovens selecionados a partir do curso de Mídias, que, como agentes multiplicadoras/es de cidadania<sup>27</sup>, pudessem ser lideranças no campo da Saúde e dos Direitos Humanos, realizando trabalhos de mobilização e intervenção comunitária. Essas intervenções seriam feitas, por exemplo, através da distribuição de materiais informativos<sup>28</sup> nas comunidades e/ou de outras técnicas como jogos, encenações, músicas, algumas das quais comentarei adiante.

Portanto, queríamos continuar o trabalho com profundidade para realizar formações que construíssem intervenções com jovens na comunidade junto às “Caravanas da Cidadania”, também do Projeto Diálogos. As Caravanas tinham como objetivo contribuir para a formação dos técnicos dos serviços da rede municipal de saúde, assistência e educação, promovendo uma mobilização comunitária através de intervenções desses atores, além das/os jovens do Ação Juvenil somados à equipe universitária. As mobilizações foram ligadas aos os temas de paternidade, direitos da juventude, sexualidade, violência contra a mulher, exploração sexual, violência sexual e consumo abusivo de álcool e outras drogas.

No entanto, devido aos problemas burocráticos para contratação das/os estudantes, iniciamos um trabalho com um grupo de catorze jovens que havia participado do curso de Mídias Móveis sem a contratação imediata. Nos baseamos no objetivo de que, após a realização do trabalho voluntário, tais jovens seriam contratados. Esse grupo voluntário trabalhou conosco durante seis meses, de julho a dezembro de 2014, e contava com o fornecimento de alimentação e transporte para a participação nas oficinas. Devido ao grande tempo que havia passado entre o curso e a formação desse novo grupo, para mim foi difícil perceber que havíamos perdido o contato com muitas/os interlocutoras/es. Ao mesmo tempo, eu havia passado quase um ano afastada do Ação Juvenil e voltei para realizar essa nova etapa de oficinas, na qual foi bastante prazeroso rever algumas pessoas e conhecer novas, tanto da equipe, como do grupo de jovens.

A experiência com esse novo grupo foi totalmente diferente daquela do curso de Mídias e proporcionou novos aprendizados sobre o campo. Me senti um pouco surpresa ao perceber que ao mesmo tempo em que algumas/alguns estudantes ansiavam para a volta do

---

<sup>26</sup> Grande parte do grupo voluntário de jovens foi resgatado pela pesquisadora do Mestrado Rocio Pillar Shuña (2014), também do Programa de Pós Graduação em Psicologia, para a sua pesquisa sobre iniciação sexual.

<sup>27</sup> Cidadania não necessariamente no sentido do estatuto da ordem legal, mas necessariamente no sentido de um exercício crítico da ação (ROCHA; AGUIAR, 2003).

<sup>28</sup> Os principais materiais informativos que eram entregues na Caravana estão localizados nos Apêndices.

Ação Juvenil, outras/os lembravam pouco sobre suas participações no curso. Nesse sentido, foi frustrante notar que teríamos que construir com o grupo uma nova sensibilização para só depois aprofundarmos, de acordo com o tempo grupal e com as possibilidades e disponibilidades subjetivas, para tratar de determinados temas<sup>29</sup>. Desde o curso de Mídias, eu tinha atentado como os temas podiam ser delicados, e isso contribuiu para trabalhar tanto o meu cuidado, quando o meu desejo em aprofundar temas ligados à sexualidade.

O trabalho com o grupo voluntário ficou concentrado mais especificamente nas questões das relações de sexualidade e gênero, uma vez que as/os próprias/os criaram uma peça de teatro que tratava dessa temática. O surgimento dessas temáticas possivelmente está ligado ao fato de que, algumas semanas antes de iniciarmos as oficinas com elas e eles, as/os mesmos tinham participado de uma Pesquisa sobre Iniciação Sexual (SHUÑA, 2014). O comando havia sido retratar uma história que tratasse do tema da exploração sexual, já que havia sido o tema apontado pelo grupo como aquele mais recordado a partir do curso de Mídias Móveis. Na escolha para as personagens da peça, o grupo escolheu um menino do grupo para atuar como Maria, uma menina que saía para uma festa e era seduzida por um “olheiro”. O “olheiro” fingia ser agente de moda, mas que na verdade queria explorá-la sexualmente.

A peça foi encenada em várias escolas da Rede Estadual de Ensino do Cabo e de Ipojuca, durante as Caravanas da Cidadania, e também contou com a “troca” de lugares de meninas atuando como meninos. Foi impressionante como sempre que encenávamos a peça, chamada “Vestido Amarelo” – nome escolhido pelo grupo, porque a personagem Maria usava um vestido amarelo – o fato de um dos meninos interpretar Maria produzia incômodo e ruídos suficientes para garantir intensas discussões sobre machismo, homofobia e relações de gênero em geral com as turmas. Algumas meninas interpretavam meninos na peça, mas isso nunca chamava igual atenção, o que refletiu como estavam hierarquizadas as dinâmicas de gênero naquele território. Um homem travestido de mulher era ainda mais discriminado do que o inverso, o que não acredito que seja uma exclusividade da microrregião Suape, mas algo compartilhado na nossa cultura misógina ocidental de forma geral.

Desse modo, ao longo de seis meses, fomos a várias escolas nas quais, mais uma vez, havia uma grande curiosidade para tratarmos de assuntos ligados à sexualidade. O grupo de jovens do Ação Juvenil relatou como era “chocante” ver que muitas/os estudantes não sabiam

---

<sup>29</sup> Isso porque, por exemplo, havia uma jovem que tinha relatado ter sofrido abuso sexual intrafamiliar, a qual foi encaminhada por nós para acompanhamento no Centro de Mulheres do Cabo. Desse caso de abuso sexual intrafamiliar em específico, acabei ampliando esta pesquisa para estudar o “incesto”.

o que era camisinha, muito menos a “camisinha feminina”. Afinal, a menor circulação do preservativo feminino está ligada a questões político-econômicas – nem todos os Postos de Saúde distribuem gratuitamente a camisinha feminina – que não deixam de estar atreladas ao tabu da sexualidade da mulher; a ideia possivelmente se atrela a uma possibilidade mais legitimada de poderes sobre o sexo, uma vez que aos corpos deles é que caberia o controle da proteção das relações sexuais.

Por fim, o grupo de jovens voluntários foi desfeito junto a uma grande frustração, acredito, de toda a equipe do Ação Juvenil, pois todas/os as/os estudantes estavam terminando o Ensino Médio, de modo que não poderiam mais ser contratados. Contar isso para o grupo foi muito difícil, senti raiva da burocracia, raiva do Projeto, a sensação terrível de um gosto de algo muito amargo. No entanto, entre tantas cautelas e desafetos para comunicar a “má notícia” para as/os jovens, o grupo me surpreendeu. Falou que a experiência que ficaria não seria “o dinheiro que não iam ganhar”, e sim os aprendizados sobre coisas que “nunca tinham parado para pensar antes” (sic). Disseram: “vocês mudaram nossa forma de pensar” (sic); “antes eu tinha muito preconceito com um monte de gente diferente de mim, hoje não tenho mais” (sic), o que me emocionou e aliviou com muita intensidade.

Assim, o principal aprendizado foi o de que não éramos imprescindíveis para as/os jovens da sub-região Suape. De repente, eu podia precisar mais daquele grupo do que elas e eles de mim; de repente, ninguém ali precisava e nem poderia ser “salva/o” através do Ação Juvenil. Apesar de termos, aparentemente, um lugar importante na vida do grupo, não compúnhamos o único lugar. E muitas marcas ficaram. As principais e mais “palpáveis”, talvez, tenham sido os vídeos produzidos tanto no curso de Mídias Móveis, quanto durante as formações com o grupo voluntário. Poder utilizar tais vídeos como instrumento de análise para o grupo de jovens contratados foi uma excelente estratégia de trabalho inter-inventivo.

### **3.2.3 O grupo de jovens contratados**

Assim, finalmente, depois de tantos aprendizados e desafios, começou a minha inserção no grupo de jovens contratados, que aconteceu em janeiro de 2014. A contratação não foi simples e nem como eu esperava. Preparamos uma seleção na qual só compareceram quatro jovens, dentre as quais três meninas decidiram ficar. Outra seleção acabou sendo feita, não por nós, mas por indicação de gestores das escolas das/os jovens, por questão de tempo hábil de contratação. Infelizmente, quando a maior parte do grupo estava formado, com vinte

jovens, muitas/os não tinham nenhuma pista acerca de que tratava o Ação Juvenil. Ou seja, nós da equipe não selecionamos o “sonhado” grupo de “jovens contratados”.

O “sonhado” grupo de jovens seria formado por aquelas e aqueles que se identificavam com os eixos e marcos do Projeto Diálogos, que haveríamos selecionado desde o curso de Mídias, por meio dos seguintes critérios: ou por se mostrarem sensíveis às temáticas, construindo posicionamentos críticos diante delas; e/ou simplesmente por não serem as/os “jovens modelos” geralmente escolhidas/os para alguma oportunidade de trabalho. Isso porque não há homogeneidade absoluta em nenhum grupo social, e algumas/alguns jovens podiam experienciar interseccionalmente e subjetivamente mais formas de “exclusões” do que outras/os. Ou seja, queríamos selecionar equitativamente meninos e meninas, jovens negras/os, de territórios distintos entre as sub-regiões. Não foi possível fazer dessa forma, mas isso só tornou o trabalho com o grupo de jovens contratados ainda mais surpreendente.

Na maior parte dos primeiros encontros, trabalhamos a integração grupal e apresentamos, por meio dos vídeos já produzidos pelos demais grupos, como havia sido feito o trabalho no Ação Juvenil até então. A exibição desses vídeos foi o que produziu mais impacto e entusiasmo no novo grupo, que se identificava com aquelas/es jovens e já emendava em discussões sobre as temáticas retratadas. Os encontros eram organizados três vezes por semana, de modo que, nas terças e quintas-feiras, realizávamos as oficinas com as/os jovens na Universidade Federal de Pernambuco. Esses encontros geralmente aconteciam na sala de grupo da Clínica Psicológica da Universidade Federal localizada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, e também no espaço a céu aberto conhecido como “laguinho”, localizado no campus universitário próximo ao Centro de Educação. O terceiro encontro da semana acontecia geralmente nas quartas ou sextas-feiras, no território das/os próprias/os jovens, pois eram as ações de rua realizadas junto às Caravanas da Cidadania.

Um estranhamento da minha parte estava relacionado ao fato de que eu não mais atuaria como facilitadora dos encontros, como havia acontecido com os dois grupos de jovens anteriores. A minha função agora era de “assistente de pesquisa” do Projeto, ou seja, de orientação e formação da equipe de bolsistas do grupo Ação Juvenil. Confesso que foi um pouco difícil me encontrar nesse lugar, e por vezes ainda era possível perceber como eu ainda desempenhava, prolongadamente, a função de facilitadora. Após muito tempo na facilitação das oficinas do Ação Juvenil, desde o curso de Mídias Móveis, em 2012, depois com o grupo de jovens voluntários, até com o grupo de jovens contratados, que será referido na análise

desta Pesquisa, me era preciso apenas *co-facilitar*. No entanto, diante do surgimento da temática do incesto no quarto dia de encontros com o grupo do Ação Juvenil, tive que me *re-re-posicionar* no grupo, pois reassumi a facilitação por mais quatro encontros em que seguimos trabalhando esse objeto.

Outro estranhamento meu estava atrelado com fato de que julgava tais jovens como demasiadamente falantes em relação aos demais grupos com que eu havia trabalhado. Existia um intenso entusiasmo delas e deles, que prontamente criaram no “whatsapp” um grupo chamado “Família Diálogos”. As ligações afetivas se produziam muito rapidamente, pensei; a sensação que eu tinha era que o grupo tinha “muita energia” e confesso que ainda me sentia indisposta e frustrada por não se tratar mais do grupo com que vinha trabalhando desde o curso de Mídias Móveis. Essa minha indisposição se refletiu nos momentos mais difíceis que tive na minha relação com o grupo, embora ainda não soubesse que me encantaria novamente por aquele trabalho.

Isso significa que tive que lidar com todos os tipos de afetos que surgiram no contexto da minha relação com o grupo do Ação Juvenil. Tive que dar um lugar para as minhas “paixões”, experimentar um “reconhecimento erótico” já que o eros e o erótico não podiam ser negados para que aquele processo de facilitação fosse construído com qualidade. Tampouco concebo o eros e o erótico apenas em termos sexuais, ou conexões romântico-genitais entre pessoas. Aqui, me refiro ao fato de que estive inteira nos encontros, uma vez que o erotismo é uma força que intensifica nosso esforço global de usar tal energia de forma a revigorar discussões e estimularmos a imaginação crítica (HOOKS, 2000). Uma vez que corporifiquei-me como mulher pesquisadora orientada por uma perspectiva feminista em que precisamos localizar a construção do conhecimento (HARAWAY, 1995). Essas forças foram necessárias para co-produzir movimentos de intensos (des)encontros com o grupo, que também significaram sofrimento: dúvidas, choros, perdas, momentos em que não me senti psicóloga, em que me senti preconceituosa, desrespeitada como mulher. Tudo isso fez parte desse processo desta Pesquisa.

Foi interessante também notar como era possível construir inter-invenções a partir de diferentes mergulhos no campo. O primeiro, no curso de Mídias Móveis, havia sido durante intensos dez dias mergulhada no território com a equipe. O segundo, durante seis meses, duas vezes na semana, indo para escolas que cediam seus espaços para as formações e para as Caravanas. E o terceiro, com o grupo de jovens contratados, uma controversa inversão: foi a vez das/os jovens mergulharem no nosso campo universitário, uma vez que as formações

passaram a acontecer no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Acredito que os dialogismos dos mergulhos foram constantes: as/os jovens mergulhavam no nosso universo, estivéssemos onde estivéssemos, pois carregávamos nossos referenciais conosco e vice-versa. No entanto, considero que algumas questões só emergiram a partir diretamente desse deslocamento das/os jovens para o território universitário.

Acredito ainda que, não por acaso, essas questões oriundas do mergulho universitário do grupo contratado do Ação Juvenil estavam, dentre outras, relacionadas à sexualidade, justamente devido as fortes tensões e tabus existentes entre sexualidade e juventude. Um exemplo seria o relato das/os jovens acerca dos espaços de sociabilidade com banquinhos e jardins na frente do CAC- Centro de Artes e Comunicação, onde fizemos um passeio para “apresentar” a Universidade. O grupo gostou desses espaços, achou o Centro de Educação um local “muito massa” (sic), pois “era um espaço bem menos rígido que a escola” (sic) em que as pessoas iam “vestidas como queriam” (sic) e podiam “se beijar em público sem que a diretora chamasse na sala para reclamar” (sic).

Julgo interessante ressaltar como, ao mesmo tempo em que as/os jovens clamavam por mais liberdade sexual nas escolas, tolhiam, por exemplo, a liberdade de maneira seletiva para casais homossexuais e travestis que observavam na Universidade. Isso demonstrou a presença de ideias conservadoras no grupo acerca de questões de gênero e sexualidade. Piadas direcionadas a uma travesti - que passou pelo grupo durante o passeio pelo território universitário- tais como: "ela tem o peito maior que o meu!" (sic), feita por algumas das meninas e "olha teu amigo babando" (sic), feita por alguns dos meninos, divertiram o grupo. Sobre o casal homossexual que se beijava na boca, disseram: “Eita! Olha pra ali! Precisa disso tudo?” (sic), “Ave! Vamos lá fazer uma oração!” (sic).<sup>30</sup>

Era importante trabalharmos essas temáticas, foi o que pensei: tanto da vida sexual das/os jovens, como de questões ligadas a desigualdades de gênero. Nesse sentido, acredito que o passeio no ambiente universitário acabou favorecendo que criássemos um espaço privilegiado para tratarmos de assuntos sexuais nos encontros das formações do Ação Juvenil. Tudo isso aconteceu de forma muito espontânea cuja importância só agora, finalizado o meu trabalho com o grupo, pude valorizar. Foi, portanto, dentro dessa atmosfera de confiança e

---

<sup>30</sup> Dizer o quanto é preciso ou não demonstrar afeto em público e achar que se deve rezar por pessoas homossexuais pode se tratar do exercício do *poder pastoral*, em que, para todo indivíduo, existe a obrigação de obter a salvação, mesmo que este não a deseje, através de uma vigilância e controle contínuos sobre a sexualidade (FOUCAULT, 2004). Esta última fala sobre “fazer uma oração”, evidenciava portanto a intersecção entre sexualidade e religião, uma vez que muitas/os jovens do grupo eram evangélicos e/ou cristãos de forma geral.

curiosidade, nessa ainda rara relação de proximidade entre jovens de escola pública do Ensino Médio com o ambiente público universitário, que pude trabalhar a temática do incesto com tamanha surpresa fluidez.

Vejamos antes as personagens desse grupo de jovens. Considero importante dizer que os nomes “fictícios” foram escolhidos por elas e, portanto, compôs um aspecto ligado tanto à possibilidade de reinvenção subjetiva, como a uma tentativa de aproximação com a esfera da representatividade, ainda que essa por complexo seja impossível na Pesquisa (SPIVAK, 2010). O momento da escolha foi posterior ao término do Projeto, pelo telefone<sup>31</sup>. As justificativas para as escolhas dos nomes variaram entre “vai ser o nome da/o minha/meu filha/filho” (sic), para simplesmente acharem um nome “bonito” ou então porque “quando era pequeno me chamavam assim” (sic). Já a equipe do Ação Juvenil autorizou a exposição de seus “nomes reais”.

Assim, apresento as/os interlocutoras/es desse grupo que era formado por 20 jovens. Ressalto que a maior parte do grupo era formada por habitantes do município do Cabo de Santo Agostinho, localizado no litoral Sul de Pernambuco, a 35 km de Recife, que possui em média 96 mil habitantes em uma área de 446,5km<sup>2</sup>, de acordo com dados de 2010. A maior parte do grupo também era formada por jovens entre 16 e 20 anos, de cor negra, sexo feminino e de religião cristã.

Dessa forma, como moradoras/es do Cabo, participaram: Evelyn, jovem de 18 anos, autodeclarada parda, sem religião e do sexo feminino; Lucas, jovem de 17 anos, autodeclarado negro, sem religião e do sexo masculino; Raquel, de 17 anos, autodeclarada morena de religião evangélica e do sexo feminino; Beatriz, de 18 anos, autodeclarada branca, de religião católica e do sexo feminino; Ranielly, jovem de 18 anos, autodeclarada negra, de religião católica e do sexo feminino; Taís, jovem de 16 anos, autodeclarada negra, sem religião e do sexo feminino;

---

<sup>31</sup> As informações sobre cor, religião e sexo das/os jovens foram obtidas num momento de entrevista que compôs a Pesquisa “Significados e práticas sobre os Campos dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos: uma análise interseccional com mulheres e homens jovens e suas redes de convívio em território de desenvolvimento econômico”, coordenada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Jaileila de Araújo Menezes.

Raiane, de 17 anos, autodeclarada morena, de religião protestante e do sexo feminino; Saory, jovem de 16 anos, autodeclarada morena, sem religião e do sexo feminino; Charlii, jovem de 20 anos, autodeclarado negro, sem religião e do sexo masculino; Andréa, jovem de 17 anos, autodeclarada morena, sem religião e do sexo feminino; Luiz, 18 anos, autodeclarado pardo, de religião evangélica e de sexo masculino; Aline, de 17 anos, autodeclarada negra, de religião evangélica e sexo feminino; Sofia, jovem de 17 anos, moradora de Pontes dos Carvalhos (distrito do Cabo), autodeclarada negra, sem religião e do sexo feminino; Alison, jovem de 17 anos, que declarou frequentar as igrejas católica e evangélica, ser do sexo masculino e não declarou sua cor; Clara, de 17 anos, autodeclarada branca, do sexo feminino e sem religião e Gustavo, de 18 anos, autodeclarado negro, de religião evangélica e do sexo masculino.

As/os demais quatro interlocutoras/es eram habitantes do município de Ipojuca, localizado a 54 km de Recife, também no litoral Sul de Pernambuco, com cerca de 88 mil habitantes e 514 km<sup>2</sup>. Ressalto que a ideia inicial era ter a mesma quantidade de jovens do município do Cabo e de Ipojuca, que juntos fazem parte do Complexo Industrial de Suape. No entanto, o acesso e a comunicação com as escolas que mediaram nosso contato inicial com as/os estudantes foram dificultados. Talvez justamente por ser um município ser mais distante da capital e de possuir características menos cosmopolitas que o município do Cabo de Santo Agostinho. Assim, eram moradoras/es de Ipojuca: Sabrina, jovem de 17 anos, autodeclarada parda e do sexo feminino; Gilson, jovem de 18 anos, habitante de Nossa Senhora do Ó (distrito de Ipojuca), autodeclarado branco, evangélico e do sexo masculino; Bartolomeu, 17 anos, autodeclarado branco, do sexo masculino e não declarou religião; Diego, de 18 anos, autodeclarado negro, evangélico e do sexo masculino.

Por fim, a equipe do Ação Juvenil, no momento das oficinas sobre incesto, foi formada por: Ruan, estudante da Graduação em Psicologia, 26 anos, autodeclarado branco, de Recife, sem religião; Jucinara, estudante de Graduação em Psicologia, 22 anos, autodeclarada branca, de Olinda, sem religião; Maria Eduarda, estudante da Graduação em Psicologia, 19 anos, autodeclarada branca, de Olinda, sem religião; Basílio, estudante da Graduação em Psicologia, 23 anos, autodeclarado branco e de religião cristã; Leyllyanne, estudante da Pós-Graduação em Psicologia, 25 anos, autodeclarada parda, de Caruaru, cristã; e eu, Raissa, estudante da Pós-Graduação em Psicologia, 26 anos, autodeclarada branca e sem religião.

### 3.3 Análise temática

Antes de iniciar a análise dos sentidos sobre incesto que tiveram lugar nas oficinas do grupo Ação Juvenil, é importante explicar como foi feita a organização de tal análise, ou seja, a partir da análise temática (BARDIN, 1977). O meu interesse foi analisar o repertório semântico do grupo do Ação Juvenil acerca do objeto incesto. Para tanto, foi necessário recortar transversalmente o que, de um trecho a outro de fala, era possível categorizar como “um mesmo tema”. Para a realização de tal análise, é recomendável que a/o pesquisadora siga algumas etapas, sendo elas: uma *pré-análise*, seguida de *uma exploração do material*, para finalmente *o tratamento dos resultados e a interpretação* dos dados. Isso porque, de acordo com Oliveira (2008), é necessário seguir algumas regras precisas que diferenciam a análise temática de análises “meramente intuitivas”. Ressalto ainda a relevância do relato dos procedimentos sistemáticos, no sentido de que eles devem facilitar a replicabilidade da técnica na realização de demais estudos.

Assim como outros tipos de análise de conteúdo, a análise temática se preocupa em articular a superfície dos textos com as características que estão ligadas a sua (re)produção. Ou seja, às variáveis psicossociais, ao contexto cultural e ao contexto e processos de produção do campo (OLIVEIRA, 2008). Na primeira etapa de *pré-análise* ou de *leitura flutuante*, realizei uma leitura sem o objetivo ainda de localizar elementos específicos. Essa leitura foi tanto dos meus registros do diário de campo, como das transcrições dos vídeos gravados mais especificamente de um dos quatro encontros que trabalhamos com o objeto incesto. Esses encontros ocorreram entre fevereiro e março de 2014, embora outras cenas de outros dias, tanto anteriores como posteriores a esse período, interpelaram a minha análise.

Assim, a partir inicialmente dessa leitura flutuante, foi possível refletir sobre hipóteses acerca dos sentidos que as/os jovens construíam sobre incesto, mediados pelos processos grupais e pelas relações que elas e eles (re)atualizavam incessantemente dentro e fora do grupo. Escolhi o *tema* como unidade de registro/ de significação para análise, ou seja, o recorte foi construído a partir dos sentidos e não das formas, o que envolveu frases, sentenças, palavras, expressões, movimentos corporais, sempre contingenciadas pelas entonações, marcadores sociais, singularidades do grupo e de cada interlocutor/a.

Na segunda etapa, após várias leituras de toda a transcrição, foram selecionadas as questões mais relevantes e agrupadas em categorias. Como recomendam Deleuze e Guatarri (1995), a demarcação aqui não dependeu de análises teóricas que implicassem universais, ao

contrário: implicaram as especificidades do grupo do Ação Juvenil, que compuseram multiplicidades e conjuntos de intensidades. Ou seja, grupo que compreendo como conhecedor privilegiado de si e, que, como eu, pesquisadora, esteve localizado a partir de fatores micro e macropolíticos que permearam os momentos dos encontros, engendrando as construções de suas histórias.

### 3.4 Apresentando a análise

A análise que passarei a apresentar tratou da construção de categorias nas quais agrupei certos sentidos conectados entre si sobre incesto construídos pelas/os jovens. Esses agrupamentos foram construídos a partir de mediação de processos grupais, ou seja, das relações que se (re)configuraram no grupo entre as/os interlocutoras/es junto as nossas afetações e mudanças na relação com ele. Ressalto que foi a partir das interlocuções entre as personagens do Ação Juvenil que iniciamos a oficina em que discutimos incesto pela primeira vez, tema que surgiu de maneira espontânea. Confesso que fiquei bastante surpresa com tal forma de surgimento da temática, talvez contaminada pela ideia de silêncio e de tabu que a circunscreve, tanto nos estudos psicanalíticos (FREUD, 1913) e antropológicos (STRAUSS, 1949), como nos estudos que o tratam como violência e trazem os “pactos de silêncio” (MARTINS; JORGE, 2010; MATIAS, 2006) das famílias que o vivenciam de forma violenta. Clarice Lispector (1999) descreve um objeto mágico que comprou como um “de repente”. Ela diz que bastava um sopro ou um leve toque de mão para que esse objeto vibrasse e ao mesmo tempo se confundisse; ele parecia uma “boa notícia”, um “susto alegre”, e assemelhava-se a bolinhas e hastes. Quando as bolinhas começavam a se mexer, diz a autora, multiplicavam-se: parecia um trilhão de bolinhas. Pois bem, acredito que subestimei um pouco o espaço que de fato se construiu como privilegiado para conversar sobre questões ligadas à sexualidade no grupo Ação Juvenil. Esse espaço, penso, funcionou como esse sopro que contribuiu para que, através dos toques de mão e ou *inter-invenções* (PERUCCHI, 2014), nós da equipe e as/os jovens nos movimentássemos com intensidade. Isso tudo sem, claro, deixar de nos confundir e/ou e instaurarmos conflitos. Por isso, foi um “susto alegre” que tive, e talvez então a temática do incesto não tenha surgido tão “de repente” assim.

Foi então já um desmanche dos lugares de quem ensina e quem aprende, desmanche que faz parte da dimensão participativa das oficinas como tecnologias relacionais (PASSOS, 2012). Aprendi com o grupo que, claro, há limites para o que pode e/ou é possível ser dito ou não nos encontros, a partir de diversos fatores envolvidos na relação pesquisador/a e

interlocutoras/es, relações circunscritas pelas próprias diferenças subjetivas atreladas à gênero, classe, religião, raça e território entre nós. No entanto, nunca podemos antecipar esses limites com exatidão, no sentido de que nunca prevemos exatamente o que vai surgir. As construções dos sentidos realizadas pelas/os jovens é circunscrita por uma série de contingências que extrapolam as relações intragrupal, de forma que toda relação intragrupal acaba sendo também intergrupala, permeada por todos os demais espaços de sociabilidade e subjetivantes que vivenciam.

Essa imprevisibilidade dos encontros e inexatidão das origens das construções de sentidos atrelada a um contexto em que discutíamos sobre sexualidade compuseram, portanto, a forma fluida e também conflituosa dentro da qual o assunto do incesto surgiu e foi trabalhado. E a possibilidade de discutir sobre temas ligados à sexualidade com jovens, uma vez que muitas vezes as/os mesmos tem seus saberes sobre ela desqualificados e estigmatizados (MAYORGA; PINTO, 2013; PARKER; MANIR, 2009; HEILBORN; AQUINO; KNAUTH, 2006), para mim só corroborou com a legitimidade e força *inter- inventiva* que os encontros do Ação Juvenil foram conquistando ao longo do tempo. Muitas/os jovens sinalizaram para nós da equipe, inclusive, durante momentos de oficina e conversas nos “corredores”, que ali era o único lugar onde podiam falar sobre “essas coisas” (sic) - referindo-se às questões ligadas à sexualidade.

Nesse sentido, de maneira mais pontual, as oficinas que trataram especificamente dos sentidos construídos pelo incesto foram compostas por quatro encontros. Esses encontros permearam a construção dos dois seguintes capítulos analíticos e respectivos tópicos: Capítulo 4: Violência e relações de gênero; 4.1 As relações desiguais dentro do próprio grupo: quem tem voz? 4.2 “Isso é estupro!” Quando o incesto é abuso sexual. 4.3 A criança sexual: desejo, autonomia e influência; 4.4 Os diferentes olhares para a violência sexual. Capítulo 5: Sexualidade e seus descaminhos: compreendendo o incesto. 5. 1 Família e sangue: religião e ciência ; 5.2 “Isso é doença ou é safadeza?” Quando a sexualidade é vício 5.3 Safadezas: quem tem direito ao sexo? e 5.4: Compreendendo o incesto: uma síntese.

## 4. VIOLÊNCIAS E RELAÇÕES DE GÊNERO

### 4.1 As relações desiguais dentro do grupo

Considero importante contextualizar, de maneira geral, as relações e a atmosfera grupal (CHAVES, 2015) do Ação Juvenil no momento das oficinas sobre incesto. Afinal, essas relações e disposições emocionais mediaram e foram mediadas pela conversação, ao mesmo tempo em que se (re)atualizavam no grupo. De forma mais preocupada com o recorrente do que com inflexões, vou comentar acerca das relações entre a equipe e as/os jovens e entre as/os próprias/os jovens, pautadas principalmente pelas hierarquias do saber e também pelas hierarquias de gênero.

Sobre as relações entre a equipe/jovens, considero os dois exemplos seguintes representativos do clima que se construiu e foi construído no e pelo grupo quando conversávamos sobre sexualidade. A conversa sobre sexualidade surgiu e se manteve, ao mesmo tempo, acesa e interligada ao consumo de drogas, à ideia de vício e de violência.

Durante a mesma, eu disse: “A gente tentou definir o que é droga, se é bom, se é ruim, enfim, se dá prazer, se não dá...e violência, é o quê?”(sic). Charlii: “O que, contra a mulher ou...”(sic). Evelyn: “Qualquer violência”(sic). Charlii: “Hum...porque tipo assim, vou perguntar a vocês né, que acho que vocês têm a resposta na ponta da língua, é...”(sic).

Nesse momento, refleti que era preciso reiterar o grande valor que tinha o conhecimento das/os jovens. Afinal, estávamos num espaço universitário, e a linguagem acadêmica confere saber e, portanto, poder (FOUCAULT, 1984). Dentro desse contexto, as/os jovens não compartilhavam da linguagem de um saber científico, representado pela equipe jovem e universitária. Sinalizaram que se sentiam ocupando, talvez, o lugar de um *não saber*. Afinal, a equipe de Psicologia é legitimada como “expert” em questões de saúde e sexualidade. Eram as desigualdades das relações de poder presentes nesta Pesquisa.

Foi quando eu disse: “Você está enganado, Charlii!”(sic). Risos no grupo. Charlii respondeu: “Eu acho que é assim!” (sic). Ruan comentou: “Se a gente tá perguntando é porque a gente quer saber de vocês!” (sic). Possivelmente, não só essas palavras como alguns outros movimentos grupais surtiram algum efeito sobre a legitimação do espaço de fala das/os jovens, uma vez que foi o próprio Charlii quem emendou: “Desculpa interromper mas, voltando a parte do sexo, que eu tava querendo fazer faz tempo[...]que eu acho que[...]ops! Que quero falar faz tempo!” (sic).

Foram muitos risos no grupo. De início, eu não consegui entender o que tinha acontecido. Perguntei inutilmente para o grupo: “Como é?”(sic). Ninguém me ouviu, todas/os

riam muito. Só depois Ruan me traduziu: “Ele disse assim: voltando à parte do sexo, que eu tava querendo fazer faz tempo” (sic). E aí os risos me contagiaram também. Charlii ria constrangido, tentando “consertar o que tinha dito”. A espontaneidade e tentativa de correção do jovem favoreceram um clima de descontração grupal que também nos dava pistas sobre as relações de poder envolvidas naquele contexto: elas regiam o que podia ou não podia ser dito. Mais ainda: contribuiu, através de um aumento de conexões- talvez até inconscientes, que, para Foucault (1969), também se constituem a partir de uma relação de poder- para que pensássemos sobre as afetações de jovens conversando sobre sexualidade e nossas posições também afetadas como equipe universitária.

Charlii mostrou que os canais catalisadores de sentidos das oficinas não estavam tão preestabelecidos: surpreendeu todas/os com aquilo que não esperávamos que ele dissesse. No entanto, como o mundo da sexualidade é um mundo altamente sobrecarregado de interdições, depois o jovem se “corrigiu”, constrangido. Ou seja, por compreender a horizontalidade como uma postura em que é preciso guardarmos as diferenças entre equipe e interlocutoras/es, caso contrário, a/o facilitador perde sua função no grupo (ADRIÃO, 2014), é que não posso dizer que não existiam lugares hierárquicos diferentes, embora não necessariamente (re)produtores de desigualdades no grupo do Ação Juvenil.

O fato de uma psicóloga, branca e de classe média, estar facilitando aquele encontro possivelmente contribuiu para que Charlie “corrigisse” suas palavras. Afinal, falar sobre o nosso estado de desejo sexual em um ambiente de trabalho geralmente é pouco aceito, e essa convenção social se estendeu mesmo dentro do nosso grupo que, naquele e em outros momentos, costumava discutir sobre sexualidade. Assim, nas tramas do Ação Juvenil, dizer “estou querendo fazer sexo faz tempo”(sic) causou constrangimento, diversão e retratou o espaço horizontalizado que não deixava de medir algumas palavras mais “livres”, ao mesmo tempo em que potencializava alguns conteúdos sobre a sexualidade das/os jovens, movimentando processos de subjetivação.

Outro fator importante diz respeito às desigualdades nos espaços de fala entre meninos e meninas do grupo. Como pressuposto epistemológico e metodológico, a oficina tem como objetivo provocar uma distribuição de maneira equitativa dos espaços de fala (ADRIÃO, 2014). No entanto, desde a chegada de novos integrantes no grupo, as meninas, que nos encontros anteriores a tal chegada mostravam-se bastante falantes e participativas, começaram a calar durante as oficinas. Os meninos, de maneira geral, falavam mais e/ou corroboravam quase sempre com os posicionamentos do jovem Charlii, o qual garantiu muitos espaços de

fala para si.

Além disso, como equipe, notávamos que a facilitação era mais facilmente construída quando um menino da equipe a desenvolvia. Os jovens meninos do grupo conseguiam, às vezes, calar inclusive jovens mulheres da equipe, que sinalizaram em alguns momentos se sentirem intimidadas e desrespeitadas, como foi o meu caso em alguns momentos. Ressalto que essas relações foram perpassadas/mediadas pela questão da violência contra a mulher, que esteve bastante presente entre o grupo na construção de sentidos sobre o incesto. Debatê-la pode ter, inclusive, contribuído para que as meninas voltassem a se posicionar mais no grupo, e os espaços de fala ficassem mais distribuídos.

Por fim, acredito que não apenas os sentidos da própria discussão sobre incesto contribuíram para o deslize de sentidos sobre gênero e de lugares de falas nas oficinas, como também o uso de algumas técnicas como “Som e movimento”<sup>32</sup> (MCCARTHY; GALVÃO, 2001), e/ou o simples fato de dividirmos o grupo em subgrupos durante os diálogos sobre a temática. Foi interessante notar como se construiu a vivência do grupo para a referida técnica: o grupo foi desafiado a formar um padrão sonoro a partir de sons produzidos por cada interlocutor/a. No entanto, o mesmo não conseguiu produzir um só “ritmo”. O desafio virou um desafino. As/os jovens se entreolhavam, e como não podiam falar durante o exercício - apenas fazerem sons rítmicos- tentavam acertar o ritmo, mas não foi possível. Até que, aos poucos, foram desistindo e olhando para a equipe, esperando o que iríamos fazer diante daquela desafinação toda. Quando o grupo, aos poucos silenciou, Basílio perguntou: “E aí pessoal, vocês acham que cumpriram o desafio?”(sic). O grupo respondeu em coro que dizendo que não. Basílio continuou: “Por quê vocês acham que não conseguiram?”(sic). Evelyn respondeu: “Tem gente que endoia e faz o som sozinho, sem ouvir o resto do grupo”(sic). O grupo concordou com falta de “escuta” sinalizada por Evelyn.

Assim, os sentidos sobre incesto foram construídos nesse espaço: espaço marcado por conflitos, desafinos, cristalizações, subversões e desigualdades de classe, raça, território e gênero experimentadas subjetivamente nas distribuições e reconfigurações dos espaços de fala por todo o grupo. No entanto, esse espaço foi, sobretudo, marcado por uma multiplicidade de possibilidades envolvida nas interfaces entre juventudes, sexualidades e gênero, em que não

---

<sup>32</sup> Essa técnica funciona da seguinte forma: o grupo forma um círculo, no qual cada interlocutor/a começa a fazer um som rítmico, usando a voz e/ou o corpo. Cada jovem deve continuar seu próprio som e, gradualmente, encaixá-lo com outros sons do grupo. A ideia é continuar até que o grupo desenvolva um padrão sonoro onde todos os ritmos se harmonizam.

podemos subestimar a força com que foram continuamente (re)criadas as relações descritas (PARKER, 1991c) e os sentidos sobre incesto durante o fluxo criativo da ação coletiva.

#### 4.2: “Isso é estupro!”: quando o incesto é abuso sexual.

Um dos mais marcantes sentidos sobre o incesto (re)produzido pelo grupo do Ação Juvenil foi o de abuso sexual intrafamiliar; associação que já vimos ser bastante comum na Literatura (MÉLLO, 2006a). Esse sentido surgiu a partir de uma história compartilhada pela jovem Ranielly<sup>33</sup> sobre sua família: “O marido da minha tia engravidou a filha. Ele deixou minha tia e casou com a filha”(sic). Ranielly acrescentou também que o envolvimento sexual entre seu tio e sua prima começou quando essa última tinha dez anos de idade, o que pareceu chocar grande parte das/os jovens. A reação grupal foi de condenação e horror, ambos facilmente acessados quando falamos sobre incesto (SAFFIOTI, 2013).

Assim, o grupo, além de julgar “almadiçoado” o envolvimento sexual entre pai e filha - considerado ainda mais grave porque tratava de uma união consanguínea<sup>34</sup> - chegou à “conclusão” de que aquilo era “estupro”(sic) devido ao fato da menina “ainda ser uma criança”(sic). No entanto, o jovem Charlii sinalizou que não considerava o episódio como uma violência. Ele afirmou que uma pessoa de dez anos já tinha capacidade de discernir com quem ela quer fazer sexo ou não. Justificou da seguinte forma a sua posição, ao mesmo tempo em que mobilizou um grande debate sobre os sentidos do abuso sexual:

Olha, minha mãe me conta muitas histórias, né Saory? Ela engravidou com 11 anos ou foi com 14. Eu sei lá quantos anos era, eu não sei. Ela disse que aos dez anos, já sentia atração por homem. Mas, como se diz assim, uma menina naquela época, não é feito hoje, naquela época a mulher já, como se diz, já procurava o rumo de casar. Entendeu?

Eu então perguntei para ele: “Naquela época se começava a atividade sexual mais cedo, tu achas?”(sic). Sofia balançou a cabeça negativamente, discordando. Charlii provocou-

---

<sup>33</sup> Ranielly nunca havia se pronunciado no grande grupo nos encontros anteriores. Acredito que a temática incesto atrelada ao espaço para discutir sobre sexualidade do Ação juvenil foi também capaz de mobilizar o compartilhamento da história da sua família, que talvez pudesse ter encontrado um lugar para ser contada, ainda que, mesmo nesse lugar, mobilizasse estranhamentos.

<sup>34</sup> Em outro momento, o grupo concordou que um abuso sexual era mais grave se cometido pelo pai biológico do que por um pai adotivo. Acredito que os códigos morais podem ser mais rígidos em relação aos históricos de violência sexual intrafamiliar consanguínea devido ideia de sexo ainda bastante atrelada à de reprodução, na qual haveria um “perigo genético”; e a concepção de família, instituição sagrada e não maldita, que deve proteger e cuidar, como aquela determinada pelo sangue.

a: “É, pô, é sim! É porque tu é nova!”<sup>35</sup> (sic). Evelyn emendou: “Quando a mulher já tipo chegava na adolescência, já tava bom de casar”(sic). O grupo fez então uma espécie de resgate histórico a partir de uma relação entre o abuso sexual e o dispositivo da aliança, interligados com a questão da idade da iniciação sexual. Havia um conflito em relação aos limites, que eram os limites de idade, para definir como violenta aquela prática sexual exemplificada na história da família de Ranielly. A idade para o grupo é que marcaria a existência de condições de escolha para tal vivência, e essa idade estava ligada ao contexto sócio-histórico. Os diferentes sistemas de parentesco, típicos de um momento histórico específico, ditam as regras para o matrimônio e para as atividades sexuais (RUBIN, 1993).

Mais especificamente, para a maior parte do grupo, principalmente para as meninas, dez anos não era suficiente para garantir essa condição e escolha; já para grande parte dos meninos, representados por Charlii, com dez anos essa escolha já era possível, mesmo no contexto atual<sup>36</sup>. Perguntei para o grupo se elas e eles achavam que existia sexualidade da infância, ao que responderam que sim. É interessante mostrar como, a partir daí, deslizaram os sentidos e diálogos sobre o abuso sexual, pois esses misturaram uma ideia de proteção à “ingenuidade infantil”- originadas no século XVII (ARIÈS, 1981)- com posicionamentos envolvendo a culpabilização das meninas que sofriam abuso sexual, tanto dentro como fora de casa. Foram muitos enunciados, subversões, contradições, reproduções: assim construíamos nossos sentidos sobre incesto que se ligavam, no momento, ao sentido do abuso sexual.

### **4.3: A criança sexual: desejo, autonomia e influência**

Após a resposta positiva do grupo para a existência da sexualidade na infância, realizei outra pergunta: “E isso significa que ela tem capacidade de decidir com quem ela quer fazer sexo, o fato de existir sexualidade na infância?” (sic). Charlii moveu a cabeça positivamente; Sofia, negativamente. Diego disse: “Acho que não. Alguém sai influenciando ela, botando coisa na cabeça dela”(sic). Já a jovem Sabrina falou o seguinte:

Se você ‘ver’, Raissa, como as crianças andam hoje em dia...você diz que assim, sei lá, a gente anda de calça, a maioria daqui anda de calça, né? Mas você vê que a maioria das meninas já anda com um shortinho na beira da bunda assim- e com as

---

<sup>35</sup> Charlii então usou o próprio marcador geracional para desautorizar a outra jovem, percebi como existem processos e tentativas de subordinação entre sujeitos de uma mesma geração (MAYORGA; PINTO, 2013). Mais do que isso, talvez fosse a presença das opressivas relações de gênero no grupo, interseccionadas com o marcador geracional.

<sup>36</sup> Isso pode sugerir não só uma preocupação geracional do grupo ligada à sexualidade, como relativizações da força desse marcador de acordo com o sexo/gênero do interlocutor do grupo.

mãos esboçou um desenho de um short imaginário curto no seu corpo- mostrando o corpo todinho! Entendeu? Aí você olha, poxa, tinha uma menininha agarrada com um menino, eu olhei assim eu ‘deu a bexiga!’ Tão flertando ali. Mas aí é isso, tá vendo todo mundo fazendo, internet, tudo, tudo, aí tem muita influência.

O grupo deslizou o debate que estava, até então, centrado, de certa forma, na ideia de proteção à infância – com exceção de Charlii- para um debate no qual havia o sentido de um controle, censura, cerceamento dos corpos das meninas. Para o grupo, as crianças, especialmente as meninas, não tinham autonomia para decidir com quem fazer sexo. Isso ao mesmo tempo em que não tinham autonomia para circular com as roupas que quisessem, pois eram serem muito “influenciáveis”. Eu então indaguei: “Mas e o fato de ela tá usando essas roupas quer dizer algo pra tu?”(sic). Sabrina: “Ah, quer dizer nada, assim, já começa logo a tá olhando entendeu, tipo, vê as outras meninas usando, e quer usar também, para chamar atenção dos meninos.”<sup>37</sup> Mas sabe que vai chamar atenção, entendeu? Tem gente que bota pra provocar realmente”(sic).

Quis compreender o que era “provocar”, e para isso foi necessário estranhar o sentido que me era familiar e familiarizar o sentido que poderia me ser estranho (DA MATTA, 1978). Afinal, como diz Clarice Lispector (1999, p.114): “Um dos modos de viver mais é o de usar os sentidos num campo que não é propriamente o deles”. Um dos modos de viver mais a pesquisa de campo era portanto mexer no campo conceitual que carregava e carregou comigo. Talvez não pudesse de fato, meramente substituir sentidos antigos e esquecê-los completamente, mas nada deveria me impedir de conhecer outros.

Brecharia por outro ângulo para compreender outro sentido sobre o que era “provocar”.

Assim, inicialmente, falei de acordo com o sentido que compreendi o termo “provocar” naquele contexto: “Mas provocar para ser estuprada? Tu acha que uma pessoa quer sair na rua de saia curta por que ela quer provocar para ser estuprada?”(sic). Sabrina respondeu: “Tem gente que sim”(sic). O grupo espantou-se, embora muitas/os pareciam concordar com a ideia de Sabrina: “Tem muita menina que usa para provocar”(sic), afirmou Beatriz. Eu, de novo: “E o que é provocar, é provocar para que?”(sic). Beatriz: “É chamar atenção dos homens”(sic). Foi quando, acredito, encontramos uma brecha para diminuir aquele ruído que não deixava de ser uma forma de deslizarmos aqueles sentidos: “Para se sentir bem vista, para se sentir bonita, para se sentir desejada. Olhar de admiração?” (sic),

---

<sup>37</sup> Essa questão das vestimentas foi bastante polêmica no grupo. Sabrina disse que não usava saia em nenhuma hipótese porque as pessoas que faziam isso “era para chamar atenção” (sic). Evelyn irritou-se e disse: “Pois se eu quiser usar, eu uso” (sic). Sofia, que estava de short curto, apontou para ele e disse: “Eu uso porque eu gosto, não é pra chamar atenção”(sic). Andréa e Aline disseram a mesma coisa. Esses posicionamentos marcavam como os processos de subjetivação mediavam aquela discussão e vice-versa, e que o desafio estava justamente no que propõe a epistemologia feminista, de trabalhar nessa interface individual- grupal (ADRIÃO, 2014).

disse. Beatriz: “Tipo para pessoa andar na rua e sentir que tem alguém olhando para ela”(sic).

Algumas pessoas do grupo insistiram que nem sempre o olhar era esse de admiração, que dependia do caso, pois havia meninas que andavam nas ruas de roupa curta porque “gostavam de provocar os homens para serem violentadas”(sic). Já outras gostariam de ser “violentadas apenas visualmente”(sic). Em outro momento, na quarta oficina sobre incesto, Charlii afirmou ainda que havia filhas que “não respeitavam os pais” porque “trocavam de roupa” na frente deles, o que seria também uma “provocação”. O grupo, no entanto, não acatou suas ideias.

De todo modo, a ideia central era de que as meninas/mulheres trafegavam (RUBIN, 1993) em casa e nas ruas para “provocar algo” nos homens. Despiam-se ou vestiam-se *para* eles, seu desejo era de mobilizar sua atenção e, por vezes, excitá-los sexualmente, mesmo que essa excitação pudesse se manifestar de forma violenta. Apenas isso já sugeria que as normas regulatórias sexistas acerca do controle da sexualidade e do corpo estavam sendo reatualizadas o grupo do Ação Juvenil, reiterando o sentido desse sexo feminino subalternizado (SPIVAK, 2010) e culpado pelas violências que pode vir a sofrer.

A concepção da criança como ser pouco autônomo e facilmente influenciável tipificada com a questão das vestimentas também corroborou para que as bordas entre incesto e abuso sexual se redesenhassem entre abuso e violência de gênero. As desigualdades de gênero se sobrepuseram à força das desigualdades geracionais assimétricas de poder sinalizadas pelo grupo. Conceber as crianças como “influenciáveis” pode ser estratégico na medida em que envolvem um sentido de proteção que atenta para as desigualdades de poder entre gerações.

No entanto, pode, ao mesmo tempo, ser pouco perigoso na medida em que também envolvem a ideia de pouca autonomia para as crianças, como foi o caso do grupo. Essa pouca autonomia foi o que desautorizou as meninas do discurso grupal a vestirem o que quisessem e que, se não culpabilizaram, beiraram a culpabilização nas situações de abuso sexual, por estas usarem roupas “provocantes”. Mas, apenas as meninas; nada foi dito sobre o modo como deveria ou não deveria se vestir um menino, o que mostra como o controle a respeito da sexualidade feminina se sobrepôs à sensibilidade para as desigualdades geracionais sinalizadas no Ação Juvenil. Recriando os sentidos e metáforas da inocência e do vício trabalhada por Jurandir Freire Costa (2002), a “inocência” do sexo infantil não era suficiente para eliminar um suposto necessário “pedido de perdão” pelas roupas “provocantes” das meninas. Nesse sistema de trocas da mulher objetificada sexualmente, sempre troca-se mais

do que “apenas meninas ou mulheres” (RUBIN, 1993): a troca simbólica era da inocência pela culpa.

Assim, essas eram as imagens e narrativas que configuravam as aspirações ao prazer e eventual dor (COSTA, 2002) femininas, pois segundo o grupo: “todo mundo usa roupa curta, mas aí, sabe que vai levar provocações, entendeu?” (sic). Isso pode sugerir ainda uma “realidade” territorial, ainda que não exclusivamente da sub-região Suape, pois está presente nas dinâmicas de gênero capitalistas/ocidentais: existe um risco das meninas em vestirem-se com “pouca” roupa serem assediadas/violentadas. Nem que seja apenas a violência simbólica de serem “mal vistas” pela comunidade. Risco de saírem nas ruas, como “na frente” de uma figura masculina dentro de casa, como foi assinalado pelas/os jovens, que naturalizavam tais regras sociais. Os índices do território ligados à violência sexual contra crianças e jovens e violência contra a mulher são alarmantes (UFPE, 2010), o que tornava aquela discussão sobre o “preço da liberdade dos corpos femininos” ainda mais cara entre aquelas/aqueles jovens.

Chamo a atenção para o fato de que, até então, os sentidos sobre abuso sexual – que assumiram conexões com essas questões de gênero- estavam centralizados às situações envolvendo crianças, e não especificamente jovens. Isso pode demonstrar uma certa contaminação do grupo com o discurso legal contra o abuso sexual infantil, que em certo momento pode se caracterizar inclusive como alarmista (PARKER; MANIR, 2009), além de uma dificuldade das/os jovens em se (re)conhecerem como sujeitos em situação de vulnerabilidade nas relações de violência sexual.

Essa separação entre crianças e jovens e suas diferentes relações com a sexualidade ficou evidente no discurso de Sabrina, quando ela contou, por exemplo, que na sua escola, “o índice de gravidez na adolescência é maior entre as crianças de onze e doze anos do que da galera de quinze a dezoito anos” (sic). O grupo disse que isso acontecia nas demais escolas também. Quando indaguei “por quê vocês acham que isso acontece?” (sic), as/os jovens apontaram principalmente para o motivo de “falta de controle dos pais” (sic). Já Evelyn, por sua vez, ampliou a questão da sexualidade na infância e sua relação com a família:

Eu acho que não é só controle dos pais, eu acho que é tudo, porque os pais veem os filhos pequenos, pensam que isso nunca vai acontecer com as filhas né, no caso com as filhas, por isso que auxiliam, conversam mais com as/os filhos adolescentes do que as crianças. (sic)

As/os jovens sinalizaram que os adultos não conversavam sobre sexualidade com as crianças dentro de casa. Algumas/alguns falaram que, mesmo não sendo mais crianças, nas suas casas não se conversava sobre “esse tipo de coisa” (sic). Esse tabu, segundo as/os jovens, atrapalhava, pois a pessoa depois “podia engravidar ou pegar uma doença” (sic) por falta de

informação. Ou seja, o grupo jovem, de maneira legítima e autoral, testemunhava a condição de desigualdade que as desfavorece no âmbito doméstico como sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos (QUADROS; MENEZES, 2009). Questionar essa dificuldade junto a elas e eles foi particularmente importante para pensarmos certas dimensões que envolvem o incesto, inclusive a de abuso. Isso porque o grupo fez gritar o silêncio com que muitas vezes é tratada a demanda de crianças e jovens de lidar com questões referentes à sexualidade, silêncio que eventualmente se estende para situações de abuso sexual intrafamiliar (MARTINS; JORGE, 2010; MATIAS, 2006).

Assim, nesse primeiro encontro sobre incesto, as/os jovens do grupo trouxeram principalmente a família como responsável por uma “educação sexual” do sujeito. A família foi portanto tida como instituição que vacilava no seu papel de educar- ao mesmo tempo em que é solicitada pelas/os jovens, é ainda o local em que encontramos situações de desrespeito à sexualidade infanto-juvenil. O local tido como mais privado e íntimo é também o local que pode privar crianças e jovens de seus direitos. Os demais agentes participantes da subjetivação sexual, como a escola, as políticas públicas, a tecnologia, não foram citados<sup>38</sup>. Sofia foi quem, em vez de responsabilizar apenas a família, responsabilizou os homens, de forma geral, para explicar porque ela achava que as meninas mais novas de sua região engravidavam mais que as meninas mais velhas, ao dizer: “eu acho que a gravidez acontece por conta da influência dos homens nas meninas”(sic). Para tanto, compartilhou uma história de assédio sexual em que foi possível deslizarmos os sentidos sobre violência, que será comentada a seguir.

#### **4.4 Os diferentes olhares para a violência sexual**

Sofia contou uma história em que um homem teria invadido sua casa depois de “olhar muito” (sic) para ela. O desfecho foi uma punição da comunidade para esse homem que foi espancado depois do episódio. No entanto, a jovem disse que gostaria que ele tivesse sido preso, porque “se não tivesse ninguém lá, como meu avô, com certeza ele ia fazer alguma coisa comigo” (sic). É comum casos de assédio sexual serem retaliados pela população devido à mobilização que temas como sexualidade, infância e juventude são tratadas (NEV, 2015). Vivemos, assim, numa cultura do justicamento baseada na noção de “olho por olho, dente por

---

<sup>38</sup> No entanto, no quarto e último encontro sobre incesto, construímos um cartaz em que as demais instituições e instrumentos foram lembrados como responsáveis e importantes para o trabalho com o tema da sexualidade.

dente”. Inclusive, em outros momentos, presentes na última oficina sobre incesto, “capar ou matar” foi trazido pelo grupo como forma de “tratar” os agressores sexuais. A violência então foi um sentido bastante revisitado pelo grupo: tanto a violência simbólica que circunscrevia os corpos das meninas que não deviam sair com eles “à mostra”, como também uma violência mais literal, física e punitiva para os homens, já que eles foram retratados, pelo grupo, como os principais agressores sexuais. Uma espécie de violência odiosa aos/dos mais fortes e violência por julgar obsceno o servilismo sexual das mais fracas (COSTA, 2002), no caso, das crianças meninas retratadas no tópico anterior.

Sofia contribuiu, então, para deixar mais autoral aquele encontro sobre sexualidade, sobre abuso, relações de poder, sobre tabus. Embora todos os sentidos que (re)produzimos sejam potencialmente subjetivados e subjetivantes, acredito que contar algo na primeira pessoa é ligar mais diretamente esse laço entre os sentidos que podemos produzir com nossos lugares no mundo. A própria jovem do grupo já tinha, assim, se sentido objeto e não sujeito sexual (RUBIN, 1993). Apesar de que aquele episódio compartilhado de assédio sexual fora vivido dentro de casa por Sofia, ele não se caracterizava como intrafamiliar. Foi a partir dele que problematizamos o conceito de violência e também os atores envolvidos nela.

O conceito de violência foi ampliado para além da concepção de estupro; as/os jovens falaram, por exemplo, das possibilidades violentas do olhar: “E isso de ele ficar te olhando Sofia, tu achas que foi o que?”(sic), perguntei. Sofia refletiu: “Não sei...”(sic). Eu continuei: “Foi uma espécie de assédio, tu achas? Ou não tinha a ver com isso?”(sic). Sofia, séria: “Eu acho que sim”(sic). Evelyn concordou. Sabrina acrescentou: “Tem gente que come só com os olhos”(sic), expressão que sexualizava e violentava um certo tipo, uma certa dimensão do olhar masculino, já que o “homem é quem come” (PARKER, 1991a). Essa relativização da ideia de violência contribuiu para que os sentidos ligados ao cerceamento dos corpos das meninas e da autonomia das mesmas fossem reconfigurando-se, ao mesmo tempo em que tornou possível falarmos não apenas das meninas e mulheres como vítimas de abusos sexuais, como também de homens jovens como vítimas.

Eu continuei: “E isso é violência?”(sic) Sabrina: “Eu acho que começa por aí. Tem gente que olha só querendo dizer nossa, como é bonita, e tem gente que não, você sente o olhar diferente, entendeu?”(sic). Eu: “Vocês meninas sentem o que quando os homens olham para a gente com essa de querer comer com os olhos?”(sic). Foi quando Gilson, e não uma menina, respondeu: “Eu já senti!”(sic). O grupo caiu na risada. Até então as questões trazidas eram predominantemente marcadas por uma configuração heterossexual dos abusos/assédios

sexuais– cometidos de homens para mulheres. De forma que compreendi a risada do grupo como um estranhamento a uma suposta vivência que não fixava mais esses lugares de “homem agressor, menina vítima” do abuso e assédio sexual. O imperativo heteronormativo, produto das próprias organizações sociais de parentesco (RUBIN, 1993) esteve assim intensamente marcado nos encontros sobre incesto do Ação Juvenil.

Dessa forma, dei-me conta da importância de tentar contribuir para subverter essas colagens de sentidos de acordo com o sexo das/os envolvidas/os no abuso sexual. Talvez fosse importante tocar na questão dos casos de violência sexual homossexual e/ou direcionada de uma mulher para um homem, embora sempre guardando as diferenças sócio-históricas nessas relações. E aí completei: “Ou os meninos que também já sentiram isso de algum outro homem ou de alguma outra mulher também!”(sic).

Foi quando Charlii e Vinícius contaram uma história em que se sentiram assediados por outros homens. Assim, até então, ainda que “subvertida” a possibilidade apenas da heterossexualidade que esteve presente no trabalho com o grupo do Ação Juvenil de forma geral, as mulheres não estiveram, predominantemente como os homens, presentes nos discursos como agressoras sexuais. Isso sugere uma reprodução das dinâmicas de gênero na sociedade, que pregam, ao mesmo tempo em que visibilizam com mais facilidade o homem e a masculinidade como violentos- como acontece nas associações que envolvem “pedofilia”- e a mulher e a feminilidade como vítimas, passivas, frágeis (PARKER; MANIR, 2009). Vemos, assim, como o sistema sexo/gênero<sup>39</sup> é capaz de oprimir tanto homens como mulheres, ainda que guardadas as proporções e contingências (RUBIN, 1993). E veremos, no capítulo 5, como o próprio grupo subverteu essa colagem de gênero aos papéis de agressão e vitimização envolvidos na violência sexual.

No fechamento da primeira oficina sobre incesto, que foi a mais retratada neste primeiro capítulo analítico, grande parte do grupo defendeu a ideia de que a criança não estava preparada para tomar a decisão de fazer sexo com adultos, estivesse ela vestindo um “short curto” ou “calça jeans”. Sabrina ainda acrescentou: “Ou saia”(sic). Eu aí perguntei: “A criança pode vestir a roupa que ela quiser? As mulheres podem se vestir do jeito que elas quiserem?”(sic). Sabrina, Beatriz: “Pode sim!”(sic). “O problema tá é no olhar do

---

<sup>39</sup> Compreendo o sistema sexo/gênero como produto da atividade humana histórica que envolve muito mais do que “relações de procriação”, no sentido de que organizam socialmente hierarquias e convenções sobre os sujeitos e suas possibilidades sexuais (RUBIN, 1993). A barra entre essas duas palavras não tem o sentido de dicotomizar sexo de gênero, uma vez que concordo com Butler (2003) quando essa afirma que o construto do sexo é tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma.

homem”(sic), encerrou Evelyn. Isso pode mostrar que o grupo, de certa maneira, havia se sensibilizado para as desigualdades de gênero envolvidas no abuso sexual no tocante à violência contra a mulher, embora sabemos que não há linearidade nem coerência absoluta quando tratamos de posicionamentos sobre sexualidade. A Linguagem que nos subjetiva é polissêmica, e as ações como discursos são sustentados em diferentes espaços que nos identificam e legitimam nossos posicionamentos, que podem ser tanto “trazidos” de fora para o grupo, como “levados” para o mundo a partir dele.

Dessa forma, o grupo vai e vem nos seus enunciados, assim como as cristalizações presentes nos mesmos podem se transformar. Os sentidos trabalhados ligados ao incesto, demonstradamente atravessados por ideias de violência ligadas às hierarquias de gênero, não produzir desdobramentos em outros sentidos sobre esse objeto. Esses outros sentidos estiveram, no entanto, pautados em um diferente registro ou sistema de ideias, mais ligados à ordem dos discursos de sexualidade e do erótico do que mesmo ao gênero propriamente dito, ainda que permeados por ele. Acerca deles se ocupará o segundo capítulo analítico.

## 5. SEXUALIDADE E SEUS (DES)CAMINHOS: COMPREENDENDO O INCESTO

Este capítulo será marcado por outros sentido ligados à sexualidade que permitirão aprofundar a compreensão acerca das noções do grupo sobre o incesto. Dessa forma, não serão apresentados aqui na ordem cronológica em que surgiram, mas organizados a partir da tentativa de circunscrever com inteligibilidade as circunstâncias em que se pautavam e se conectavam os sistemas de ideias durante os encontros. Sendo assim, iniciarei com a categoria temática “Família e sangue: religião e ciência”, que envolveu principalmente as concepções sobre família, conectadas a discursos religiosos e científicos sobre sexualidade.

Tais concepções participaram das construções sobre as gradações de mais ou menos aceitação acerca de certas relações incestuosas. Em seguida, comentarei a categoria que atrelou algumas práticas sexuais ao sentido de vício, de doença e de loucura, a depender, por exemplo, do gênero de quem estivesse envolvido nela. E por fim, a categoria: “Safadezas: quem tem direito ao sexo”, que tratará das possibilidades de escape para as vivências incestuosas trazidas pelo grupo de forma fetichizada e erotizada, não necessariamente violenta.

### 5.1 Família e sangue: religião e ciência

Construí esta categoria a partir do quarto e último<sup>40</sup> encontro que envolveu mais diretamente a temática do incesto, no qual surgiu uma aparente contradição sobre o conceito de família entre as/os jovens. “Família é quem a gente considera” (sic), afirmou Luiz. “Pai é o que cria”(sic), afirmou Evelyn. Depois, o grupo chegou à conclusão de que “padrasto não é pai” (sic) e entrou em conflito ao dizer que “depende, tem padrasto que é pai” (sic) e “nem sempre pai biológico é o pai” (sic). Mas todas/os, no final, concordaram que, se um abuso sexual é cometido pelo “pai biológico”, ele é mais grave porque ele é o “pai de verdade” (sic).

O grupo, apesar dos conflitos, partiu de uma noção de família prioritariamente determinada por laços consanguíneos e não por laços afetivos. Essa maneira de determinar “quem é pai” é ainda priorizada na cultura brasileira. Ela é amparada, inclusive judicialmente, por uma ampla utilização da tecnologia do DNA nos exames de “paternidade”, por exemplo

---

<sup>40</sup> Este encontro sofreu um espaçamento incomum de vinte dias em relação às demais oficinas. Isso se deu por conta de atrasos do pagamento do Projeto para as/os jovens. O grupo assinalava que ficava impossibilitado de arcar com os custos de transporte, por exemplo, relativos ao deslocamento até a universidade. Atrasos desse tipo não foram raros: perto do fim das oficinas, em junho, as/os jovens chegaram a criar um grupo nas redes sociais como protesto para que o pagamento ficasse em dia. Os protestos foram apoiados por nós da equipe, que admirávamos o exercício de direito que as/os jovens realizavam. Ainda que com grandes atrasos, felizmente, todas/os jovens receberam seus pagamentos após o término do Projeto.

(FONSECA, 2004). Assim, a gradação de gravidade do abuso sexual intrafamiliar apontada pelo grupo subia quando cometida por “um pai biológico”, o que pode relacionar-se também ao argumento dos perigos genéticos da “reprodução” entre parentes do mesmo sangue (FÍGARI, 2009).

Ou seja: para traçar os limites entre os possíveis prazeres e/ou violências das práticas sexuais intrafamiliares, as/os jovens recorreram, ainda que de forma implícita, à concepção do sexo como algo prioritariamente ligado ao caráter reprodutivo. De forma que a procriação sexuada ainda pode ser vista como central num sistema em que o sangue simboliza a proximidade ou distância entre um sujeito e seus parentes (FONSECA, 2004). Dessa forma, o problema do incesto continuou colocado a partir da parentalidade consanguínea – mais permissiva para enteados ou padrastos – ou seja, a partir da perigosa vinculação reprodutiva e não da não hierarquizável gravidade da violência sexual, seja lá quem a pratique. Afinal, nada garante que se a violência sexual é cometida por um pai biológico, por exemplo, ela proporciona mais sofrimento para toda e qualquer vítima. Esse sofrimento vai depender do tipo de relação que a vítima estabelece com a/o agressor, assim como de outras contingências subjetivantes.

Aqui, resgato o caso da prima de Ranielly, casada com o próprio pai, comentado no capítulo anterior. Sobre ele, Evelyn perguntou: “Hã? Com a filha dele ou com a enteada?”(sic). “Com a filha dele!” (sic), respondeu Ranielly. Lucas então completou: “Pode matar que é amaldiçoado!” (sic). Sabrina pareceu a mais indignada. Interpelei-a: “Sabrina, o que é que tu achas?” (sic). Sabrina: “Sem comentários! Quero nem comentar sobre isso”(sic). Eu arrisquei: “Tu achas que podes dizer por que tu não queres comentar sobre isso? Podes dar uma pista assim pra gente?” (sic) Sabrina: “Isso é uma maldição. Ele fez a filha e depois comeu a própria filha!!!”(sic). Gilson: “É pecado”(sic). Charlii: “Dá para torar o pinto dele e jogar pros patos!” (sic).

Parecia ser um sentido de sexo animalesco, sem freios, vergonha ou moral (COSTA, 2002), como se não houvesse tido a dita “passagem” da natureza para a cultura (STRAUSS, 1976) naquele exemplo de incesto consanguíneo entre pai e filha. Sobre os sentidos de “maldição e pecado”, não é novidade que a religião funciona muitas vezes como mais uma instância reguladora da gestão da vida sexual (RIOS et al, 2008) e nem que, sob a perspectiva da Igreja Católica, o principal propósito da atividade sexual humana deve ser o da reprodução. Quando praticada fora do casamento, a vivência sexual se torna pecado (FÍGARI, 2009). Daí

as conhecidas regulações do matrimônio a partir dos laços de parentesco controladas pela Igreja e pelo Estado.

Dessa forma, o grupo falou sobre o incesto como “maldição e pecado”, a partir dos sentidos conectados a essas instituições e suas regulações pastorais (FOUCAULT, 1988). Isso não me surpreendeu, até porque boa parte do grupo era formado por jovens religiosas/os e cristãs/os. Portanto, para as/os jovens, se o caso era de prática incestuosa entre pai biológico e filha, podíamos “mal-dizer” e punir esse pai pecador. A filiação pelo sangue é quem determinava a maldição, o incesto aí era uma fatalidade, algo que “não tem jeito de consertar”(sic), disseram as/os jovens. O pecado é ligado à ideia de sangue e o sangue está ligado à ideia de fatalidade; unidos, combinam algo irreparável, maldito.

Portanto, os códigos morais foram mais rígidos em relação aos históricos de violência sexual intrafamiliar consanguínea possivelmente porque a ideia de sexo ainda é atrelada à de reprodução. E porque a ideia de família, instituição sagrada e não maldita, que deve proteger e cuidar, ainda é aquela determinada pelo sangue. Ou seja, uma concepção de família como unidade natural, arraigada em processos biológicos (FONSECA, 2007). Nesse sentido, a violência esteve presente como punição para o pai biológico agressor sexual. O horror compartilhado pelo grupo a esse tipo de incesto colaborou para que se construíssem ideias para além do inferno religioso do pecado, ideias violentas como “capar” o imoral agressor sexual. Tal medida poderia estar apoiada numa concepção de sexualidade reduzida aos órgãos sexuais; e não como sinônimo de socialização (ALMEIDA, CASTRO, MIRANDA, 2007). De forma que “combater” as práticas malditas, segundo o grupo, seria punir com violência o corpo pecaminoso desse pai. E nenhuma espécie de intervenção nas relações hierárquicas de poder geracionais e/ou de gênero, por exemplo, que poderiam sustentar a conduta desse e de outros corpos paternos.

## **5.2 “Isso é doença ou é safadeza?”: quando a sexualidade é vício**

Decidi *começar* a comentar esta categoria temática a partir da primeira oficina sobre violência sexual, na qual o tema das interações sexuais entre pessoas de uma mesma família foi tematizado. Tratava-se do quarto encontro em geral com o grupo de jovens, ocorrido em março de 2014. Como vimos anteriormente, o grupo de jovens do Ação Juvenil pertence a um território que conheceu um aclamado, suposto e travestido “desenvolvimento econômico” com a chegada da Refinaria Abreu e Lima, repleto de intensificações de vulnerabilidades sociais. Problematizar o excessivo otimismo com que “o desenvolvimento econômico brasileiro” muitas vezes tem sido comemorado (MAYORGA; PINTO, 2013), invisibilizando

o histórico de desigualdade social, racismo e sexismo que muitas vezes não só permanece, como é agravado junto a ele, era um dos nossos propósitos como equipe.

Esse otimismo invisibilizador contagiou, inclusive, o grupo de jovens de forma geral: poucos pensavam a chegada da Refinaria com criticidade, no sentido de apenas compreendê-la como “algo muito bom para a Região” (sic), que chegou para “oferecer muitos empregos” (sic), ainda que majoritariamente ocupados por pessoas de fora, como as/os próprias/os jovens contaram sem, no entanto, atribuir um caráter negativo a esse fato. Essa especificidade de origem política e territorial é importante de ser lembrada porque a discussão sobre a temática do “incesto” foi iniciada a partir dos comentários feitos pelo grupo referentes às ações de rua, ou seja, às atividades nas Caravanas da Cidadania. A saber, a partir da entrega de panfletos<sup>41</sup> sobre: o direito das/os jovens de conseguirem preservativos gratuitos nos postos de saúde, noções sobre redução de danos, sexualidade, sobre violência contra a mulher, exploração sexual, além da própria entrega dos preservativos, tanto feminino, quanto masculino. E foi através de comentários especificamente ligados à entrega da camisinha masculina no território que os diálogos ligados ao objetivo desta análise foram construídos.

O comentário desencadeador da discussão surgiu quando Luiz contou sobre a sua participação na Caravana da Cidadania realizada no Alto da Caixa D’Água, no Cabo de Santo Agostinho. Luiz disse que observou a equipe do Ação Juvenil entregar os panfletos e que apenas se sentiu à vontade para entregar os preservativos masculinos, pois não “sentia confiança ainda para explicar os panfletos”(sic). Durante a oficina, Jucinara e Basílio resgataram um comentário que chamou a atenção deles e de Luiz. Contaram que quando Luiz entregou preservativos para uma moradora da região, ela disse que: “as mulheres também abusavam sexualmente dos homens e não deviam reclamar que eles chegassem bêbados em casa”(sic).

Perguntei para o grupo de jovens o que elas/eles achavam sobre o que a moradora tinha dito. O grupo ficou dividido: algumas/alguns achavam que a moradora estava certa, pois diziam que “tem mulher que abusa sim sexualmente de homem”(sic). Sobre isso, Lucas

---

<sup>41</sup> Os principais materiais que eram entregues nas atividades de rua das Caravanas da Cidadania estão nos “Anexos”. É importante enfatizar que muitas/os jovens do grupo do Ação Juvenil relataram nunca terem visto a camisinha feminina, algumas/alguns nem sabiam sequer da sua existência. Isso pode refletir as nuances políticas contaminadas pelo tabu da sexualidade feminina, que justificam economicamente o fato de muitos postos de saúde ainda não distribuírem o preservativo feminino. Para nós, do Projeto, sempre conseguíamos em menor quantidade e com menor facilidade tal tipo de preservativo. Além disso, algumas/alguns jovens relataram ainda terem passado por constrangimentos quando foram ao posto de saúde, como foi o caso de Gilson, que disse que “a mulher do posto ficou dizendo pra mim que a minha noite ia ser boa quando eu peguei uma camisinha”(sic). Algo semelhante já havia sido identificado com demais jovens da Região durante o Curso de Mídias Móveis (ADRIÃO et al, no prelo).

comentou: “o cara trabalha a semana todinha, chega o fim de semana, o cara não pode nem tomar uma?” (sic). Em contrapartida, Diego argumentou que “é muito ruim quando o cara chega bêbado em casa, muitas vezes sobra pra mulher” (sic). Eu então falei: “O problema então é chegar bêbado ou ficar agressivo?” (sic)

A partir daí, discutimos sobre as diferentes relações que podemos ter com o álcool e sobre a relação entre esse consumo e a agressividade; afinal, segundo o grupo “nem todo mundo que bebe fica agressivo, depende do gênio da pessoa” (sic). Foram contadas histórias de violência física contra a mulher entre os vizinhos de suas comunidades que envolviam o consumo de álcool pelos homens. Alguns compartilharam episódios de violência doméstica dos pais contra eles, como filhos, ligados a esse mesmo tipo de consumo. Outras/os contaram episódios de colegas que já tinham tido alucinações por conta da bebida, “mas isso não acontece com todo mundo, depende da pessoa”(sic), enfatizaram.

Dessa maneira, a discussão sobre consumo do álcool e sexualidade foi marcada pelas questões de gênero. Foi interessante notar que o grupo conseguia descolar as ideias de feminilidade dos sentidos de passividade e vitimização ao dizer que “existem mulheres que abusam sexualmente dos homens”. Afinal, os arranjos dos sistemas sexo/gênero invisibilizam algumas situações de abuso onde a mulher é autora<sup>42</sup> de violência sexual, especialmente doméstica (PARKER; MANIR, 2009). Além disso, as/os jovens escancararam algumas desigualdades relativas às relações entre homens e mulheres dentro de casa.

Quando falaram sobre “o cara chegar em casa bêbado”, alguns/algumas defenderam como um direito do homem, previamente tido quem trabalhava fora de casa e portanto alguém que merecia a recompensa do prazer do álcool pelo labor, de fazê-lo. Ficou subentendida uma divisão sexual do trabalho (HIRATA, KERGOAR, 2007) correlacionada ao direito masculino subentendido de gozar, no caso, através do consumo de álcool. Essas diferenças se tornaram mais evidentes quando as/os jovens trouxeram as possíveis consequências de “sobrar para a mulher”(sic) depois que o homem chegava bêbado em casa. As relações entre consumo de álcool e violência contra a mulher representada no hipotético casal, previamente tido como heterossexual pelo grupo, evidenciou assim uma tendência de subalternização da mulher nessa relação (SPIVAK, 2010), que corria o risco de sofrer violência doméstica, especificada pelo grupo como a violência física.

---

<sup>42</sup> Ainda que sem poder perder de vista as diferenças históricas ligadas às especificidades das opressões sofridas pelas mulheres na maior parte das organizações sociais que conhecemos, que não podem nos seduzir para uma perigosa relativização que sustente uma falsa ideia de igualdade.

Além do marcador de gênero, entrelaçado nessas histórias, o marcador geracional também foi compartilhado pelo grupo, quando as/os jovens contaram suas histórias de como sofriam quando seu *pai* bebia e batia neles. Chamo a atenção para que, até esse momento do encontro, apesar de terem colocado a figura da mulher como possível agressora sexual, todos os casos de violência associados ao consumo de álcool comentados pelo grupo tinham sido cometidos por homens. Fosse contra as mulheres, fosse contra crianças e/ou jovens dentro da instituição familiar. Isso pode sugerir a força das próprias dinâmicas de gênero sociais que legitimam violências ligadas à masculinidade (PARKER, MANIR, 2009).

Acredito ser importante comentar essas relações tecidas pelo grupo entre o consumo de álcool com a sexualidade, as questões geracionais e de gênero porque, de algum modo, a cadeia semiótica deslizou para a temática “vício”, que depois foi atrelada ao incesto. Isso aconteceu quando as/os jovens, ao serem indagadas/os se a bebida era uma droga, responderam que sim, e Lucas completou: “Mulher é droga, mulher! Quanto mais bebida!” (sic). “Tem homem que é viciado em mulher... só que mulher é uma droga boa” (sic), enfatizou depois. O grupo achou engraçado o comentário de Lucas sobre “mulher ser uma droga boa”. Sofia pediu a fala: “Eu quero saber qual é a droga que é boa!” (sic). Evelyn respondeu: “Ele disse a mulher!” (sic), aparentemente de acordo com Lucas. “Aham!”(sic), retrucou Sofia, como se fosse exatamente essa sua discordância. Charlii emendou: “Depende da mulher, nem toda mulher é boa gente, calma!”(sic).

Eu arrisquei: “Então todo mundo concorda que mulher é a mesma coisa que uma droga?” (sic) “Nããããã!!!!”(sic), responderam, com uma certa indignação por eu ter sugerido que elas e eles tinham dito isso. Eu, então, falei com o objetivo de tentar compreender uma suposta “contradição” no discurso grupal, que nada mais era do que as justaposições dos múltiplos sentidos que construímos a partir da Linguagem: “Foi isso que eu entendi! Me explica aí pra ver se eu entendo?”(sic). Sabrina explicou: “Ele quis dizer que mulher vicia, igual uma droga. Droga não vicia? Não que não preste. Porque para as pessoas que usam, presta. Só que vicia, entendeu?”(sic). Evelyn reiterou a fala de Sabrina: “Ele quis dizer que mulher vicia, não que mulher é uma droga, que vicia”(sic). “Agora vamos para a parte do que vocês acham disso! Da ideia dele!”(sic), falei. Beatriz respondeu: “Eu discordo porque droga é aquilo que pode fazer mal à saúde. E mulher não faz mal a saúde.” (sic). “É verdade”(sic), disse o próprio Lucas. “Então droga é aquilo que pode trazer mal a saúde?”(sic), falei. “É”, disseram muitas e muitos ao mesmo tempo.

Compreendi então que o problema para muitas/os interlocutoras/es do grupo estava

em igualar a mulher a uma droga porque essas pessoas não concebiam a droga como algo prazeroso, e sim como algo apenas ruim, capaz de prejudicar a saúde. No entanto, algumas/alguns interlocutoras/es do grupo consideravam a possibilidade da droga ser prazerosa pois “nem sempre a mulher é uma droga boa”(sic), talvez numa divisão implícita entre “drogas ruins” e “drogas boas”. Por outro lado, me questiono se esses enunciados não estariam se referindo mais a uma divisão atrelada a um julgamento moral e machista entre “mulher boa”, muitas vezes sinônimo de mulher “atraente” e “mulher ruim”, não atraente.

Portanto, era necessário tentarmos compreender o que levava as/os jovens a argumentarem sobre a “mulher” a partir da ideia de vício, principalmente porque não sabíamos quais os sentidos de vício para o grupo. Só assim poderíamos *inter-vir*, de acordo com a linguagem grupal. Até ali, eu não tinha percebido nenhum incômodo do grupo em relação à objetificação<sup>43</sup> da mulher (RUBIN, 1993), tida como corpo prazeroso: “mulher é uma droga que vicia”(sic). Havia uma questão que dizia respeito à compreensão grupal do termo droga como algo negativo, já que “não existia droga boa”. Assim, de forma conectada e sobreposta, na discussão sobre o consumo do álcool e da violência simbólica contra a mulher, essas questões foram unidas pela ideia de vício, já que a mulher seria talvez algo tão viciante como o álcool: “Mulher é droga, mulher. Quanto mais bebida!”(sic).

“O que é que um homem viciado em mulher que ainda não entendi?” (sic), indaguei. Diego respondeu: “É homem safado!” (sic); Luiz completou: “Homem raparigueiro!” (sic). Eu continuei: “Homem safado, e homem safado quer o que?”(sic) Sabrina contou: “Sexo!” (sic) Eu: “Sexo...ah então peraí...a gente tá falando de vício em sexo...ou tá falando de vício em mulher?” (sic) Sabrina completou: “Vício em tudo...”(sic); Evelyn bravou: “Vício em sexo com mulher!”(sic), numa espécie de “conclusão” que satisfez o grupo. Perguntei: “O que é sexo?” (sic) Diego disse: “Uma ação!”(sic); Lucas riu: “Um ação e uma reação né?”(sic)

Essa questão da “ação e reação” me pareceu ter sido a forma como o grupo tocou na dimensão da atração sexual, ou ainda do prazer sexual como algo contínuo. A terceira lei de Newton descreve da seguinte forma a questão da ação e da reação: “Para toda interação, na forma de força, que um corpo A aplica sobre um corpo B, dele A irá receber uma força de

---

<sup>43</sup> Posteriormente, algumas jovens mostraram-se incomodadas com a comparação entre mulher e droga, o que pode ser visto na seguinte passagem: “Vê só, acho que antes de a gente pensar o que é droga boa, o que é droga ruim, a gente tem que pensar o que é droga.”(sic), disse Ruan. “É, vamos tentar definir o que é que é droga. Para saber se mulher é droga ou não é droga, pelo pensamento da gente aqui!”(sic), desafiei. Evelyn adiantou: “Mulher não é droga!” (sic). Diego falou mais baixo: “Droga é remédio, bebida alcóolica, cocaína, crack”(sic). Eu disse: “Essas coisas todas aí são objetos? São substâncias?”(sic). “Substâncias” (sic), responderam. “E são objetos também?” (sic), completei. “A mulher é um objeto, ela é uma substância?” (sic), rompi. “Não!”, disseram algumas/alguns, entre risadas. “O que é que a mulher?” (sic), questionei. “É um ser” (sic), falaram Luiz, Maurício e Diego. “É um ser humano! Igual ao homem, né?” (sic) falou Sofia<sup>43</sup>, notadamente provocada.

mesma direção, intensidade e sentido oposto”. Ou seja, as/os jovens trouxeram essa “lei da física” para ilustrar a dimensão compartilhada do prazer sexual, em que a satisfação é inevitavelmente transitória (PARKER, 1991). Transitam forças e intensidades, entre os corpos e prazeres nas mesmas direções; esses corpos podem ainda agir e reagir de forma criativa, através da construção de diferentes sentidos, opostos ou não, para a prática sexual. Assim, a lei da “ação e reação” funcionou como uma metáfora para falar de desejo, excitação e ciclos vivos das atrações entre os corpos.

Eu, então, falei, com a intenção de tentar diminuir o ruído entre nós: “Então vocês estão falando que existem homens viciados em sexo?” (sic) “É!”, afirmaram. Eu continuei: “Existem mulheres viciadas em sexo?” (sic) “Tem!!!”, enfatizaram. Charlii levantou a mão: “Passou uma notícia na televisão que a mulher saiu no meio da rua, ela era doida por sexo e saiu comendo<sup>44</sup> todo mundo que via pele frente! Teve outra viciada também que pegou a família toda: pegou o primo, o pai, o irmão, o sobrinho”(sic). Desde já, chamo a atenção para que, no grupo, não foi levantada a possibilidade de violência sexual praticada pela mulher no referido caso e nem das pessoas que tiveram essas vivências sexuais com ela.

Foi, assim, a partir de uma notícia televisiva que surgiu um dos comentários diretamente ligado ao incesto. Junto à mídia e tecnologia, que operam conexões politicamente articuladas com o campo social, representada pela televisão, máquina subjetivante (DELEUZE; GUATARRI, 1995), atuamos junto a uma cultura inclusive científica (FOUCAULT, 2010) que patologiza “as/os viciados em sexo”. Tais pessoas tornam-se “notícias”. Charlii encerrou sua fala com a pergunta, direcionada para todo grupo: “Agora me digam: isso é uma doença, ou é safadeza dela?” (sic)

“É um vício!” (sic), disseram Sabrina e José. O grupo concordou. Comecei a refletir se o vício para o grupo estaria representado justamente na união entre aqueles dois adjetivos

---

<sup>44</sup> Quando Charlii terminou de falar sobre a mulher que “saía comendo todo mundo”, Aline e Andréa taparam as bocas com as mãos, escandalizadas. Diego estranhou: “A mulher comendo?” (sic). Esse estranhamento de Diego pode estar ligado ao fato de que, para ele, a mulher só “dá”, termo ligado ao sentido da “passividade”, ela não “come”, sentido da “atividade”, já que os prazeres do paladar são associados simbolicamente aos prazeres sexuais. Está claro que não só Diego pensava dessa forma: essa ideia faz parte do repertório erótico brasileiro ligado às questões de gênero. Na cultura brasileira, desejo sexual é sinônimo de apetite sexual; apetite em que o objeto sexual é relacionado ao conceito de comida, e ao ato sexual, o de comer. Assim, a extensão na qual as noções de “comer” e “dar de comer”, por exemplo, participam das hierarquias de gênero (PARKER, 1991a.) No entanto, o simbolismo do gênero também pode se transformar na linguagem do erótico. Geralmente as referências às mulheres- até aos homens nos encontros homossexuais - são de tornarem-se “comida”, mas elas/eles também podem assumir o papel mais “dominador” de comer- como uma referência à prática de engolir o sêmen, por exemplo (PARKER, 1991a). Assim o fez Charlii: “transformou” a hierarquia de gênero no seu enunciado, além de justificar a sua analogia como justamente algo comum, uma vez que assim falamos cotidianamente: “É, comendo, modo de falar né, assim?” e eu encorajei-o continuar: “Arram, entendi!”(sic).

da pergunta de Charlii: “doença e safadeza”. Os limites entre tais adjetivos pode ser bem tênue. Lidar com um vício é difícil porque, como profissionais de saúde, apesar de responsabilizarmos os sujeitos, não devemos julgá-los moralmente. Acredito que, de acordo com a ideia que se construiu no grupo, era mais ou menos assim: caso fosse “doente”, a pessoa que praticasse o incesto podia ter uma “justificativa”, no sentido de que o sujeito padeceria de um “mal” e não teria controle sobre ele.

Já a “safadeza” soou semelhante a algo como “malícia”, “pouca vergonha”, algo proposital, sem motivo legítimo. A ideia de safadeza aproximou-se do conceito de sacanagem que, dentro do sistema de referência erótico, pode ser usado de forma positiva e/ou negativa (PARKER, 1991a) e se relaciona com desobediência, uma busca por um prazer fora da ordem. No entanto, funcionou também como uma espécie de antônimo para “doença”, ou seja, com um sentido de “normalidade”. Essa normalidade, veremos a seguir, vai ser atribuída ao “vício em sexo de homem com mulher”, enquanto que a doença vai ser atribuída à “mulher viciada em sexo”. Assim, talvez o vício em sexo, de forma geral, fosse então uma espécie de “doença safada” para o grupo.

Com o intuito de compreender mais os sentidos construídos pelo grupo, perguntei: “E isso aí que Charlii tava falando de ela fazer sexo com os familiares, como é que é isso pra vocês?” (sic). Evelyn respondeu prontamente: “Ai ela já é doida né?”(sic). Eu: “Ela é doida?” (sic). Evelyn, Sabrina, José, Diego falaram: “É doida!” (sic). Sabemos que tanto os sentidos de patologia mental, como de perversão vem sendo associados pela Psicologia à questão do incesto (BENINI, 2012) e, uma vez difundidos esses sentidos, não fiquei surpresa que eles fizessem parte do repertório semiótico das/os jovens. As ideias sobre vício, inicialmente em bebidas, depois em sexo, associaram-se ao incesto, e depois literalmente para a ideia de loucura, ligada ao marcador de gênero.

Interessante notar que, quando o grupo trouxe a questão do “homem viciado em mulher”, depois transformado em “homem viciado em sexo com mulher”, em nenhum momento este suposto homem foi denominado como louco. Aparentemente, “um homem viciado em sexo com mulher” – vemos a reprodução do padrão heteronormativo – é algo não só “normal”, já que ele não é “louco” e/ou “anormal”, como também aceito. A potência sexual masculina é suposta e até devidamente tão grande e incontável (AZIZE; ARAÚJO, 2003) que esse homem tão naturalmente viril pode se viciar em sexo – sexo heteroafetivo – sem precisar ter alguma “doença mental” para tal.

Já a “mulher viciada em sexo”, sim, é doente, louca. Afinal, há um campo científico

em comum entre a sexualidade feminina e a loucura (ZANELLO; SILVA, 2012); daí talvez uma espécie de pertinência dessa sexualidade à doença quando a mesma se torna um “vício”. A própria história dos estudos sobre histeria, atribuída aos supostos nervos mais sensíveis das mulheres que responderiam por seus distúrbios mentais, ligados à imoralidade e infantilismo psíquico, contribuíram para que elas integrassem o grupo dos “degenerados” (COSTA, 1995). Assim, a sexualidade feminina ainda se apresenta, muitas vezes, como tabu, e aquelas vivências que fogem aos padrões exogâmicos foram tidas como tão desviantes e dissidentes para o grupo como a loucura. Dessa forma, o grupo construiu diferentes sentidos e lugares para tratar das “mulheres viciadas em sexo” e dos “homens viciados em sexo”. Charlii pediu para explicar a história da “mulher viciada em sexo” com mais detalhes:

Ela foi internada várias vezes, aí o médico disse que na clínica psiquiá...psiquiatra? para tirar isso da mente dela porque ela criou uma ilusão, o pai dela tava contando, que ela sofreu muito na infância, aí isso ela criou uma réplica na mente!(sic)

Os sofrimentos na infância apareceram como causa e efeito das práticas sexuais da mulher viciada em sexo, que teriam “criado” sua loucura; assim como a essência do vício em sexo oitocentista para tratar do homoerotismo, por exemplo, se atrelava a ideias ligadas também a transtornos mentais como paranóias (COSTA, 2002). A própria teoria do trauma psicológico e da ideia dos sujeitos “replicarem”, necessariamente, formas de práticas sexuais infantis – “muitos dos que abusam sexualmente, foram abusados na infância”, criticada por Ricardo Mélo (2006b)– pode explicar essa suposta loucura da mulher “viciada em sexo”, que sofreria de “ilusões” devido a possíveis “traumas” na infância replicados na vida adulta.

Não é novidade que tanto a Psicologia como a Psiquiatria se ocupam e se ocuparam das “aberrações sexuais”, traçando uma árvore genealógica desde a infância para dar conta dos distúrbios intra e extrafamiliares, amparando-se em fatores biológicos (FOUCAULT, 2010). Historicamente, determinaram, inclusive, outras práticas sexuais como “anormais” e/ou da ordem do vício, como as homoeróticas, por exemplo (COSTA, 1992). Ou seja: a prática clínica tem uma missão de reparo de indivíduos que perderam o rumo de seu objetivo “biológico” (RUBIN, 1993).

No caso das práticas incestuosas, que podem se aproximar bastante das violentas e/ou de práticas fortemente estigmatizadas (SAFFIOTI, 2013), essas ciências são muito importantes, na medida em que instituem também limites para evitar uma possibilidade de intenso sofrimento humano. Isso porque, como vimos, a experiência do incesto pode provocar mortes subjetivas, pois somos sujeitos da Linguagem e da Sexualidade, e/ou da Linguagem da

Sexualidade (COSTA, 2002). Além disso, não podemos dizer que essas histórias de repetições de vivências incestuosas não aconteçam; ou quem sabe até sejam comuns. O cuidado deve ser, acredito, apenas para não falarmos em determinismos.

Nesse sentido, talvez o cuidado com determinismos possa ainda ser mais intensificado para a Psiquiatria. Isso porque a maneira como são descritos os critérios para um psicodiagnóstico é controversa, existindo muitos subtipos de “hipersexualidade”. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5 (DSM-5) retirou o antigo diagnóstico de hipersexualidade dos “transtornos sexuais não especificados”, onde costumava ser localizado no DSM-4. Hoje, o diagnóstico tem sido feito dentro do “Transtorno de controle dos impulsos não especificado”.

Assim, há uma certa preocupação em contingenciar o diagnóstico, na medida em que o DSM-5 enfatiza que para ser tomado como algo patológico, “o comportamento sexual compulsivo” deve causar sofrimento emocional e proporcionar sérias consequências interpessoais, ocupacionais, familiares e financeiras. No entanto, ao mesmo tempo, há autores que estabelecem padrões de mensuração do prazer sexual, pois sugerem que o diagnóstico pode depender da quantidade de orgasmos que o sujeito tem por semana. Sete ou mais orgasmos por semana, por um período de doze semanas consecutivas, após quinze anos de idade, pode caracterizar uma dependência do sexo, por exemplo.

A ciência psiquiátrica também trabalha o sentido de associação ao vício para o Comportamento Sexual Compulsivo quando caracteriza os sintomas hipersexuais como compulsivos, impulsivos, tal como acontece com o vício no jogo ou em drogas; apontam, ainda, que a maioria dos pacientes com “Comportamento Sexual Compulsivo” preenchem os requisitos para o diagnóstico de substância psicoativas (PSIQWEB, 2015). Assim, o grupo (re)atualizou a associação entre os sentidos de vício em drogas para o de “vício” em sexo, preocupado em localizar as origens de ordem psicológicas e/ou psiquiátricas para a sexualidade da “mulher viciada”.

Interessante é que, no caso do grupo, pareceu que essas ciências deveriam se ocupar dessas “irregularidades sexuais” das mulheres. Dos homens, se ocuparia a Justiça<sup>45</sup>, porém, só

---

<sup>45</sup> Além de “capar e matar”(sic) como caminhos de “enfrentamento” ao abuso sexual apontados pelo grupo, referidos no capítulo 4, as/os jovens falaram ainda em prender esses homens “abusadores”. Interessante notar que o grupo chegou a criticar a Justiça quando assistiram a um documentário no segundo dia de oficina sobre incesto. O documentário chamado: “Canto de cicatriz” fala sobre o fato de que, ao contrário do que muitos pensam, o abuso sexual não tem classe social para ocorrer, está difundido em diferentes contextos sócio - econômicos. Após assistir ao vídeo, o jovem Bartolomeu apontou que o que mais gostou de ver foi essa informação, pois: “O pessoal pensa que só quem é pobre é quem faz isso, e acaba que só quem é pobre é quem vai preso”(sic). Isso pode ter refletido uma postura de defesa do jovem de família popular em que, como apontou

nos casos em que eles cometessem alguma violência sexual. De nenhum tratamento psicológico/psiquiátrico era preciso se ocupar o “homem heterossexual” que fosse “simplesmente viciado em sexo com mulher”. Os sentidos presentes no grupo do Ação Juvenil sobre vício foram marcados, portanto, pelo imperativo heteronormativo e pelo tabu da sexualidade feminina, que, quando incestuosa, era ao mesmo tempo uma sexualidade viciada na loucura.

### 5.3 Safadezas: Quem tem direito ao sexo?

No decorrer das discussões grupais, era cada vez mais fácil perceber que não há determinismos nos sentidos da Linguagem, pois as bordas entre o que era negativado e positivado na ideia de “sacanagem” começaram a parecer tão finas como as bordas entre o incesto consentido e o incesto violento. Assim, quando indaguei para o grupo “E vocês acham que essas situações de sexo entre pessoas da mesma família acontecem só quando as pessoas são viciadas em sexo, ou em outras situações também acontecem?”(sic), as/os jovens responderam que não. Diego constatou: “Tem gente que tem fetiche por isso” (sic). As/os demais concordaram com Diego. O fetiche então se distinguia da ideia de vício, de doença, para o grupo. Ele pode ou não estar atrelado às transgressões sexuais, que não são negações do interdito, mas algo que o supera e completa (BATAILLE, 1987). Dessa maneira, foi Lucas quem deslizou para a ideia da sacanagem mais positivada, fetichizada, de diversão, excitação sexual, ao falar da seguinte prática erótica: “Não, depende né? É muito difícil aqui vocês não terem pegado nenhuma prima não, vocês?”(sic).

Evelyn o interpelou: “Com a prima vai, mas com o pai?”(sic) E aí Lucas ratificou: “Ah, com o pai não”(sic). Eu perguntei: “Com o pai não pode?”(sic) Lucas disse: “Não, nem com pai, nem com irmão” (sic). O grupo concordou com ele, havia uma gradação ligada à permissividade de práticas eróticas. Assim, as contingências subjacentes para que o desejo de uma prática sexual entre parentes fosse possível e parcialmente aceita pelo grupo estavam ligadas proporcionalmente a um *maior distanciamento de parentesco consanguíneo heterossexual e maior paridade* de idade entre as/os envolvidos. Esses critérios afastavam agora o incesto do terreno da maldição e pecado e aproximavam do terreno do erotismo.

O grau de “normalidade” e não de “vício” para categorizar esse tipo de prática

---

Foucault (2010), o medo do incesto não é mais dirigido “dos filhos” aos “pais”, e sim “dos pais” aos “filhos”. E quem acaba por vigiar e controlar a sexualidade intrafamiliar dessas famílias é o poder Jurídico. O vídeo pode ser acessado através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=S6UhKiCVcEw>.

incestuosa estava diretamente ligado ao grau de parentesco. As/os jovens não especificaram as qualidades afetivas das relações com suas primas, por isso deduzi que o que estava em jogo para esse critério era o consanguíneo. Tampouco especificaram as idades, mas supondo que seriam idades próximas, aquela vivência era erótica, aceita e por vezes investida. Era fetiche, algo que despertava a excitação sexual como um feitiço, como a própria palavra sugere. A sexualidade ali, apesar de tratar de uma prática heterossexual, não estava atrelada ao sexo reprodutivo, e sim ao prazer. E foi assim que Luiz desfez o silêncio de parte do grupo através de suas experiências da ordem do erotismo incestuoso.

No entanto, claro que nem todas/os do grupo pensavam da mesma forma. Charlii comentou, logo após Luiz contar suas vivências eróticas com primas: “Eu acho que isso é errado, é safadeza!” (sic). Embora ele tivesse descartado a ideia de doença, talvez devido ao “testemunho” de Luiz, notei mais uma vez a ideia negativada da “safadeza/sacanagem” ligada à ideia de “perversão”, “malícia” ou “mau caráter” para quem praticasse o incesto entre primas/os. Notei também que só *os meninos* haviam compartilhado suas experiências sexuais, no caso, com as primas, apesar do grupo ser formado por uma maioria quantitativa de meninas jovens.

Nesse sentido, recordei da letra de uma música do grupo pernambucano Tanga de Sereia chamada “Primo com prima”. A letra diz o seguinte: “Primo com prima pode/ Era o que ele dizia/ O cara que me desvirginou/ Aquele filho da minha tia”. Acredito que o fato de apenas os meninos do grupo terem compartilhado as experiências sexuais e eróticas com as primas liga-se às desigualdades das relações de gênero e poder envolvidas no sistema sexo/gênero, o que sugere uma marca da diferença da relação entre sexualidade sobre o que se torna público sobre ela entre jovens mulheres e jovens homens. Afinal, o sexo é contingente, assim como o compartilhamento narrativo de nossos desejos e práticas sexuais em contextos grupais. Talvez a barreira fosse maior para as meninas, uma vez que cultura significa inclusão e exclusão de certas possibilidades expressivas do sujeito e do seu desejo. A distinção parecia mais forte entre as relações entre público/privado para as meninas, talvez por, historicamente, elas terem sido marcadas pelo suposto dever de guardar a vida privada e familiar (COSTA, 1995).

Mais uma vez, existiu uma maior aceitação para prazeres dissidentes dos meninos dentro do grupo, que agora não só poderiam ser “viciados em sexo com mulher” com mais naturalidade, como também praticar sua sexualidade entre membros de suas famílias, ao menos através do grau de parentesco “primo com prima”. As meninas falaram com o silêncio,

um silêncio de sexualidade velada, secreta talvez para evitar julgamentos do grupo. Se a própria existência das meninas/mulheres como sujeitos sexuais é por vezes dificultada, já que as formas de masculinidade e feminilidade historicamente envolvem noções de opressão sexual das mulheres (RUBIN, 1993), essa dificuldade pode ser ainda maior quando se trata de uma prática transgressora, como era o que estava em questão no grupo. Os meninos podiam admitir desejar suas primas sem risco, o mesmo talvez não se aplicasse às meninas.

Já que parto de uma concepção de subjetividades e de identidades de gênero como processos atrelados a um plano histórico-político e, portanto, às relações de poder, havia uma relação da timidez das meninas com o tabu da sexualidade feminina juvenil. A possibilidade de aceitação (re)produzida no grupo para as práticas sexuais endogâmicas contadas pelos meninos é também o que está colocado socialmente: as iniciativas para a atividade sexual – no caso da música, para iniciação sexual, supondo uma relação heterossexual – é muitas vezes dos meninos; a eles cabem dizer entre quem é permitido ou não as práticas sexuais, incluindo as intrafamiliares. “Primo com prima pode, era o que *ele* dizia”. Às meninas, supostamente, caberia apenas discordar ou concordar com o critério deles, o que (re)produz uma certa noção de coerção da sexualidade feminina. Ainda que não considere essa opressão totalmente inevitável no sistema sexo/gênero e sim produto das relações sociais específicas que a organizam (RUBIN, 1993).

Ao longo dessa conversa, perguntei, já que era uma jovem mulher pesquisadora que ocupava um lugar de poder privilegiado: “E as meninas, acham o que disso?”(sic). Sabrina foi a única que se pronunciou, falando baixinho: “Antigamente parece que as pessoas podiam se casar com o povo da mesma família.”(sic), num breve resgate histórico da construção do tabu que, como vimos, não é universal e nem transcendental (NARVAZ; KOLLER, 2006), apenas virtualmente. Sabrina familiarizou assim a ideia de “família endogâmica”, através da relativização dos sistemas de casamento, também aproximando um sentido para o incesto de permissividade, desde que dentro de um determinado contexto sócio-histórico. O restante do grupo não comentou nada sobre o posicionamento de Sabrina. De toda maneira, refleti que falar sobre o arranjo “primo com prima” foi quando o sentido de incesto se aproximou mais explícita e intensamente das possibilidades eróticas, ainda que, no grupo, não tivesse sido possível falar sobre os arranjos “prima com primo”.

#### 5. 4 Compreendendo o incesto: uma síntese

Diante das semelhanças e diferenças entre os sentidos comentados nas categorias temáticas do capítulo 4 e do capítulo 5, acredito que é importante realizar uma síntese com as principais características das mesmas. Assim, na categoria “Isso é estupro! Quando o incesto é abuso”, os sentidos do incesto como abuso, ou seja, como violência, aquilo capaz de provocar sofrimentos, mortes simbólicas a partir de um excesso, de um limite que é ultrapassado, essa fronteira ligou-se ao marcador geracional. No entanto, o marcador de gênero foi decisivo para caracterizar essas relações desiguais de poder das/os envolvidas/os no abuso sexual intrafamiliar: culpou-se as meninas. Isso porque, na categoria “A criança sexual: desejo, autonomia e influência”, vimos que as meninas abusadas assim o eram por “abusarem” da pouca roupa, no sentido de se vestirem de forma “provocante”. Houve uma associação com supostos “excessos e ultrapasse” dos limites para o que é ou não é permitido na circulação doméstica de corpos femininos.

Esses corpos que, além de trafegarem (RUBIN, 1993) dentro de casa, deveriam trafegar sempre vestidos, bem cobertos, bem escondidos, para não serem viciantes, para não seduzirem supostos pais que poderiam sentir e praticar esse desejo sexual incestuoso. Aliás, nessas relações, praticar sexo entre aquelas/aqueles que mantem laços de sangue de primeiro grau e com grandes diferenças etárias foi tido como amaldiçoado e da ordem do pecado, tratando-se dos arranjos sexuais mais gravemente irreparáveis para o grupo, como vimos na categoria “Família e sangue: religião e ciência”. Essas relações sexuais entre membros consanguineamente mais próximos e etariamente mais distantes foram classificadas como as que “não tem jeito”, e o grupo não especificou a proximidade afetiva e/ou qualidade dessas relações, priorizando tradicionalmente a concepção consanguínea de família e talvez ainda a noção do sexo reprodutivo. Chamou atenção o fato de que, apesar de horrorizadas/os com esses arranjos sexuais, o abuso sexual intrafamiliar envolvendo jovens é recorrente no Brasil, além de subnotificado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002). Isso pode sugerir ainda poucas possibilidades de fala e de escuta para que jovens em geral possam fazer valer suas convicções e direitos.

No sentido do incesto como “vício em sexo”, a principal diferença consistiu em concebê-lo como “doença mental” para as mulheres e como algo quase banal para os homens, sujeitos sexuais *mais* firmados. Tal aproximação de vício com o sentido de doença é

respaldada também pela Psiquiatria e Psicologia, que categorizam como “normais” ou “anormais” determinados arranjos eróticos (FOUCAULT, 2010). Assim, ressalto que o vício tratado pela ótica de gênero diz respeito também às práticas heterossexuais, pois trata com desigualdade da situação da sexualidade feminina. Afinal, a supressão do componente homossexual da sexualidade humana e opressão dos homossexuais é um produto do mesmo sistema em que as regras e relações oprimem as mulheres (RUBIN, 1993).

Acerca das possibilidades do incesto apontadas pelas/os jovens como algo prazeroso, ouvi o testemunho de relatos presentes nas carreiras sexuais heteroafetivas dos meninos do grupo, e uma aparente dificuldade de compartilhar as vivências incestuosas entre primas/os por parte das meninas. As regulações de práticas sexuais intrafamiliares abriu brechas de ruídos para os homens e fechou para as mulheres: o tabu da sexualidade feminina e juvenil se (re)atualizavam. Inclusive, o tabu da sexualidade juvenil foi comentado pelo grupo em diferentes momentos, quando relatavam terem poucos ou por vezes nenhum espaço para conversarem sobre questões ligadas à sexualidade. Nesse sentido, acredito que não estamos tão distantes de concepções científicas oitocentistas sobre a sexualidade, concepções comprometidas com o princípio de que o homem adulto, branco, europeu e burguês deveria fornecer o padrão biológico do que é tido como “normal” para a avaliação das mulheres, por exemplo (COSTA, 1995). Isso significa que os limites para o gozo estiveram seguramente inscritos na fronteira do parentesco, mas também nas fronteiras das relações de gênero e geração que estiveram envolvidas nos diferentes arranjos sexuais intrafamiliares comentados. Afinal, os sistemas de parentesco são formas subjacentes e observáveis de sistemas de sexo/gênero e vice-versa (RUBIN, 1993).

De forma geral, portanto, saliento a forte relação no grupo do Ação Juvenil entre os discursos científicos e discursos do senso comum sobre incesto: discutir a conexão entre esses saberes tem sido um esforço de estudos na Psicologia Social (MOSCOVICI, 1961) e de orientação feminista (GALVÃO, 2014). Richard Parker (1991c) acredita que “erotismo” é a experiência da atração sexual e a descrição dos atos e afetos engajados nela, conforme percepção e linguagem do senso comum. E já “sexualidade” é um construto teórico nascido da racionalidade científica ou com pretensões à cientificidade. Se conectarmos os sentidos para as afirmações do autor para questões ligadas a práticas sexuais controversas, como o caso das incestuosas, percebemos que derivações desses dois saberes estiveram, portanto, representadas pelo grupo de jovens do Ação Juvenil. Sendo assim o próprio senso comum

uma fonte legítima de saber, talvez menos distante do saber científico do que comumente supomos (BOCK et al, 1999) .

## 6. CONSIDERAÇÃO FINAIS

*“Tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou, sabe. Perigo de mexer no que está oculto[...]para escrever tenho que me colocar no vazio. Neste vazio é que existo intuitivamente. Mas é um vazio terrivelmente perigoso: dele arranco sangue. Sou uma escritora que tem medo da cilada das palavras: as palavras que digo escondem outras-quais? Talvez as diga. Escrever é uma pedra lançada no poço fundo.” Clarice Lispector*

Desejo “encerrar” a escrita deste estudo— aspeio essa palavra porque acredito que o trabalho de Pesquisa é um contínuo—ressaltando a construção de dois processos. O primeiro, ligado aos principais objetivos desta Pesquisa de estudar o incesto. Portanto, sobre os sentidos construídos pelo grupo de jovens do Ação Juvenil acerca dele. Assim como os marcadores de gênero e geração mediando e sendo mediados por esses e outros sentidos ligados à sexualidade. O segundo consiste no processo de “finalização” da minha relação com o Ação Juvenil. Mais especificamente, através do relato de alguns momentos que considereei dos mais difíceis, e também dos mais encantadores com o grupo, por serem relevantes para a compreensão do seu funcionamento.

Apesar do referido grupo de jovens não ter falado propriamente sobre “incesto” a partir da utilização desse termo, foram muitas as considerações e variações acerca de relações sexuais intrafamiliares que tornaram possível enxergar como esse objeto se (re)construiu no campo. Sobre os sentidos acerca do mesmo, vimos como os recortes de gênero e geração foram marcantes nas discussões do grupo. Em todas as categorias temáticas, foi possível observar a intensidade das suas presenças. De forma geral, os arranjos incestuosos que foram relacionados com a ideia de violência foram os marcados por vínculo de parentesco consanguíneo próximo, como pais e irmãos, e também distanciamento etário entre as/os envolvidos. Esses mesmos arranjos tido como abusivos foram ligados à ideia de vício, de doença, de loucura e de pecado. E os que foram relacionados com uma permissividade prazerosa, ainda que “safada”, com conotações positivadas e negativadas, foram aqueles existentes entre graus de parentesco tipo “primos”.

Os sentidos sobre violência deslizaram dentro do grupo, e um grande debate sobre autonomia amparou os argumentos das/os jovens. As relações entre elas e eles mediaram a construção desses sentidos, uma vez que foi a partir do relato de um episódio de assédio sexual sofrido por uma jovem que o grupo diversificou o olhar para a violência sexual. Até

então, tal violência estava presa aos controles sobre o corpo da sexualidade infantil e feminina (re)produzidos pelas/os interlocutoras/es. Era como se as meninas fossem “culpadas” por serem “inocentes” em tais contextos. Além disso, a distribuição dos espaços de fala entre as jovens mulheres e os jovens homens, nos momentos dos encontros, ficou cada vez mais bem dividida na medida em que as oficinas sobre violência sexual trabalharam as desigualdades de gênero.

Assim, embora ambivalentes, as ideias do grupo sobre as relações sexuais intrafamiliares falavam sobre uma maior permissividade entre os homens e as vivências sexuais incestuosas. Fossem elas consideradas como violentas ou não. Se violentas, a “culpa” era das meninas que se vestiam provocantes. Se não necessariamente violentas, as mulheres “safadas” seriam “viciadas loucas”, enquanto os homens “safados” seriam apenas “viciados em sexo com mulher”. Era possível inclusive observar uma maior facilidade dos meninos de compartilharem narrativas de suas experiências sexuais intrafamiliares no grupo. No entanto, uma vez que as cadeias semióticas não são matematicamente lógicas e nem lineares, ao mesmo tempo em que sinalizavam com mais intensidade essas vivências, não deixaram de considerar também as possibilidades de violência sexual em que mulheres eram as autoras. Ou de demonstrarem uma não aceitação para os casos de abuso sexual em que os homens eram os autores, por exemplo, ao proporem ações violentas como estratégias de enfrentamento aos abusos.

Assim, as conversas sobre incesto no Ação Juvenil reiteraram relações opressivas desses sistemas de sexo/gênero e de parentesco que estão interligados, e foi possível perceber o quanto o “tráfego feminino e jovem” ainda é atual, embora não acredite que esses sistemas sejam imutáveis. Afinal, se partirmos do grupo Ação Juvenil como exemplo, mesmo com tantas concepções de gênero aparentemente engessadas e demais violências simbólicas (re)produzidas, havia uma força intensa do seu caráter transformador, e por isso associo aqui a ideia de grupo com a de um rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Isto é: algo construível, desmontável, conectável, modificável, reversível, com múltiplas entradas e saídas, em que se podem formar, inclusive, movimentos de subordinação e fuga. Foi necessário, assim, (res)situar os impasses sobre o grupo rizoma e por aí abri-los sobre linhas de fuga para as assimetrias presentes.

Isso significa que foi possível sentir transformações sendo operadas pelo e com o grupo de jovens a partir de interconexões múltiplas dos processos de subjetivação. Essas transformações foram, para mim, bastante apaixonantes, no sentido de encantadoras, e

também desafiadoras, na medida em que exigiram um cuidado extremo entre as fronteiras da pesquisadora, psicóloga e feminista que em mim habitam. Essas dificuldades não me deixavam saber ao certo até que ponto deveria ou poderia acolher os posicionamentos das/os jovens do grupo, devido ao caráter “interventivo” da Pesquisa; afinal, as atividades de formação exigiam um desempenho do grupo nas atividades de rua, por exemplo, coerentes com os marcos legais do Projeto Diálogos. As recomendações para os jogos de cintura ecoavam por vezes em minha cabeça, como defendem Deleuze e Guatarri (1995, p.48):

Faça rizoma e não raiz, nunca plante! Não semeie, pique! Não seja nem uno, nem múltiplo, seja multiplicidades! Faça a linha e nunca o ponto! Seja rápido, mesmo parado! Linha de chance, jogo de cintura, linha de fuga! Nunca suscite um General em você. Nunca ideias justas, justo ideias.

Escrever este trabalho foi, portanto, rememorar essa experiência, foi estar mais uma vez em contato com o campo, ao mesmo tempo em que foi reavaliar a relação que construímos em conjunto. O esforço em tentar amortecer as barreiras que existem entre o público e o privado das experiências sexuais relativos ao tema do incesto, em questionar, em vez de afirmar, que “entre quatro paredes, tudo pode acontecer”, repercutiram também em amortecer as minhas barreiras entre sentimentos privados e torná-los públicos para as/os jovens. Acerca disso, Bell Hooks (2000) afirma que persistentes distinções entre essas dimensões nos fazem acreditar falsamente que o amor tem que ficar de fora do nosso trabalho.

Um exemplo de como tive que lidar com essa barreira foi quando encontrei um dos jovens num evento social, após o término do Projeto Diálogos e do Ação Juvenil. Nesse evento, o jovem trabalhava como garçom, e veio servir o meu copo com champanhe. Aquilo me envergonhou, a princípio, mas contornei demonstrando apenas meu carinho e satisfação de encontrá-lo, pois sentia falta dele. Disse isso para o jovem, tiramos fotos juntos, ele contou que também sentia falta de trabalhar com o grupo, mas que estava gostando de trabalhar como garçom. “É isso”, pensei. A vida segue, claro. E nós, jovens de classes sociais distintas, tínhamos caminhos distintos a seguir; eu, concluindo a escrita, o que também contei para ele; ele, trabalhando para ajudar em casa, como o mesmo me contou. Nosso trabalho tinha sido importante para os dois, mas não era imprescindível para nenhum de nós continuarmos nossas trajetórias juvenis, não sem antes sermos modificados por este trabalho.

No último encontro do Ação Juvenil, tivemos, eu e as/os jovens, a chance não só de mais uma vez quebrarmos as barreiras entre o público e privado existentes na nossa relação de trabalho, como também de ouvir como esse tinha afetado a vida daquelas/es jovens. Nesse último dia, nós propusemos uma oficina avaliativa e de confraternização com o grupo. O que

ouvimos foi, portanto, facilitado pelas técnicas de avaliação contidas no “circuito avaliativo” que construímos. Esse circuito foi formado por: fotos do grupo, tiradas em vários momentos de oficinas com as/os jovens, para as quais elas e eles foram orientadas/os a escrever “legendas”, com palavras ou frases ligadas aos momentos que as fotos retratavam; encher e posteriormente estourar balões que continham “sonhos” em formato de palavras escritas pelo grupo ligados ao Ação Juvenil; e uma árvore que representava todo o processo grupal. A árvore ficou marcada por galhos, folhas, frutos, raízes, nas quais todas/os nos posicionamos com um papel e algo escrito, justificando as razões por termos tido determinado local da árvore para nos representar, como mostra a foto:



**Figura 1.** Foto de parte do circuito avaliativo da oficina de encerramento do Ação Juvenil

Durante a nossa discussão, realizada para compartilhar o que tínhamos sentido no circuito avaliativo, confesso que o que mais me surpreendeu foi a importância ressaltada pelo grupo do Ação Juvenil, que se configurou, aparentemente, como tecnologia inovadora e de transformação na vida das/os jovens. Foram tantas as dificuldades burocráticas, atrasos de pagamento e mudanças de planos, que julguei, muitas vezes, que tais dificuldades seriam inviabilizadoras das propriedades *inter-inventivas* (PERUCCHI, 2014) do nosso trabalho.

No entanto, nada disso impediu que os processos de subjetivação se movimentassem ou que o eros atuasse a partir da sua energia revigorante e estimuladora. Ou ainda que o nosso “grupo-árvore” pudesse germinar movimentos, rizomas, multiplicidades. Afinal, árvores podem sempre voltar a nascer, árvores não ficam imóveis, mas se movem devagar, precisam de uma brisa, de um vento, de um sopro que dê vida aos seus discretos movimentos. Apesar

de aparentarem ser uma estrutura, as árvores não são necessariamente objetos de reprodução: elas podem corresponder ao rizoma. O rizoma não tem começo nem fim, mas sempre um meio no qual ele cresce e transborda. Oposto a uma estrutura, o rizoma é feito somente de linhas, incluindo linhas de fuga ou desterritorialização, ele se refere a um mapa a ser (re)desenhado (DELEUZE; GUATARRI, 1995).

Assim, em alguns momentos de formação do Ação Juvenil, foi possível sentir com mais intensidade a afetação e o protagonismo das/os próprias/os jovens como agentes de suas transformações, de seus próprios sopros e movimentos. Foi possível sentir as linhas de fuga serem traçadas, a reversibilidade das estruturas hierárquicas de gênero e de geração, a conexão das temáticas com a vida cotidiana das/os jovens e os mapas das relações entre as/os interlocutoras/es. E os temas foram (re)desenhados a partir de relações que foram tantas vezes construídas e desmontadas pelo próprio grupo.

O grupo-rizoma Ação Juvenil era: “[...]mesmo fragmentário e dissonante e desafinado, existiu em tudo isso uma ordem submersa. E! Existiu uma vontade” (LISPECTOR, 1999, p.125). Pois é, acredito justamente por termos ficado imersas/os em tantas contradições, desafinos e incorências grupais, é que construímos um processo sensibilizador. Sobretudo, porque existiu vontade, tanto do grupo de jovens como da equipe universitária, em nos ressituar. Ou seja, movimentarmo-nos em direção a um estado de incômodo à maneira habitual como, por vezes, tratamos as relações entre gênero, geração, sexualidade e erotismo. Isso envolveu relações de poder inerentes não só às práticas dissidentes incestuosas, que foram marcadas no grupo sobretudo pela questão da violência contra a mulher, como em demais temáticas que conectassem sexualidade à juventude e que falassem de violência de gênero de forma mais ampliada.

Um exemplo desse exercício sensibilizador de mudança construído coletivamente foi quando, durante um dos encontros em que trabalhamos a questão da violência de gênero, Luiz nos relatou que tinha presenciado um episódio, que ele próprio categorizou como homofobia, no trajeto do ônibus que fazia da sua cidade, Cabo, para os locais da formação, na Universidade Federal de Pernambuco. Ele disse que “tinha um cara gay no ônibus, e só porque ele foi pedir uma informação para o motorista, o motorista mandou ele falar feito macho e chamou ele de veado!”(sic). Quando perguntamos a Luiz o que ele tinha achado do episódio, ele disse que: “Não consegui fazer nada, mas eu fiquei incomodado por ele ter xingado o cara, isso é errado, é homofobia”(sic). Luiz disse ainda que se isso tivesse

acontecido há pouco tempo atrás, antes de trabalharmos a temática de gênero nas oficinas, provavelmente ele não teria se incomodado com o ocorrido.

Sobre as relações de poder e o marcador juvenil, Gustavo nos contou que o que mais gostou de fazer no Ação Juvenil foi ir às escolas e realizar as formações nas salas de aula. Ele disse que se sentiu muito bem por ser ele, jovem, quem estava “lá na frente”, explicando para outras/os jovens “o que era camisinha, como usar, pra onde ligar se eles soubessem de algum caso de violência ou exploração sexual” (sic). Raiane falou também desse poder que sentia, de jovem para jovem: “Não sei vocês, mas quando eu colocava a camisa do Diálogos nas Caravanas, eu me sentia a mulher maravilha!” (sic). O poder circulou então entre pares etários que marcaram uma diferença de forma positivada pelo grupo através das atividades promovidas pelo Projeto, que, obviamente, só aconteceram por conta da disposição subjetiva das/os jovens.

Por fim, gostaria de destacar dois episódios com Charlii após o término do trabalho com a questão do incesto. O primeiro foi quando ele me chamou para conversar e mostrar que em sua escola ele estava ajudando a divulgar os cartazes que diziam que “violência doméstica contra a mulher é crime”. Além disso, em demais momentos, era possível acompanhar sua mudança de postura em relação ao tema, principalmente no que diz respeito ao incesto como abuso, em que o mesmo culpava as mulheres de forma geral. O segundo momento foi quando ele, ao explicar para um jovem que não conhecia o trabalho do nosso grupo, definiu, com suas palavras, o que era o Ação Juvenil:

A gente trabalha com o público juvenil, sai às ruas, distribuindo cartazes, entrega camisinha. A gente pesquisa as pessoas no meio da rua para saber as opiniões delas sobre o mundo, entendessem? Sobre o que é o sexo, o que é o sexo masculino, o que é o sexo feminino. E tudo isso, só para você entender, elas – se referiu a mim e a Leyllyanne - são quem perguntam. A gente é quem responde!”, com isso provocou risos do grupo e emendou: “Mas quando a gente pergunta, elas também respondem! O nome do grupo que a gente trabalha é o Ação Juvenil. A gente trabalha se a gente mesmo pode mudar o Brasil que a gente tem, tá ligado? Menos discriminação, menos homofobia. Elas vão perguntando o que a gente acha do Brasil, o que a gente acha das pessoas, aí a gente vai trabalhar com a opinião que a gente tem, entendessem? Se um homem pode *dar* numa mulher, se um gay, um homossexual, pode ser discriminado. Tudo isso a gente procura achar uma resposta. A gente procura da gente mesmo dentro do curso trabalhar para fora para ver se a gente pelo menos muda essa teoria com essas pessoas, o jeito de ser, para a gente acabar com isso. Sem preconceito, sem *discriminamento*, se você é preto, branco.”(sic)

Charlii falou até que Saory o interrompeu: “Resumindo: elas entram dentro da nossa mente!”(sic). Me emociono sempre que me recordo dessas palavras, elas definiram como a

apropriação do trabalho inter-inventivo aconteceu só a partir protagonismo juvenil. Elas contam como, por mais enraizadas que fossem algumas ideias do grupo, foi possível que ele criasse e espalhasse sementes rizomáticas, “entrando na cabeça das/os jovens”, a partir das conexões e acolhimento, por vezes sim e por vezes não, com suas próprias opiniões, plantando perguntas e “procurando achar alguma resposta” (sic), sem “preconceito ou discriminação”(sic). O que é sexo, o que é sexo feminino, o que é sexo masculino, entre quem é permitido ou não fazermos sexo, de que forma, foram algumas dessas questões construídas para as/os jovens e para nós, jovens pesquisadoras/es, questões para as quais não existiram respostas fechadas, apenas respostas possíveis.

Assim como um rizoma, essa escrita não conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as histórias das/os jovens construídas antes, durante e que já estão sendo construídas depois do trabalho no Ação Juvenil. Deleuze e Guatarri (1995) dizem que a árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. Acredito que essa aliança foi construída, uma espécie de laço de parentesco não consanguíneo, mas afetuoso, em que foi possível explorarmos os sentidos sobre incesto e questionarmos os nossos próprios sentidos sobre a inegável e necessária aliança entre Paixão e Pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.

ADRIÃO, Karla Galvão. Perspectivas feministas na interface com o processo de pesquisa: intervenção-pesquisa com grupos no campo. **Psi. labrys, études féministes/estudos feministas**, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosvain.com.br/labrys/labrys26/psy/KARLA.htm>>. Acesso: 20 dez. 2014.

ADRIÃO, Karla Galvão; MELLO, Mayara Lacerda; MENEZES, Jaileila de Araújo; SOUZA, Leyllyanne Bezerra de. **Articulando experiências com grupos em pesquisa-intervenção**: O “Muda” e o “Ação Juvenil”. No prelo.

ADRIÃO, Karla Galvão; MENEZES, Jaileila de Araújo. Perspectivas teórico-metodológicas do curso de formação em mídias móveis: o recurso audiovisual como dispositivo para participação política juvenil. *In*: ADRIÃO, Karla Galvão; MENEZES, Jaileila de Araújo; RIOS, Luís Felipe (orgs.). **Jovens, câmera, ação**: reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social. Recife: Ed. Universitária da UFPE. p. 16-41. No prelo.

ALMEIDA, N. O. G. L.; CASTRO, M. G.; MIRANDA, M. B. S. Juventude, Gênero, Família e Sexualidade. Combinando Tradição e Modernidade. *In*: BORGES, Ângela Carvalho; CASTRO, Mary Garcia. (orgs.). **Família, Gênero e Gerações**: desafios para as Políticas Sociais. São Paulo: Paulinas, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1981.

AZERÊDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em Psicologia. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 18, n. 1, p. 175-188. 2010.

AZIZE, Rogério Lopes; ARAÚJO, Emanuelle Silva. **A pílula azul**: uma análise de representações sobre masculinidade em face do Viagra. *In*: Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência, n. 14, semestre 1. 2003. Disponível em: <[http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropolicas/revista\\_antropolitica\\_14.pdf](http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropolicas/revista_antropolitica_14.pdf)>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATAILLE, Georges. O erotismo na experiência interior. *In*: \_\_\_\_\_. **O erotismo**. São Paulo: L&PM Editores, 1987. p. 20-26.

BELAUNDE, Luisa Elvira. A força dos pensamentos, o fedor do sangue: hematologia e gênero na Amazônia. **Revista Antropologia** [online]. v.49, n.1, p. 205-243, 2006.

BENINI, Maria Carolina Madeira. **Categorias das atuações incestuosas**: funcionamento familiar e psicanálise. São Paulo, 2012. 169p. Dissertação (Mestrado acadêmico em Ciências – Fisiopatologia experimental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BISCAIA, Maria Carolina Vazzoler. **Beleza, perversidade, vício e doença**: um passeio pela literatura do mal de Mário de Sá-Carneiro. São Paulo, 2012. 175p. Tese (Doutorado em Letras – Literatura Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BOCK, Ana Maria; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Aria de Lourdes Trassi. A Psicologia ou as Psicologias. *In*: \_\_\_\_\_. **Psicologias**. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 15-28.

BRITO, Ana Maria M.; ZANETTA, Dirce Maria; MENDONÇA, Rita de Cassia V.; BARISON, SUELI Z. P.; ANDRADE, Valdete A. G. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 143-149, jan./mar. 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero, feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 17-60.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia** (USP), v. 39, n. 1, 1996.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O nativo relativo. **Mana [online]**, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

CHAVES, Adriana. Os processos grupais em sala de aula. Disponível em: <<http://www.saude.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=27854>>. Acesso: abr. 2015.

COIMBRA, Cecilia; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11. 2005.

CORREIA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e direitos reprodutivos: uma perspectiva feminista. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 147-177, set./dez. 1996.

COSTA, Jurandir Freire. O sexo da homossexualidade. *In*: \_\_\_\_\_. **A face o e verso**: estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. Os amores que não se deixam dizer. *In*: \_\_\_\_\_. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues. *In*: NUNES, Edson Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahzar, 1978. p. 23-35.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. As máquinas desejanter. *In*: \_\_\_\_\_. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. p. 15-70.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. Introdução: Rizoma. *In*: \_\_\_\_\_. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995. p. 17-49.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. Psicanálise e familiarismo: A santa família. *In*: \_\_\_\_\_. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. p. 71-176.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. Selvagens, bárbaros, civilizados. *In: \_\_\_\_\_*. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. p. 177-346.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução de Paula de Siqueira Lopes. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161. 2005.

FERENCZI, Sandor. Elasticidade da técnica psicanalítica. *In: \_\_\_\_\_*. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 25-36.

FÍGARI, Carlos Eduardo. No ventre do pai: desejos e práticas de incesto consentido. *In: DÍAZ-BENÍTEZ, Maria; FÍGARI, Carlos (orgs.)*. **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond Universal, 2009. p. 425-454.

FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, v. 2, p. 13-34, mai./ago. 2004.

FOUCAULT, Michel. Aula de 12 de março de 1975. *In: \_\_\_\_\_*. **Os anormais**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 2010. p. 231-254.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. *In: \_\_\_\_\_*. **Microfísica do poder**, 1984. p. 69-78.

FOUCAULT, Michel. Scientia Sexualis. *In: \_\_\_\_\_*. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 51-73.

FOUCAULT, Michel. Sexualidade e poder. *In: \_\_\_\_\_*. **Ética, Sexualidade, Política** – Coleção Ditos & Escritos, vol. 5. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004. p. 56-76.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308. 2007.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu e outros trabalhos. *In: \_\_\_\_\_*. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1913.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In: \_\_\_\_\_*. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1905.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. *In: \_\_\_\_\_*. **O Saber local: Novo Ensaio em Antropologia Interpretativa**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela Azen; MACHADO, Paula Xavier. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 341-348, set./dez. 2005.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M. L.; KNAUTH, D. R. Juventude, sexualidade e reprodução. **Cadernos de Saúde Pública** (ENSP. Impresso), Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1362-1363, jul. 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAR, Danièli. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>.

HOOKS, Bell. Eros, erotismo e o processo pedagógico. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 82-88.

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.ipub.ufrj.br/portal/ensino-e-pesquisa/ensino/residencia-medica/blog/item/223-atra%C3%A7%C3%A3o-sexual-gen%C3%A9tica-gsa>>. Acesso: abr. 2015.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison M. & BORDO, R. G. Susan. **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record/Rosas do Tempo, 1997. p. 157-185.

JONG, Mayke de. Nos limites do parentesco: legislação anti-incesto na alta Idade Média ocidental. In: \_\_\_\_\_. BREMMER, Jan (org.). **De safo a Sade: momentos da história da sexualidade**. Campinas: Papyrus, 1995. p. 51-80.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009. 179p.

LISPECTOR, Clarice. O sonho acordado é que é realidade. In: \_\_\_\_\_. **Um sopro de vida**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 23-98.

LISPECTOR, Clarice. **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991. p. 118-124.

MAIO, Jaqueline Soares Magalhães; VASCONCELOS, Maria Gorete de Oliveira Medeiros. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: compreender para cuidar. In: MENEZES, J. de A.; RIOS, L. F. (orgs.). **Violência sexual contra crianças e adolescentes: reflexões sobre condutas, posicionamentos e práticas de enfrentamento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

MANFRINI, B. R. **Tragédia familiar: A formação do indivíduo burguês em obras literárias brasileiras do século XX**. São Paulo, 2012. 255p. Tese (Doutorado em Letras – Teoria literária e Literatura comparada). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MANNONI, Maud. **A primeira entrevista em psicanálise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy & JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto contexto - enferm. [online]**, v. 19, n. 2, p. 246-255, 2010. ISSN 0104-0707. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072010000200005>>.

MATIAS, Delane Pessoa. Abuso sexual e sociometria: um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2006.

MAYORGA, Claudia; PINTO, Geíse Pinheiro. Juventudes: a pluralização da experiência ou a invisibilidade das relações de poder. *In*: MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues; ARAÚJO, Tatiana Cristina dos Santos de (orgs.). **JUBRA: territórios interculturais de juventude**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013. p. 101-114.

MCCARTHY, Julie; GALVÃO, Karla. Projeto Artpad: um recurso para teatro, participação e desenvolvimento. [S. l.]: Centre for applied theatre research, 2001.

MELLO, Mayara. **Os nós do grupo**: reflexões sobre o trabalho com grupos. Recife, 2013. Monografia (Trabalho de conclusão do curso de Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. “Abuso” sexual: as redes de força em negociação de sentidos. *In*: \_\_\_\_\_. **A construção da noção de abuso sexual infantil**. Belém: Editora Universitária, 2006b. p. 99-125.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. Do estranhamento à familiaridade: o “abuso” se solidifica como um tipo. *In*: \_\_\_\_\_. **A construção da noção de abuso sexual infantil**. Belém: Editora Universitária, 2006c. p. 127-179.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. Introdução. *In*: \_\_\_\_\_. **A construção da noção de abuso sexual infantil**. Belém: Editora Universitária, 2006a. p. 23-64.

MENEZES, Jaileila de Araújo; RIOS, Luís Felipe. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**: reflexões sobre condutas, posicionamentos e práticas de enfrentamento. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitativo e Qualitativo: Oposição ou Complementariedade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul./set. 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Violência intrafamiliar: orientações para a Prática em Serviços. **Caderno de Atenção Básica**, número 8. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf)>. Acesso: abr. 2015.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 1961. 456p.

MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. **Cidadania e feminismo Debate Feminista**, edição especial Cidadania e Feminismo, São Paulo, p. 266-275, 1999.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, p. 395-406, 2006.

NEV, NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA USP. Disponível em: <[http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com\\_content&task=view&id=741&Itemid=82](http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=741&Itemid=82)>. Acesso: abr. 2015.

OLIVEIRA, Denise Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem - UERJ**, Rio de Janeiro, n.16, v. 4, p. 569-576, out./dez. 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. São Paulo:

Editora da UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2000. 220p.

PARKER, Richard. Corpos e prazeres. *In:* \_\_\_\_\_. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Best Seller, 1991a. p.153-204.

PARKER, Richard. Homens e Mulheres. *In:* \_\_\_\_\_. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Best Seller, 1991c. p. 55-107.

PARKER, Richard. Introdução. *In:* \_\_\_\_\_. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Best Seller, 1991b. p. 13-21.

PARKER, Richard; MANIR, M. No carrossel da pedofilia. *In:* MENEZES, J. de A.; RIOS, L. F. (orgs.). **Violência sexual contra crianças e adolescentes: reflexões sobre condutas, posicionamentos e práticas de enfrentamento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. p. 20-24.

PASSOS, Eduardo. A oficina como tecnologia de coprodução. *In:* PALOMBINI, Analice de Lima; MARASCHION, Cleci; MOSCHEN, Simone (orgs.). **Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 167-172.

PEIRANO, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 6, n. 16, p. 43-50, 1991.

PERUCCHI, Juliana. Palestra proferida no evento I Internúcleos Pesquisa-Intervenção em Psicologia. Ago de 2014.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. *In:* COSTA, C. de L.; SCHMIDT, S. P. (orgs.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In:* POUPART, J.; DESLAURIERS, J.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 215-253.

PSIQWEB. Disponível em:  
<<http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO%2FLerNoticia&idNoticia=168>>. Acesso: abr. 2015.

QUADROS, Marion Teodósio; MENEZES, J. A abordagem de direitos sexuais e direitos reprodutivos na escola. *In:* SCOTT, P.; LEWIS, L.; QUADROS, M. T. (orgs.). **Gênero, diversidade e desigualdade na educação: interpretações e reflexões para formação docente**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. p. 117-141.

RIOS, Luís Felipe; PAIVA, Vera; MAKSUD, Ivya; OLIVEIRA, Cinthia; CRUZ, Claudia Maria da Silva; SILVA, Cristiane Gonçalves; TERTO JUNIOR, Veriano; PARKER, Richard. Os cuidados com a carne na socialização sexual dos jovens. **Psicologia em Estudo**, v. 13, p. 673-682, 2008.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. *In:* PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

RORTY, Richard. A Contingência da Linguagem. In: \_\_\_\_\_. **Contingência, ironia e solidariedade**. São Paulo: Martins, 2007.

RUBIN, Gayle. **O tráfego de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleith. **Incesto e abuso incestuoso**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/190571846/Incesto-e-o-Abuso-Incestuoso>> Acesso: 20 mar. 2014.

SHUÑA, Rocio del Pilar Bravo. **Diálogos sobre sexualidade com as/os adolescentes/jovens de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – PE**. Recife, 2014. 163p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, B. M. F. M. **Lévi-Strauss: mito e música entre o largo e o prestíssimo**. Natal, 2012. 237p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012a.

SOUZA, Marcela Coelho de. Parentes de sangue: incesto, substância e relação no pensamento Timbira. **Mana** [online]. v.10, n.1, p. 25-60, 2004.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRAUSS, Levi. Os princípios do parentesco. In: \_\_\_\_\_. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976. p. 519-537.

TONELI, Maria Juracy; MEDRADO, Benedito; TRINDADE, Zeidi Araújo; LYRA, Jorge. **O pai está esperando?** Políticas públicas de saúde para a gravidez na adolescência. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

TORNQUIST, Carmen Susana. Vicissitudes da subjetividade: auto-controle, auto-exorcismo e liminaridade na antropologia dos movimentos sociais. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (orgs.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Santa Cruz: EdUNISC; Florianópolis: Editora Mulheres, p. 41-72. 2006.

TRALLI, Maraysa Palhiari. **Mãe e filha na família incestuosa**: a composição de um estranho lugar afetivo. Uberlândia, 2012. 108p. Dissertação (Mestrado acadêmico em Psicologia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

UFPE. Formulário de Apresentação de Projetos – Desenvolvimento & Cidadania Petrobras. Referente ao projeto desenvolvido pelo Departamento de Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE, Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape. 2010.

VARGAS, Joana Domingues. Familiares ou desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal. **Revista Brasileira Ciências Sociais** [online]. v.14, n.40, pp. 63-82, 1999.

VIVER. SERVIÇO DE ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL. Disponível em: <<http://www.ssp.ba.gov.br/programas/viver-atende-pessoas-em-caso-de-violencia-sexual.html>>. Acesso: mar. 2015.

WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia Política**, n.

26, p. 13-29, 2006.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa e. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Revista Bioética**, Brasília: CFM, v. 20, n. 2, p. 267-279, 2012. Disponível em: [http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/issue/current](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/issue/current) \t "\_new

## APÊNDICES

**APÊNDICE A:** Visão geral dos materiais entregues pela equipe universitária e pelas/os jovens do Ação Juvenil na Caravana da Cidadania, que constavam em: panfleto sobre exploração sexual de crianças e jovens, “kit sobrevivência”, este último entregue junto a preservativos masculinos e, em menor quantidade, femininos, além de cartilha sobre sexualidade, panfleto sobre paternidade e panfleto sobre direito de jovens ao acesso a métodos contraceptivos gratuitamente.



**APÊNDICE B:** Cartilha sobre sexualidade aberta: informações sobre HIV/AIDS, Centros de ajuda da sub-região Suape e instruções sobre uso de preservativos.

## Solidariedade

O HIV é transmitido pelo ato sexual; pela mãe infectada para o filho durante a gestação, o parto ou a amamentação; pelo uso da mesma seringa ou agulha contaminada; por transfusão de sangue infectado; pelo uso de instrumentos que furam ou cortam, não esterilizados.

Não se "pega" HIV com aperto de mão ou abraço. Não tenha medo da pessoa que vive com Aids. A consideração e a solidariedade são os mais importantes remédios para pessoas portadoras de HIV!

### HIV/Aids

O HIV é o vírus que causa a Aids. Quando ele entra no corpo humano, se alimenta da célula de defesa que compõe o sistema imunológico. Com o passar dos anos, ele enfraquece esse sistema, deixando o corpo muito frágil. É assim que a pessoa pode pegar doenças, passando a ter dificuldade de enfrentá-las, já que o corpo não ajuda. Isso é a Aids.

Muitas pessoas podem ter o HIV e não sabem, já que não fizeram o exame. Embora não tenha cura, já existem medicamentos que ajudam a pessoa a viver bem, ainda que seja portadora do HIV. Quanto mais cedo a pessoa sabe que é portadora do HIV, melhor será o tratamento e sua qualidade de vida. Por isso o exame é importante, podendo ser feito gratuitamente no Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA). Mas existe uma medida que protege as pessoas das DSTs. Você sabe qual é?

### Uso do preservativo

O uso da camisinha nas relações sexuais evita que a pessoa "pegue" o vírus HIV ou uma DST. Além disso, a camisinha é uma aliada para evitar a gravidez.

Alguns homens dizem que não gostam de usar a camisinha masculina. Isso pode significar muitas coisas: ele pode não ter ainda se acostumado com ela, ou pode estar usando camisinha de largura diferente do pênis. Existem três larguras diferentes de preservativo masculino; a que for mais confortável para o homem é a que deve ser usada. Masturbar-se (tocar punheta) com camisinha ajuda a se acostumar e chegar ao gozo quando utilizá-la.

Também existe o preservativo feminino, que protege de doenças e evita a gravidez. Na parte interna deste material, você encontra um esquema de como usar as camisinhas feminina e masculina.

Para mais informações sobre como fazer o teste anti-HIV procure um CTA.

### Onde buscar ajuda

**CABO DE SANTO AGOSTINHO**  
CTA Herbert de Souza  
Rua Historiador Pereira da Costa, 428  
Centro  
Telefone: 3521-6186  
Horário de atendimento:  
2ª a 6ª: 8h30 | 9h30 | 14h  
2ª e 6ª: de 16h às 17h30  
Sábado: de 8h às 11h

**IPOJUCA**  
Centro de Testagem e Aconselhamento  
Hospital Carozita Brito  
PE 38 (na estrada de Porto de Galinhas)  
Km 0, N. 3, do Q.  
Telefones: 3559-1864  
Horário de atendimento:  
2ª a 6ª: de 8h às 11h

**RECIFE**  
Centro de Testagem e Aconselhamento em DST/AIDS  
Políclínica Gouveia de Barros  
Pátio de Santa Cruz, 119, Boa Vista  
Telefones: 3358-1501  
Horário de atendimento:  
2ª a 6ª: de 7h às 17h

#### Realização

**CONTATO:**  
Secretaria do Programa Diálogos Suape  
Avenida Arquitetura s/n, CFCH, 7º andar  
sala 2, Cidade Universitária, Recife/PE  
CEP 50740-550  
Tel.: (81) 2126-8731 / Fax: (81) 2126-8273  
E-mail: dialogos@ufpe.br  
Site: www.dialogos.org.br

Ilustração: Emerson Pontes / Projeto gráfico: Wilma Ferraz  
2ª tiragem: 60 mil exemplares (2014)

#### Apoio

### Vamos conversar sobre sexualidade?

dialogos suape



Para colocar a camisinha, o pênis (pitoca) precisa estar ereto (duro). Mas, atenção: penetrar, só depois que colocar a camisinha. Durante o rala e rola do sexo, abrem-se pequenas fissuras (cortes) nos órgãos sexuais. Normalmente, elas são invisíveis, mas podem ser a porta de passagem do HIV, ou de outra doença, de uma pessoa para outra.



Prenda a ponta da camisinha no momento de desenrolá-la no pênis, de modo que não fique bolha de ar. O espaço que fica na ponta vai armazenar o esperma (porra) depois da ejaculação (gozo). No esperma de uma pessoa infectada pelo HIV, a concentração do vírus é grande, e o perigo de infecção aumenta.



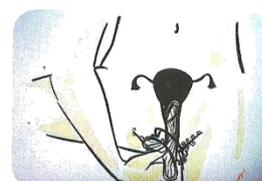
Use sempre lubrificantes à base de água. O uso de lubrificantes é especialmente recomendado no sexo anal ou quando a vagina (xoxota) tem pouca lubrificação. Lubrificantes à base de óleo não devem ser usados, porque eles fazem a camisinha rasgar. Depois de usada, a camisinha deve ser amarrada na ponta e depositada no lixo.



A camisinha feminina possui dois anéis: um anel maior, no lado vazado, e um menor, no lado fechado. Enfie o dedo pelo anel vazado. Com a outra mão, aperte o anel menor e introduza o lado menor da camisinha na vagina. Empurre a camisinha com o dedo o mais fundo possível, a fim de cobrir o colo do útero.



Deixe cerca de três centímetros da camisinha para fora da vagina. Você não deve sentir incômodo. Se isso acontecer, ajuste-a internamente com o dedo. Não esqueça de ajudar o parceiro a introduzir o pênis dentro da camisinha.



Terminada a relação, torça o anel maior, antes de tirar a camisinha da vagina, para que o esperma (porra) não escorra. Antes de colocá-la no lixo, amarre ou embrulhe a camisinha em papel.

**APÊNDICE C: Informações contidas nos versos dos panfletos sobre exploração sexual (acima) e sobre paternidade (abaixo).**



Ter relações sexuais com menores de 18 anos em troca de dinheiro, bens ou promessa de vida melhor é crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. O autor desse tipo de violência é punido com cadeia. A pena pode ir de 2 a 30 anos de reclusão.

**Disque 100**  
Denuncie a exploração sexual de crianças e adolescentes

**REALIZAÇÃO**



**SERVIÇO DE PSICOLOGIA UFPE**

**APÓIO**



Tel.: (81) 2126-8731 • E-mail: [dialogos@ufpe.br](mailto:dialogos@ufpe.br) • Site: [www.dialogos.org.br](http://www.dialogos.org.br) Ilustração: Emerson Pontes • Projeto gráfico: Wilma Ferraz • 3ª tiragem: 90 mil exemplares (2014)

Quando a gravidez acontece, a mulher precisa de apoio durante a gestação e a criança merece conhecer quem é o seu pai.

Ser pai não é apenas assumir a criança, mas se tornar responsável, junto com a mãe, pelo seu desenvolvimento.

Se você não se sente pronto para encarar a paternidade, existem várias formas de evitar a gravidez, como a camisinha e outros métodos contraceptivos. Esses métodos não são de responsabilidade exclusiva das mulheres, os homens também devem saber deles e poder escolher o momento propício para ter filhos.

Você pode ter mais informações sobre planejamento reprodutivo e familiar em um posto de saúde mais próximo de sua residência.

**Realização**



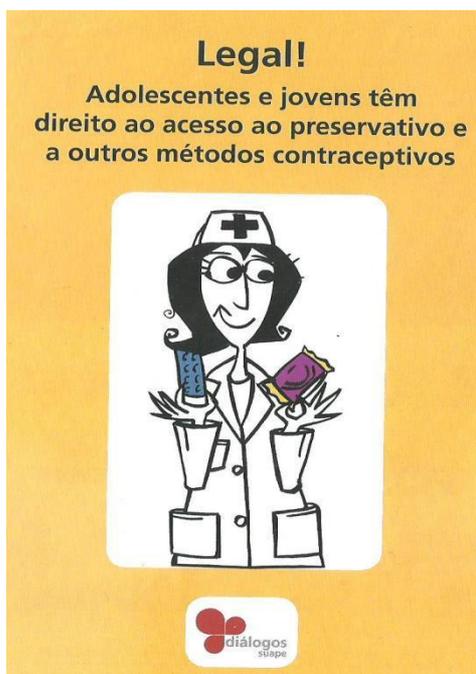
**Apoio**



Tel.: (81) 2126-8731 | E-mail: [dialogos@ufpe.br](mailto:dialogos@ufpe.br) | Site: [www.dialogos.org.br](http://www.dialogos.org.br)

Ilustração: Emerson Pontes | Projeto gráfico: Wilma Ferraz | 3ª tiragem: 90 mil exemplares (2014)

**APÊNDICE D:** Panfleto sobre o direito das/os jovens ao acesso ao preservativo e outros materiais contraceptivos, frente e verso.



## **ANEXO A: TCLE- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – OFICINAS**

Caro participante,

Gostaríamos de convidá-lo a participar como voluntário da pesquisa Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape, um estudo sobre desenvolvimento social e promoção da saúde na região de Suape, realizado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob coordenação dos Professores Dr. Luís Felipe Rios do Nascimento e Dr. Benedito Medrado, do Departamento de Psicologia e Dra. Juliane Felix Peruzzo do Departamento de Serviço Social da UFPE.

O objetivo deste estudo é conhecer as opiniões, conhecimentos e atitudes de pessoas que residem ou trabalham na região de Suape sobre temas concernentes à saúde sexual e reprodutiva, uso abusivo de álcool e outras drogas, violência sexual e de gênero e sobre a própria presença do projeto no município.

Sua forma de participação consiste em permitir que as discussões durante as atividades da formação integrante da Ação Juvenil sejam relatadas pelos monitores para fins da pesquisa. Não será cobrado nada pela sua participação; não estão previstos ressarcimentos.

Consideramos que algumas questões discutidas durante as oficinas são íntimas e pessoais, sendo garantido aos participantes a liberdade de não se posicionar sobre elas, interromper a sua participação, bem como retirar seu consentimento, em qualquer momento do processo. Ainda assim, caso a sua participação venha a causar algum transtorno, poderá solicitar encaminhamento para a Clínica Psicológica da UFPE. Ressaltamos também que a apresentação dos resultados cuidará para preservar a identidade dos depoentes

Muitas pessoas se sentem beneficiadas em possibilitar informações que possam ajudar a melhor entender aspectos relacionados à promoção da saúde. Do mesmo modo, participar das oficinas, conduzida por profissionais que lidam com questões referentes aos temas do projeto, é um benefício direto pela participação.

Desde já agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações. Em caso de dúvida(s) e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa você poderá entrar em contato com o responsável principal Luis Felipe Rios do Nascimento, telefone (81) 2126.8270. O referido professor será responsável pela guarda dos dados da pesquisa, os quais ficarão arquivados no Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana, localizado no Departamento de Psicologia da UFPE.

Após ter sido esclarecido(a) sobre as informações acima, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a).

Local, data:

Nome e assinatura do pesquisador:

---

\* \* \*

Declaro que entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, minha forma de participação, riscos e benefícios de minha participação. Eu li e compreendi este termo de consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa.

Local, data

Nome e assinatura do entrevistado:

---

Nome e assinatura de testemunha 1:

---

Nome e assinatura de testemunha 2:

---

Responsável legal e local onde serão arquivados os dados da pesquisa: Prof. Luis Felipe Rios do Nascimento - Endereço: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 9º. Andar, Cidade Universitária. Recife/PE - Telefones p/contato: 2126.8270  
Comitê de ética responsável: Avenida da Engenharia, S/N - 1º andar, CEP: 50740-600, Cidade Universitária Recife - PE, Brasil. Telefone/Fax do CEP: (81) 2126-8588 - E-mail do CEP: cepccs@ufpe.br